



DEPEN - PR

SIMULADOS

AMOSTRA GRATUITA

Q2

GARANTA O PACOTE COMPLETO COM 50% DE DESCONTO: [CLIQUE AQUI!](#)

APRESENTAÇÃO

Fala, Futuro(a) **Policial Penal da DEPEN-PR!** Tudo bem?

Seja bem-vindo ao nosso **SIMULADO GRATUITO** pós-edital focado na banca **Instituto AOC** para o concurso da **Polícia Penal - PR**. Esse simulado é uma pequena amostra em relação ao nosso pacote completo!

VEJA ABAIXO COMO FUNCIONA NOSSO PACOTE DE SIMULADOS:

No total serão **4 simulados** com questões de **ALTA RELEVÂNCIA** que poderão cair na sua prova. Os simulados vão envolver todas as matérias cobradas no **EDITAL** da banca **Instituto AOC**.

PONTOS IMPORTANTES DO PACOTE DE SIMULADOS:

- Cada simulado terá **75 questões** e o **comentário com gabarito** de cada questão fica disponível após finalizar o simulado!
- Os **4 simulados** serão Liberados de imediato!
- O acesso do pacote completo com 4 simulados é enviado pelo **E-mail** através da nossa **plataforma eduzz!**

Bons estudos e aproveite bastante o seu material! **Temos certeza de que será uma ferramenta de grande efetividade!**

Vamos Quebrar tudo!

Equipe **Quebrando Questões**.

Português

O que é marketing digital?

O conceito marketing digital pode ser explicado como ações de comunicação para negócios que estão na internet, na telefonia celular e em outros meios digitais. O marketing digital também abrange a prática de promover produtos ou serviços através de canais que levam o conteúdo às pessoas rapidamente, de forma relevante e personalizada. Resumidamente, o termo “marketing digital” nada mais é que o marketing na era digital. Ele também impulsionou o surgimento de um novo cliente: o consumidor 2.0. Este cliente é mais exigente, atento, bem informado e curioso. O consumidor 2.0 faz buscas na internet para consultar preços de produtos e serviços, e também para saber a opinião de outros consumidores.

Vale lembrar que, antes de dominar todas as técnicas de marketing digital, o profissional que entende o conceito marketing digital precisa ter capacidade de aprender. Este mercado é dinâmico e, de um dia para o outro, todo o conhecimento adquirido pode não ser tão importante. Uma nova mídia social pode surgir, uma plataforma inédita pode ser desenvolvida, algoritmos podem ser modificados, um aplicativo pode mudar tudo.

Agora que você já entendeu o conceito marketing digital, chegou a hora de saber quais são as mentiras mais contadas sobre o mercado:

É fácil ficar rico com marketing digital

Essa talvez seja a maior de todas as mentiras sobre o mercado do marketing digital. Se você pretende ganhar muito dinheiro em pouco tempo: esqueça. É verdade que este setor pode ser mais acessível que o marketing offline, o “tradicional”, mas isso não quer dizer que você vá ficar rico do dia para a noite.

Muitos profissionais caem em anúncios de cursos e workshops que prometem muito sucesso com marketing digital em pouco tempo, mas o que eles não sabem é que a maioria dessas propagandas está ali para enganá-los. Não existe fórmula mágica, apenas trabalho! Comprar cursos acreditando que se tornará um milionário após concluí-lo é um grande erro.

Muitas pessoas vivem exclusivamente do marketing digital hoje em dia, mas, como qualquer negócio, são etapas que precisam ser construídas até alcançar o sucesso. Com estudo e muito trabalho, é possível encontrar bons resultados no mercado do marketing digital. Porém, o profissional precisa saber que este é um trabalho como qualquer outro e demanda tempo de dedicação.

Adaptado de: <https://www.guiase.com.br/mentiras-sobre-o-conceito-marketing-digital/>. Acesso em: 05 abr. 2022.

01) Assinale a alternativa que reescreve adequadamente o trecho em destaque na seguinte frase: “Com estudo e muito trabalho, é possível encontrar bons resultados no mercado do marketing digital.”.

- A) São possíveis encontrarem-se.
- B) Pode-se encontrar.
- C) Podem-se encontrar
- D) Encontram-se possivelmente.
- E) Encontra-se.

02) Considerando a estruturação da frase que segue e os sentidos por ela expressos, assinale a alternativa que a analisa corretamente. “O marketing digital também abrange a prática de promover produtos ou serviços através de canais que levam o conteúdo às pessoas rapidamente, de forma relevante e personalizada.”

- A) O advérbio “através” não poderia ser substituído pela expressão “por meio de”, visto que os produtos e serviços atravessam os canais, ou seja, passam transversalmente por meio da tela.
- B) Ocorreria acento indicativo de crase no caso de o verbo “abrange” ser substituído por “compreende”, por este ser um verbo transitivo indireto.
- C) O termo “também” apresenta função coesiva referencial, pois retoma uma característica do marketing digital, por meio de uma comparação.
- D) O verbo “levar” flexiona-se no presente do indicativo, tempo e modo verbal que permitem que seja revelada a crença do enunciador: no caso, ele considera verdadeiro o fato de que os canais levam algum tipo de conteúdo às pessoas.
- E) Os adjuntos adverbiais “rapidamente, de forma relevante e personalizada” articulam-se a “o marketing digital”, indicando o modo como ele é disseminado nas mídias digitais.

03) Assinale a alternativa que apresenta a relação de sentido estabelecida entre oração subordinada e oração principal na seguinte frase: “O consumidor 2.0 faz buscas na internet para consultar preços de produtos e serviços.”.

- A) Explicação.
- B) Finalidade.
- C) Causa.
- D) Consequência.
- E) Tempo.

04) TEXTO 1



Adaptado de:
<https://i.pinimg.com/originals/67/72/5d/67725d11a38cf072645404797fd1d5ba.jpg>. Acesso em: 14 mar. 2022.

TEXTO 2

[...]

O que determina no médio e longo prazo o desempenho econômico de um país é sua capacidade produtiva, que em qualquer período de tempo gera uma oferta agregada de bens e serviços, denominada Produto Interno Bruto (PIB). Para haver crescimento continuado do PIB é preciso que haja uma expansão continuada daquela capacidade, que é determinada pelos fatores de produção disponíveis. Para efeito de simplificação e raciocínio, agrupam-se estes fatores em três categorias: (a) a quantidade de mão de obra disponível e sua qualificação média; (b) o estoque de capital físico empregado ajustado a sua qualidade; e (c) a Produtividade Total dos Fatores de Produção (PTF), que é um resíduo explicativo após se aferir a contribuição dos outros dois. Quanto mais acurada for a mensuração da quantidade e qualidade da força de trabalho e do estoque de capital empregado, menor tende a ser a PTF. Mas, mesmo nos países desenvolvidos, onde a disponibilidade de informações permite que ela seja bem mensurada, ela é, entre os três fatores, o que mais explica crescimento econômico.

Adaptado de: SICSU, J.; CASTELAR, A. (Orgs.). *Sociedade e economia: estratégias de crescimento e desenvolvimento*. Brasília: Ipea, 2009.

TEXTO 3

O que é o PIB

O PIB é a soma de todos os bens e serviços finais produzidos por um país, estado ou cidade, geralmente em um ano. Todos os países calculam o seu PIB nas suas respectivas moedas.

O PIB do Brasil em 2021, por exemplo, foi de R\$ 8,7 trilhões. No último trimestre divulgado (4º trimestre de 2021), o valor foi de R\$ 2 257,7 bilhões.

O PIB mede apenas os bens e serviços finais para evitar dupla contagem. Se um país produz R\$ 100 de trigo, R\$ 200 de farinha de trigo e R\$ 300 de pão, por exemplo, seu PIB será de R\$ 300, pois os valores da farinha e do trigo já estão embutidos no valor do pão.

Os bens e serviços finais que compõem o PIB são medidos no preço em que chegam ao consumidor. Dessa forma, levam em consideração também os impostos sobre os produtos comercializados.

O PIB não é o total da riqueza existente em um país. Esse é um equívoco muito comum, pois dá a sensação de que o PIB seria um estoque de valor que existe na economia, como uma espécie de tesouro nacional.

Na realidade, o PIB é um indicador de fluxo de novos bens e serviços finais produzidos durante um período. Se um país não produzir nada em um ano, o seu PIB será nulo.

Análises feitas a partir do PIB

A partir da performance do PIB, pode-se fazer várias análises, tais como:

* Traçar a evolução do PIB no tempo, comparando seu desempenho ano a ano;

*Fazer comparações internacionais sobre o tamanho das economias dos diversos países;

*Analisar o PIB per capita (divisão do PIB pelo número de habitantes), que mede quanto do PIB caberia a cada indivíduo de um país se todos recebessem partes iguais, entre outros estudos.

O PIB é, contudo, apenas um indicador síntese de uma economia. Ele ajuda a compreender um país, mas não expressa importantes fatores, como distribuição de renda, qualidade de vida, educação e saúde. Um país tanto pode ter um PIB pequeno e ostentar um altíssimo padrão de vida, como registrar um PIB alto e apresentar um padrão de vida relativamente baixo.

Adaptado de: <https://www.ibge.gov.br/explica/pib.php>. Acesso em: 14 mar. 2022

O termo “acurada”, empregado em “Quanto mais acurada for a mensuração da quantidade e qualidade da força de trabalho [...]”, do **Texto 2**, tem sentido de

- A) rigor.
- B) imprecisão.
- C) flexibilidade.
- D) ambiguidade.
- E) confusão.

05) Sobre a formação do plural do termo “mão de obra”, é correto afirmar que

- A) apenas o primeiro elemento da composição é flexionado, acrescenta-se o morfema “s”.
- B) apenas o último elemento da composição é flexionado, acrescenta-se o morfema “s”.
- C) o primeiro e o último elementos da composição são flexionados.
- D) nenhum dos dois elementos da composição é flexionado, por causa da preposição.
- E) é formado sem o acréscimo de morfema.

06) Em relação aos termos “equivoco” e “período”, empregados no Texto 3, informe se é verdadeiro (V) ou falso (F) o que se afirma a seguir e assinale a alternativa com a sequência correta.

() Ambos são proparoxítonos, a sílaba tônica recai na penúltima sílaba.

() Ambos apresentam hiatos, inseparáveis silabicamente quando ocorrem na sílaba tônica.

() O primeiro forma o plural com mudança de timbre da vogal tônica, o segundo não.

() O segundo forma o plural com alteração na sílaba tônica, o primeiro não.

- A) V – F – V – F.
- B) V – V – F – F.
- C) F – V – F – V.
- D) F – V – F – F.
- E) F – F – F – F.

07) No trecho “Ele ajuda a compreender um país”, do Texto 3, o termo “ele” é empregado com relação textual coesiva de

- A) reiteração, pelo recurso de repetição.
- B) reiteração, pelo recurso de substituição.
- C) associação, pelo recurso de repetição.
- D) associação, pelo recurso de substituição.
- E) conexão, pelo recurso de seleção lexical.

08) Assinale a alternativa em que todos os verbos empregados no trecho são regulares.

- A) “Quanto mais acurada for a mensuração da quantidade e da qualidade da força de trabalho”.
- B) “Para haver crescimento continuado do PIB é preciso que haja uma expansão continuada daquela capacidade”.

C) “[...] ostentar um altíssimo padrão de vida, como registrar um PIB alto e apresentar um padrão de vida relativamente baixo”.

D) “[...] empregado após se aferir a contribuição dos outros dois”.

E) “[...] permite que ela seja bem mensurada, ela é, entre os três fatores, o que mais explica o crescimento econômico”.

09) Assinale a alternativa em que o predicado do trecho “[...] o PIB é um indicador de fluxo [...]”, do Texto 3, está corretamente classificado.

- A) Predicado verbal com verbo intransitivo.
- B) Predicado nominal com verbo de ligação.
- C) Predicado nominal com verbo transitivo indireto.
- D) Predicado verbo-nominal com verbo de ligação.
- E) Predicado verbo-nominal com verbo transitivo direto.

10) Todos os termos compostos apresentados a seguir não exigem o emprego de hífen, EXCETO

- A) cão de guarda, fim de semana.
- B) sala de jantar, depois de amanhã.
- C) pé de meia, cor de rosa.
- D) cor de vinho, cor de café.
- E) pôr de sol, pé de moleque.

Raciocínio Lógico Matemático

11) Se você fizer o curso de Técnico em Radiologia, então poderá conduzir o exame de raio-x. Assim, pode-se afirmar que

- A) o curso de Técnico em Radiologia é condição necessária para conduzir o exame de raio-x.
- B) mesmo com o curso de Técnico em Radiologia, você não poderá conduzir o exame de raio-x.
- C) se você não fizer o curso de Técnico em Radiologia, então não poderá conduzir o exame de raio-x.
- D) o curso de Técnico em Radiologia é condição suficiente para conduzir o exame de raio-x.
- E) você só poderá conduzir o exame de raio-x se fizer o curso de Técnico em Radiologia.

12) Considere as seguintes afirmações:

- Se Ana for atriz, então a mãe de Ana não conhecerá Paris.
- Se a mãe de Ana não conhecerá Paris, então Rita não será bailarina.
- Pedro passará no concurso ou a mãe de Ana não conhecerá Paris.
- Pedro não passará no concurso e Ana não será atriz.

A partir dessas afirmações, é correto afirmar que

- A) Rita não será bailarina e Ana não será atriz.
- B) Ana será atriz e a mãe de Ana conhecerá Paris.
- C) A mãe de Ana conhecerá Paris ou Rita será bailarina.
- D) Pedro passará no concurso ou a mãe de Ana conhecerá Paris.

E) Pedro não passará no concurso e Ana será atriz.

13) Ary, Beto, Caio, Davi, Elvis e Fábio são peritos e trabalham na mesma sala, cada um em sua mesa. Certo dia, estando todos juntos nessa sala, Ary percebeu que uma importante prova pericial havia desaparecido de sua mesa e, portanto, apenas um dos peritos pegou a referida prova pericial. Questionados por Ary, as respostas foram:

Beto: "Eu não peguei".

Caio: "Foi o Elvis".

Davi: "Foi o Caio".

Elvis: "Caio está mentindo".

Fábio: "Beto está falando a verdade".

Sabendo-se que apenas um dos peritos mentiu e somente um deles pegou a prova pericial da mesa de Ary, pode-se concluir que o perito que a pegou foi

- A) Beto.
- B) Caio.
- C) Davi.
- D) Elvis.
- E) Fábio.

14) Considere as duas afirmações a seguir:

- Todo soldado atua na defesa civil ou atua na defesa ambiental.
- Pedro é um soldado da defesa civil.

Logo, é correto afirmar que

- A) Pedro atua na defesa civil e na defesa ambiental.
- B) se Pedro não atuar na defesa ambiental, então ele não é um soldado.
- C) Pedro somente atua na defesa ambiental se atuar na defesa civil.
- D) como Pedro atua na defesa civil, então ele também atua na defesa ambiental.
- E) Pedro não atua na defesa ambiental.

15) Dentre as atribuições do Papiloscopista Policial da 3ª Classe, estão a execução, orientação, supervisão e fiscalização de todos os trabalhos papiloscópicos de coleta, análise, classificação, subclassificação, pesquisa e arquivamento e a emissão de pareceres técnicos. Jonas é Papiloscopista Policial da 3ª Classe e deseja marcar sua agenda de afazeres com cores diferentes para cada uma das funções, isto é, deve escolher uma cor diferente para cada tópico listado:

- execução; • orientação; • supervisão; • fiscalização; • coleta; • análise; • classificação; • subclassificação; • pesquisa e arquivamento; • emissão de pareceres técnicos.

Considerando a disponibilidade de 10 cores diferentes, de quantas formas é possível que Jonas identifique os afazeres em sua agenda?

- A) 10.
- B) Entre 11 e 50.
- C) Entre 51 e 100.
- D) Entre 101 e 150.
- E) Mais de 150.

16) Um assistente redigiu 30 documentos durante uma semana, sendo que 80% da metade desse total de documentos redigidos foram relatórios e o restante foram correspondências. Sendo assim, é correto afirmar que o total de correspondências redigidas por esse assistente, durante essa semana, é igual a

- A) 12.
- B) 10.
- C) 18.
- D) 14.
- E) 16.

17) Em longos períodos de seca, ocorrem incêndios florestais em vários locais do planeta, provocados por causas diversas. Considere que, em um incêndio de uma região florestal, uma brigada antiincêndio composta por 15 homens conseguiu conter esse incêndio em 40 dias, trabalhando 10 horas por dia. Caso essa brigada fosse composta por 25 homens de mesma eficiência dos anteriores, trabalhando 8 horas por dia, então o total de dias necessários para conter esse incêndio, nessa mesma região florestal, teria sido

- A) 30 dias.
- B) 20 dias.
- C) 35 dias.
- D) 45 dias.
- E) 40 dias.

18) Em uma refeição, Luíza ingeriu 80 gramas de feijão, 140 gramas de arroz e 180 gramas de bacalhau. Quantas quilocalorias ela ingeriu, sabendo que 100 gramas de bacalhau contêm 105 quilocalorias, 100 gramas de arroz contêm 130 quilocalorias e 100 gramas de feijão contêm 91 quilocalorias?

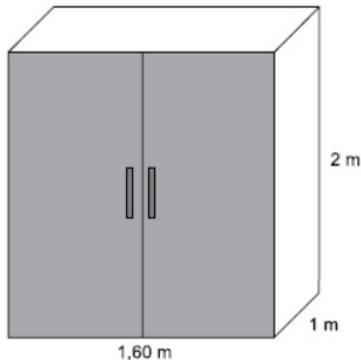
- A) 284,7
- B) 356,2
- C) 398,6
- D) 443,8

19) João, servidor da Câmara, possui um sítio que usa para descanso aos fins de semana. Ele pretende construir um galinheiro no sítio. Para isso, deseja utilizar um rolo com 200 metros de tela que ele já possui. Se a forma que João escolheu é a retangular e ele usará a tela em todos os lados do retângulo, qual é a área máxima que o galinheiro pode ter?

- A) 1.600 m²
- B) 2.000 m²
- C) 2.400 m²
- D) 2.500 m²

E) 2.700 m²

20) Dois galões de tinta com 3,6 litros cada um foram comprados para pintar 5 armários. Cada armário possui dimensões iguais ao da figura a seguir e todos serão pintados nas portas, no topo e nas duas laterais, ou seja, a parte de trás e o fundo não serão pintados. Para as portas serão aplicadas 2 demãos de tinta, porém, no restante do armário, apenas 1 demão.



Sabendo que cada litro de tinta rende 10 metros quadrados e considerando que não haverá desperdícios, após a pintura de todos os armários, a quantidade de litros de tinta que sobrarão será igual a

- A) 1,2.
- B) 1,8.
- C) 2,0.
- D) 2,8.

Informática

21) Existe uma forma de vírus usada por cibercriminosos com o objetivo de se replicar e usar as redes de computadores para se espalhar, podendo roubar ou excluir dados. Assinale a alternativa que apresenta o nome desse tipo de vírus.

- A) Backdoor.
- B) Rootkit.
- C) Cavalo de troia.
- D) Worm.
- E) Trojan.

22) Nos sistemas operacionais Linux, uma forma de programa que recebe os comandos dos usuários e os transfere para o sistema operacional para fins de processamento e, em seguida, mostra o seu resultado é conhecida como

- A) superusuário.
- B) shell.
- C) batch.
- D) script.
- E) programa.

23) Assinale a alternativa que apresenta uma ação realizada em um software compactador de arquivos.

- A) Criptografar arquivos.
- B) Transferir arquivos entre computadores na rede local.
- C) Converter formatos de arquivo de imagem.
- D) Modificar o conteúdo de um arquivo “.pst”.
- E) Alterar as Propriedades de Segurança do arquivo.

24) Uma prática dos cibercriminosos é enviar, por e-mail, links e anexos prejudiciais às pessoas que os acessam. Assinale a alternativa que apresenta o nome desse tipo de ataque cibernético.

- A) Adware.
- B) Worm.
- C) Phishing.
- D) Cavalo de Troia.
- E) Trojan.

25) Nos computadores, qual é o tipo de memória que é desenvolvido combinando o tempo de acesso de memórias de alta velocidade (alto custo) com as memórias de menor velocidade e maior tamanho (baixo custo)?

- A) Memória RAM.
- B) Memória ROM.
- C) Memória de Vídeo.
- D) Memória Hash.
- E) Memória Cache.

Direito Administrativo

26) Quanto ao processo administrativo, é correto afirmar que

- A) a competência é irrenunciável e, conseqüentemente, não se admite hipótese de exclusão do juiz natural.
- B) em sede de recurso administrativo, se o órgão julgador divisar a possibilidade de agravar a situação do recorrente, deverá cientificá-lo para que formule suas alegações.
- C) a autoridade deve ficar jungida à iniciativa probatória das partes interessadas, visto que consagrado o primado da verdade formal.
- D) no processo administrativo sancionador, a tipificação da conduta imputada deve observar o mesmo rigor do processo penal, não se admitindo o emprego de conceitos jurídicos indeterminados.

27) João é servidor público e foi condenado ao ressarcimento ao erário em razão da prática de improbidade administrativa. Ocorre que ele não tem condições financeiras de quitar o débito, necessitando do parcelamento da dívida. De acordo com o que prevê a Lei nº 8.429/1992, assinale a alternativa correta.

- A) O débito poderá ser parcelado mediante autorização judicial em, no máximo, vinte e quatro parcelas monetariamente corrigidas, se demonstrada a incapacidade financeira do réu.
- B) A lei não prevê a possibilidade de parcelamento do débito, mas, verificando o juiz a hipossuficiência do réu, poderá deferir a medida.

C) Caso a parte reconheça a dívida, poderá depositar judicialmente trinta por cento do valor da dívida e parcelar o saldo remanescente em seis parcelas nos meses subsequentes, sempre corrigidas monetariamente até o pagamento.

D) O parcelamento poderá ocorrer mediante requerimento administrativo perante a autoridade competente até o limite máximo de dez parcelas corrigidas monetariamente.

E) Comprovada a incapacidade financeira da parte, o juiz poderá deferir o parcelamento em até quarenta e oito parcelas mensais, corrigidas monetariamente.

28) Os poderes da Administração Pública são elemento essencial para a caracterização da atuação estatal, abrangendo os poderes normativo, hierárquico, disciplinar e de polícia. A ampla gama de funções a serem exercidas pela Administração em um Estado organizado no modelo brasileiro demanda um igualmente amplo exercício dos poderes da Administração Pública, circunstância esta que denota a importância do tema para a adequada apreciação de medidas estatais. Diante desse contexto, assinale a alternativa correta.

A) A Polícia Judiciária, embora seja atividade administrativa, prepara a atuação da função jurisdicional, enquanto a Polícia Administrativa, de caráter mais fiscalizador, é atividade da Administração que se exaure em si mesma.

B) O poder regulamentar por parte do Executivo se justifica pela supremacia do interesse público, de modo que regulamentos administrativos podem ultrapassar as disposições e o âmbito das leis nas quais se baseiam e se justificam.

C) É vedado ao agente superior ajustar um ato administrativo de agente subordinado que contiver vício de legalidade.

D) Para a invalidação de conduta revestida de abuso de poder perpetrado por autoridade pública, o prejudicado deve se valer de ação judicial, sendo vedada a anulação administrativa do ato.

E) A conveniência e a oportunidade, elementos do mérito na prática de atos administrativos discricionários, imbuem o agente público com a possibilidade de tomar decisões arbitrárias, por caracterizarem o exercício de um dos poderes da Administração Pública.

29) A Administração Pública é informada por diversos princípios, que são proposições fundamentais, que condicionam todas as estruturas subsequentes. Nesse sentido, os prazos fixados para a Administração possa rever seus próprios atos, bem como a vedação à aplicação retroativa de nova interpretação da norma administrativa, são expressões da aplicação do princípio da

A) Proporcionalidade.

B) Moralidade.

C) Tutela.

D) Autotutela.

E) Segurança jurídica.

30) O regime jurídico administrativo é o conjunto de prerrogativas e sujeições que condiciona a atuação da Administração Pública, no conceito de Jean Rivero. Isso significa, mais do que um parâmetro de otimização, que os parâmetros jurídicos de atuação estatal não servem somente à instrumentalização dos objetivos da Administração, mas, sobretudo, à garantia dos direitos dos cidadãos. No sentido de que o regime jurídico administrativo perpassa os mais diversos aspectos ao estatal, analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta as corretas.

I. A adequação da conduta escolhida pelo agente público à finalidade que a lei expressa constitui uma exigência limitante ao poder discricionário.

II. A concessão de serviço público é delegação de sua prestação, feita pelo poder concedente, mediante licitação, na modalidade concorrência ou diálogo competitivo, à pessoa jurídica ou consórcio de empresas que demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco e por prazo determinado.

III. A permissão de serviço público é delegação, a título precário, da prestação de serviços públicos, feita pelo poder concedente, à pessoa física, jurídica ou consórcio de empresas que demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco, podendo ser dispensada a licitação nos casos previstos em lei.

IV. É prescindível a avaliação prévia de bem móvel da Administração Pública para sua alienação.

A) Apenas I, II e III.

B) Apenas I e II.

C) Apenas I, III e IV.

D) Apenas II, III e IV.

E) Apenas II e III.

31) Em relação à responsabilidade civil do Estado, a prescrição para as ações de reparação civil contra o Estado ocorre em

A) dois anos.

B) três anos.

C) quatro anos.

D) cinco anos.

E) dez anos.

32) Assinale a alternativa que menciona, correta e respectivamente, entidades da administração indireta e da administração direta da União.

A) Autarquias e Ministérios.

B) Fundações Públicas e Agências Reguladoras.

C) Casa Civil e Sociedades de Economia Mista.

D) Secretaria de Relações Institucionais e Autarquias.

E) Ministérios e Casa Civil.

Legislação Penal Extravagante

33) NÃO é considerado como crime hediondo o crime de:

- A) constituição de milícia privada;
- B) porte ilegal de arma de fogo de uso proibido;
- C) furto qualificado pelo emprego de explosivo;
- D) roubo circunstanciado pelo emprego de arma de fogo;
- E) extorsão qualificada pela restrição da liberdade da vítima.

34) Nos termos da Lei nº 10.826/2003 (Estatuto do Desarmamento), é correto afirmar que

- A) o crime de Omissão de Cautela é considerado doloso e apenado com detenção.
- B) todos os crimes tipificados na referida legislação são apenados com reclusão.
- C) o crime de disparo de arma de fogo é apenado com detenção.
- D) o crime de posse ou porte ilegal de arma de fogo de uso proibido é considerado hediondo.
- E) a referida legislação contempla diversos crimes dolosos e culposos.

35) Um grupo composto por dezoito indivíduos atuava visando ao roubo de agências bancárias, em Municípios de até 20.000 habitantes, no Estado X. Nas últimas atuações, o grupo, além de explodir as 3 agências bancárias da cidade, manteve 25 pessoas como reféns, resultando em duas mortes. A atuação do grupo ocasionou grande temor e repercussão na mídia. Em decorrência de uma operação, um integrante da organização foi detido. Visando conseguir benefícios, o integrante detido propõe a realização de colaboração premiada. A respeito desse instituto, é correto afirmar que

- A) a proposta de acordo de colaboração premiada deverá ser sumariamente indeferida, pois o crime narrado não está dentre as hipóteses permitidas.
- B) o acordo de colaboração firmado deverá conter expressamente previsão de renúncia ao direito de impugnar a decisão judicial que homologar o acordo.
- C) inobstante a colaboração acarrete a revelação da estrutura hierárquica e a divisão de tarefas da organização criminosa ou a identificação dos demais coautores e partícipes da organização criminosa e das infrações penais por eles praticadas, a concessão de benefício levará em conta a repercussão social do fato criminoso, dentre outras questões.
- D) caso a colaboração efetiva e voluntária resulte na identificação dos demais coautores e partícipes da organização criminosa e das infrações penais por eles praticadas, o colaborador terá direito à redução, em até 2/5 (dois quintos), da pena privativa de liberdade ou substituí-la por restritiva de direitos.
- E) o juiz participará das negociações realizadas entre as partes para a formalização do acordo de colaboração, que ocorrerá entre o delegado de polícia, o investigado e o defensor.

36) O crime de tortura e suas circunstâncias são tipificados em lei penal especial. Sobre o delito em questão, assinale a alternativa correta.

- A) Se do crime de tortura resulta lesão corporal de natureza grave ou gravíssima, a pena é de reclusão de seis a doze anos; se resulta morte, a reclusão é de doze a trinta anos.
- B) A condenação pelo crime de tortura acarreta a suspensão temporária do cargo, função ou emprego público do sentenciado.
- C) O crime de tortura não é afiançável pela autoridade policial, mas o é pela autoridade judiciária.
- D) A pena do crime de tortura será aumentada de um sexto até um terço se o fato delituoso for cometido por agente público.
- E) O crime de tortura é suscetível de indulto individual ou coletivo, mas não de anistia.

37) São competências da Polícia Federal, conforme o Decreto Nº 11.615, de 21 de julho de 2023, EXCETO:

- A) Registrar armas de fogo e cadastro de munições e acessórios, excetuando as pertencentes às instituições citadas no § 1º do art. 3º.
- B) Conceder porte de arma de fogo pessoal e realizar suas renovações.
- C) Estabelecer as quantidades de armas de fogo e munições passíveis de aquisição por pessoas físicas e jurídicas.
- D) Classificar legal, técnica e geralmente os produtos controlados, incluindo armas de fogo, munições e acessórios.
- E) Cadastrar as apreensões de armas de fogo, inclusive as vinculadas a procedimentos policiais e judiciais.

38) Considerando a Lei Nº 6174, que regula o regime jurídico dos funcionários civis do Poder Executivo do Estado do Paraná, avalie as afirmações a seguir:

- A) Os cargos de provimento em comissão no Estado do Paraná são exclusivamente ocupados por funcionários de carreira do próprio estado, conforme determina a lei.
- B) A posse em cargo de provimento em comissão exige que o funcionário se afaste de qualquer cargo efetivo que possua, exceto em situações de acumulação legalmente permitidas.
- C) Cargos de provimento efetivo são extintos imediatamente após serem vagos, sem a necessidade de observância de procedimentos legais específicos.
- D) A lei permite que os encargos de serviços distintos das tarefas do cargo possam ser atribuídos a qualquer funcionário, sem restrições legais ou regulamentares.
- E) As atribuições e responsabilidades dos cargos em comissão são determinadas arbitrariamente pelo Chefe do Poder Executivo, sem necessidade de fundamentação legal ou regulamentar.

39) De acordo com a Lei nº 8.069/1990, constitui crime previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente, EXCETO:

- A) Submeter criança, sob guarda ou vigilância policial, a vexame ou a constrangimento.
- B) Subtrair criança ao poder de quem o tem sob sua guarda em virtude de lei ou ordem judicial.
- C) Deixar o médico de identificar corretamente o neonato e a parturiente, por ocasião do parto.
- D) Privar o adolescente de sua liberdade, procedendo à sua apreensão em flagrante de ato infracional.

40) De acordo com a Lei Federal nº 12.527/2011, que regula o direito de acesso à informação, assinale a alternativa correta.

- A) Dispõe sobre os procedimentos a serem observados pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios, assim como pelas entidades privadas com fins lucrativos, com o fim de garantir o acesso a informações.
- B) Estabelece que o acesso à informação exclui o direito de obter informação pertinente à administração do patrimônio público, utilização de recursos públicos, licitação e contratos administrativos.
- C) Prevê que os órgãos e entidades públicas devem divulgar, mediante requerimento, em local de fácil acesso, no âmbito de suas competências, informações de interesse coletivo ou geral por eles produzidas ou custodiadas.
- D) Considera que o acesso à informação compreende o direito de obter orientação sobre os procedimentos para a consecução de acesso, bem como sobre o local onde poderá ser encontrada ou obtida a informação almejada.
- E) Impõe que os procedimentos destinados a assegurar o direito de acesso a informações devem observar a diretriz do sigilo como preceito geral e da publicidade como exceção.

Direito Constitucional

41) A Polícia Civil de Goiás instaurou um inquérito para a investigação de um possível crime. Contudo o interessado alegou que impetraria habeas corpus com o intuito de trancar o inquérito policial. Sobre o assunto e considerando o que dispõe a Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa correta.

- A) O habeas corpus não pode ser utilizado para o trancamento de inquérito, tendo em vista que tem por objetivo assegurar a liberdade de locomoção.
- B) É possível utilizar o habeas corpus em caso de abuso de poder, mas deverá ser impetrado somente após a finalização do inquérito, para eventual trancamento de ação penal.
- C) Tendo em vista o sigilo do inquérito policial, não caberá a aplicação de remédios constitucionais nessa fase, contudo poderão ser utilizados quando do início da ação penal.
- D) Excepcionalmente é possível impetrar habeas corpus para trancar inquérito policial quando restar

demonstrada, de plano, a atipicidade dos fatos, sem a necessidade de exame valorativo das provas.

E) Para impetrar o habeas corpus, é necessário que seja constituído advogado, obedecendo às formalidades processuais e instrumentais e desde que fique caracterizada a afronta aos direitos.

42) Sobre os direitos e deveres individuais e coletivos, assinale a alternativa correta.

- A) Nenhum brasileiro será extraditado, salvo o naturalizado, em caso de crime comum, praticado antes da naturalização, ou de comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, na forma da lei.
- B) É gratuito para os reconhecidamente pobres exclusivamente a certidão de nascimento.
- C) É livre a manifestação do pensamento, sendo permitido o anonimato.
- D) Considerando o direito de propriedade, no caso de iminente perigo público, a autoridade competente não poderá usar de propriedade particular.
- E) Em situações específicas, poderá haver juízo ou tribunal de exceção.

43) Vincenzo Hernandez nasceu, em 1995 na cidade de Madrid/Espanha, quando seus pais, servidores públicos, estavam a serviço do governo federal brasileiro. Nos dias atuais, Vincenzo deseja se tornar oficial das Forças Armadas do Brasil. Nesse contexto, à luz das disposições constitucionais acerca da nacionalidade, é correto afirmar que

- A) Vincenzo deverá residir na República Federativa do Brasil por cinco anos ininterruptos e requerer a nacionalidade brasileira para, posteriormente, se tornar oficial das Forças Armadas.
- B) Vincenzo não poderá exercer o cargo de oficial das Forças Armadas, pois trata-se de cargo privativo de brasileiro nato.
- C) embora nascido no exterior, Vincenzo é considerado brasileiro nato, o que lhe torna apto para exercer o cargo almejado.
- D) Vincenzo poderá se naturalizar brasileiro, contudo, mesmo assim, não poderá exercer o cargo de oficial das Forças Armadas.
- E) o cargo de oficial das Forças Armadas pode ser exercido por brasileiros natos e naturalizados, logo, Vincenzo deverá requerer a nacionalidade brasileira para seguir carreira de oficial.

44) Em relação ao tema consultas populares e seu atual regimento Constitucional, informe se é verdadeiro (V) ou falso (F) o que se afirma a seguir e assinale a alternativa com a sequência correta.

() As manifestações favoráveis e contrárias às questões submetidas às consultas populares Municipais ocorrerão durante o período de recesso forense.

() Se versarem sobre questões locais, as consultas populares serão realizadas concomitantemente às eleições Municipais, nos termos da Constituição Federal.

() Quando se refere a consultas populares Municipais, não é permitida a utilização de propaganda gratuita no rádio e na TV para a divulgação dos argumentos favoráveis e contrários àquilo que está sendo consultado.

() Em se tratando de consulta popular Municipal, após o tema ser aprovado pela Câmara Municipal, deve ser encaminhado para o chefe do Poder Executivo, antes de ser remetido para a Justiça eleitoral.

- A) F – V – F – V.
- B) F – V – V – F.
- C) V – V – F – V.
- D) V – F – V – F.
- E) V – F – V – V.

45) De acordo com o Poder Legislativo e com o que prevê a Constituição Federal de 1988, informe se é verdadeiro (V) ou falso (F) o que se afirma a seguir e assinale a alternativa com a sequência correta.

() É da competência exclusiva do Congresso Nacional autorizar o Presidente e o Vice-Presidente da República a se ausentarem do País, quando a ausência exceder a dez dias.

() Via de regra, as medidas provisórias terão sua votação iniciada no Senado Federal e concluída na Câmara dos Deputados, passando pela Comissão Mista entre as casas.

() As imunidades de Deputados ou Senadores subsistirão durante o estado de sítio, só podendo ser suspensas mediante o voto de dois terços dos membros da Casa respectiva, nos casos de atos praticados fora do recinto do Congresso Nacional que sejam incompatíveis com a execução da medida.

() São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que disponham sobre servidores públicos da União e Territórios, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria.

- A) V – F – V – F.
- B) F – V – F – F.
- C) F – F – V – V.
- D) V – F – F – V.
- E) F – V – F – V.

46) Segundo a Constituição Federal, nos crimes de responsabilidade, o Presidente da República ficará suspenso de suas funções após a instauração do processo pelo(a)

- A) Supremo Tribunal Federal.

- B) Senado Federal.
- C) Câmara dos Deputados.
- D) Tribunal de Contas da União.
- E) Ministério Público Federal.

47) Conforme a CF, às polícias civis, dirigidas por delegados de polícia de carreira, cabe

- A) exercer as funções de polícia marítima, aérea e de fronteiras.
- B) patrulhar ostensivamente as ferrovias federais.
- C) apurar as infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União.
- D) exercer as funções de polícia judiciária e apurar as infrações penais, excetuadas as de natureza militar.
- E) responder pelo policiamento ostensivo, pela preservação da ordem pública e pela defesa civil.

Direito Penal

48) Maria Marta, endividada e reincidente no crime de furto, cometeu outro furto em uma loja de joias situada no centro comercial de Rio Verde, local onde fazia faxina por contratação temporária. Dias depois, a loja detectou o sumiço da referida joia e alertou a polícia local para que iniciasse a investigação. Temendo ser denunciada por crime de furto qualificado e a fim de reduzir os danos de sua conduta, Maria Marta poderá

- A) enfrentar processo penal, para comprovar sua inocência diante da escusa absolutória, pois era faxineira do estabelecimento.
- B) alegar crime impossível, pois praticou o furto enquanto estava sob território monitorado pelas vendedoras.
- C) alegar crime culposo, uma vez que praticou o furto por imprudência.
- D) defender seu ato como excludente de ilicitude, pois praticou o furto em estado de necessidade.
- E) usar do arrependimento posterior, devolvendo o objeto furtado antes do recebimento da denúncia, para que obtenha direito à redução da pena de um a dois terços.

49) De acordo com o Código Penal, assinale a alternativa correta.

- A) Ninguém pode ser punido por fato que lei posterior deixa de considerar crime, cessando em virtude dela a execução, mas não os efeitos penais da sentença condenatória
- B) A lei posterior, que de qualquer modo favorecer o agente, aplica-se aos fatos anteriores, exceto se decididos por sentença condenatória transitada em julgado.
- C) Para os efeitos penais, consideram-se como extensão do território nacional as embarcações e aeronaves brasileiras, de natureza pública ou a serviço do governo brasileiro onde quer que se encontrem, bem como as aeronaves e as embarcações brasileiras, mercantes ou de

propriedade privada, que se achem, respectivamente, no espaço aéreo correspondente ou em alto-mar.

D) Considera-se praticado o crime no momento em que o agente atinge o resultado pretendido.

E) Em nenhuma situação, a lei brasileira pode ser aplicada aos crimes praticados a bordo de aeronaves ou embarcações estrangeiras de propriedade privada.

50) Preencha as lacunas e assinale a alternativa correta.

Transitada em julgado a sentença condenatória, a multa será executada perante o juiz _____ penal e será considerada _____, aplicáveis as normas relativas à dívida ativa da Fazenda Pública, inclusive no que concerne às causas interruptivas e suspensivas da prescrição.

- A) da cognição / débito
- B) da execução / dívida de valor
- C) da cognição / dívida de valor
- D) da execução / crédito
- E) do processo / dívida ativa

51) Uma mulher jovem, 20 anos de idade, com intenção de esconder a gravidez dos familiares, expulsa o conceito dolosamente do seu ventre na 25ª semana de gestação. Perante a lei, como essa situação é caracterizada?

- A) Não é crime devido ao estado puerperal da mulher
- B) Não se pode qualificar como crime antes de uma avaliação psiquiátrica da mulher.
- C) Crime de infanticídio.
- D) Crime de homicídio.
- E) Crime de aborto.

52) São considerados crimes contra o patrimônio de consumação instantânea as seguintes condutas, EXCETO

- A) sequestrar pessoa com o fim de obter, para si ou para outrem, qualquer vantagem, como condição ou preço do resgate.
- B) subtrair coisa móvel alheia, para si ou para outrem, mediante grave ameaça ou violência a pessoa, ou depois de havê-la, por qualquer meio, reduzido à impossibilidade de resistência.
- C) subtrair o condômino, co-herdeiro ou sócio, para si ou para outrem, a quem legitimamente a detém, a coisa comum.
- D) obter, para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil, ou qualquer outro meio fraudulento.
- E) tomar refeição em restaurante, alugar-se em hotel ou utilizar-se de meio de transporte sem dispor de recursos para efetuar o pagamento.

53) Sobre os crimes contra a dignidade sexual, conforme a jurisprudência dos tribunais superiores, assinale a alternativa correta.

- A) O princípio da insignificância é aplicável aos crimes contra a dignidade sexual.

B) A prática de crime ou contravenção penal contra a dignidade sexual impossibilita a substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos.

C) O crime de estupro de vulnerável se configura com a conjunção carnal ou prática de ato libidinoso com menor de 14 anos, sendo irrelevante eventual consentimento da vítima para a prática do ato, sua experiência sexual anterior ou existência de relacionamento amoroso com o agente.

D) A configuração do crime de importunação sexual independe da prova da efetiva importunação da vítima, por se tratar de delito formal.

E) É inadmissível aplicar, no estupro qualificado pelo concurso de agentes, a majorante do estupro coletivo.

54) Assinale a opção que corresponde a um crime contra o Estado Democrático de Direito, nos termos do Título XII do Código Penal.

A) Entregar ao governo alemão documento secreto, pondo em risco a soberania brasileira, a fim de expor a violação de direitos humanos.

B) Entoar cânticos cristãos para perturbar o comício eleitoral de um candidato candomblecista.

C) Constituir associação para conscientizar o público das vantagens da independência do Rio Grande do Sul.

D) Negociar com dissidentes venezuelanos o disparo de mísseis contra o Brasil, para acirrar a animosidade entre os países.

E) Oferecer propina a parlamentares para impedir a abertura de processo de impeachment contra o presidente da República.

Direito Processual Penal

55) Sobre o regramento do acordo de não persecução penal, assinale a alternativa correta.

A) Nos casos envolvendo violência doméstica contra mulher, o acordo de não persecução penal só é cabível se a imputação for de crime sem violência ou grave ameaça.

B) É incabível acordo de não persecução penal se o agente tiver sido beneficiado, nos 10 (dez) anos anteriores ao cometimento da nova infração, em acordo de não persecução penal, transação penal ou suspensão condicional do processo.

C) O delegado de polícia poderá propor acordo de não persecução penal quando o crime vislumbrado for afiançável pela própria autoridade policial.

D) A impossibilidade de reparação ao dano ou restituição da coisa à vítima não é óbice à celebração do acordo de não persecução penal.

E) Para celebrar o acordo de não persecução penal, o investigado deverá confessar formal e judicialmente a prática de infração penal.

56) Sobre sistemas processuais e competência, assinale a alternativa INCORRETA.

A) No sistema acusatório, o princípio do contraditório guarda especial relevância, o que não o impede de ser postergado em determinadas circunstâncias.

B) A competência será, de regra, determinada pelo lugar em que se consumar a infração, ou, no caso de tentativa, pelo lugar em que foi praticado o último ato de execução.

C) A competência será determinada pela prevenção se, no mesmo caso, houverem sido praticadas infrações para facilitar ou ocultar outras infrações, ou para conseguir impunidade ou vantagem em relação a qualquer delas.

D) A competência será determinada pela conexão se, ocorrendo duas ou mais infrações, houverem sido praticadas, ao mesmo tempo, por várias pessoas reunidas, ou por várias pessoas em concurso, embora diverso o tempo e o lugar, ou por várias pessoas, umas contra as outras.

E) Se, iniciado o processo perante um juiz, houver desclassificação para infração da competência de outro, a este será remetido o processo, salvo se mais graduada for a jurisdição do primeiro, que, em tal caso, terá sua competência prorrogada.

57) André foi aprovado em concurso público para o cargo de auxiliar de necropsia da Polícia Civil do Estado Alfa. Durante seu curso de formação na Acadepol, André e os demais novos policiais foram orientados a atender todas as normas sobre a cadeia de custódia. De acordo com o Código de Processo Penal, considera(m)-se cadeia de custódia:

A) as prisões localizadas no interior das delegacias de polícia, que se destinam a receber e manter recolhidos, até ordem judicial de soltura, os presos provisórios;

B) o controle feito pelo juiz das garantias, que é responsável pela análise da legalidade da investigação criminal e pela salvaguarda dos direitos individuais do indiciado;

C) a fase de colheita da prova oral em um inquérito policial, consistente no interrogatório do investigado perante a autoridade policial e no depoimento de testemunhas;

D) as penitenciárias, que se destinam a receber e manter recolhidos, até ordem judicial de soltura, os detentos condenados com trânsito em julgado à pena privativa de liberdade, com início de cumprimento em regime fechado;

E) o conjunto de todos os procedimentos utilizados para manter e documentar a história cronológica do vestígio coletado em locais ou em vítimas de crimes, para rastrear sua posse e manuseio a partir de seu reconhecimento até o descarte.

58) Mauro é delegado de polícia em Abadiânia-GO e inicia o interrogatório de um sujeito preso em flagrante pelo crime de injúria racial. Após o ato, Mauro fixa fiança no valor de 100 (cem) salários-mínimos. Com base no exposto, assinale a alternativa correta.

A) Mauro extrapolou sua competência, pois a autoridade policial só pode afiançar crimes que

envolvam penas superiores a 4 (quatro) anos de reclusão.

B) Mauro poderia ter arbitrado fiança acima do valor originalmente fixado.

C) Mauro deveria ter arbitrado valor máximo de 10 (dez) salários-mínimos.

D) Mauro não poderia ter arbitrado a fiança, pois o crime nesse contexto é inafiançável.

E) A fiança arbitrada por delegado de polícia deve ser referendada pelo juízo competente.

59) Em relação aos procedimentos de cognição, assinale a alternativa correta.

A) Os processos que apurem a prática de crime hediondo terão prioridade de tramitação em todas as instâncias.

B) Serão residualmente sumários todos os procedimentos comuns que não tiverem por objeto crime cuja sanção máxima cominada for igual ou superior a 4 (quatro) anos de pena privativa de liberdade.

C) O procedimento sumaríssimo tem rito cível e tramitação subsidiária perante os Juizados Especiais.

D) As decisões de rejeição da denúncia e absolvição sumária possuem as mesmas causas motivadoras.

E) As provas serão produzidas em uma só audiência, sendo defeso ao juiz indeferir aquelas hipoteticamente protelatórias, sob pena de violação ao princípio da ampla defesa.

60) Acerca da ação de ordem de habeas corpus, quando endereçado a órgãos judiciais colegiados em matéria penal, assinale a alternativa correta.

A) A impetração do habeas corpus obstará o processo, desde que este não esteja em conflito com os fundamentos daquela.

B) A superveniência da sentença condenatória não prejudica o pedido de trancamento da ação penal por falta de justa causa feito em habeas corpus.

C) Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de habeas corpus impetrado contra decisão do Relator que, em habeas corpus requerido a tribunal superior, indefere a liminar.

D) Cabe habeas corpus ainda que extinta a pena privativa de liberdade.

E) Compete originariamente ao Superior Tribunal de Justiça o julgamento de habeas corpus contra decisão de turma recursal de juizados especiais criminais.

61) Valdo está sendo investigado pelo crime de extorsão, em liberdade. Há indícios de que agiu com um comparsa.

Nessa situação hipotética, em tese,

A) o crime imputado na investigação não preenche os requisitos de admissibilidade para decretação de prisão temporária.

B) como Valdo está solto, o inquérito deverá terminar no prazo de trinta dias, podendo ser prorrogado.

C) ao ser indiciado, Valdo deve ser ouvido e o termo, após ter sido lido em voz alta, deve ser assinado pelo

escrevão, dispensando-se a assinatura por testemunhas, caso Valdo saiba ler e escrever.

D) para a instauração do inquérito policial, é necessária representação da vítima de extorsão.

E) caso Valdo denuncie o comparsa à autoridade, terá sua pena reduzida de um a dois terços.

Direito Penitenciário e Criminologia

62) No último modelo de reação ao crime, buscase o retorno da vítima ao status quo ante ao cometimento do delito, de forma a tentar resgatar o momento anterior à violação dos bens jurídicos. Passam a compor, de forma principal, nesse modelo de reação, a vítima e o condenado, ficando de fora o Estado.

No que concerne aos modelos de reação, é correto afirmar que o enunciado se refere ao modelo conhecido por

A) conciliatório.

B) dissuasório.

C) clínico.

D) ressocializador.

E) despenalizador.

63) O condenado que cumpre a pena em regime fechado ou semiaberto poderá remir, por trabalho ou por estudo, parte do tempo de execução da pena. Sobre esse tema e conforme a Lei de Execução Penal, assinale a alternativa INCORRETA.

A) O preso impossibilitado, por acidente, de prosseguir no trabalho ou nos estudos continuará a beneficiar-se com a remição.

B) O tempo a remir em função das horas de estudo será acrescido de 1/3 (um terço) no caso de conclusão do ensino fundamental, médio ou superior durante o cumprimento da pena, desde que certificada pelo órgão competente do sistema de educação.

C) Os benefícios e regras da remição também se aplicam às hipóteses de prisão cautelar.

D) A contagem de tempo para remição é de 1 (um) dia de pena a cada 12 (doze) horas de frequência escolar divididas, no mínimo, em 3 (três) dias, e 1 (um) dia de pena a cada 5 (cinco) dias de trabalho.

E) Em caso de falta grave, o juiz poderá revogar até 1/3 (um terço) do tempo remido, recomeçando a contagem a partir da data da infração disciplinar.

64) Sobre os estabelecimentos penais, a Lei de Execução Penal brasileira (Lei nº 7.210/1984)

A) não prevê mais expressamente a cadeia pública destinada ao recolhimento de presos provisórios.

B) é omissa quanto à implementação de berçários nos estabelecimentos prisionais destinados a mulheres para que possam cuidar de seus filhos no período de amamentação.

C) prevê a instalação de Centro de Observação em unidade autônoma ou em anexo a estabelecimento

penal, cuja função é a realização de exames gerais e o criminológico, podendo inclusive realizar pesquisas criminológicas.

D) destina a Colônia Agrícola aos presos em cumprimento de pena no regime aberto para que possam ser reinseridos gradativamente ao meio social.

E) prevê como requisito básico da unidade celular de uma penitenciária, a salubridade do ambiente e a área mínima de 3 m².

65) De acordo com o Estatuto Penitenciário do Estado do Paraná, é correto afirmar que:

A) As Creches e Pré-Escolas são previstas em todos os tipos de estabelecimentos penitenciários, sem restrição de regime.

B) A Comissão Técnica de Classificação é responsável apenas pela elaboração do programa individualizador, sem envolvimento na execução das penas.

C) O Conselho de Reclassificação e Tratamento tem como uma de suas funções analisar pedidos de reabilitação de presos que cometeram faltas graves.

D) Todo preso ou internado pode manter consigo dinheiro, objetos de valor e roupas pessoais dentro do estabelecimento penal.

E) A assistência a menores até 6 anos de idade em estabelecimentos femininos de regime fechado ou semiaberto não está prevista no Estatuto.

66) No contexto do Estatuto Penitenciário do Estado do Paraná, analise as seguintes afirmativas sobre as sanções disciplinares:

I. A advertência é considerada uma sanção para faltas graves.

II. O isolamento na própria cela ou em local adequado pode ser uma sanção para faltas leves, médias e graves, variando a duração conforme a gravidade da falta.

III. A decisão de aplicar a sanção de isolamento é competência exclusiva do diretor do estabelecimento penitenciário.

IV. A tentativa de cometer uma falta é punida com a mesma sanção que seria aplicada se a falta tivesse sido consumada.

É correto o que se afirma em:

A) I e III apenas.

B) II e IV apenas.

C) I, II e IV apenas.

D) II, III e IV apenas.

E) I, II, III e IV.

67) De acordo com a Lei Complementar 245, que trata do Quadro Próprio da Polícia Penal do Estado do Paraná, considere as afirmações a seguir:

I. O conceito de "Carreira" refere-se ao conjunto de atividades temporárias e variáveis dentro de um mesmo cargo.

II. "Cargo" é uma unidade funcional com denominação própria, criada por lei, cujo provimento se dá exclusivamente por meio de concurso público.

III. "Promoção" é definida como a progressão para um cargo de nível hierárquico totalmente diferente dentro da estrutura organizacional.

IV. "Subsídio" é a retribuição financeira pelo efetivo exercício do cargo, sendo fixado em parcela única e determinado pela classe estabelecida em lei.

V. "Interstício" é o período de tempo mínimo necessário entre duas promoções consecutivas.

As afirmações corretas são:

- A) Apenas I, II e IV.
- B) Apenas II, IV e V.
- C) Apenas III e V.
- D) Apenas I, III e V.
- E) Apenas II e IV.

68) Relativamente ao regime remuneratório estabelecido pela Lei Complementar 245 para os Policiais Penais do Estado do Paraná, analise as seguintes afirmativas:

I. A remuneração dos Policiais Penais é realizada por meio de subsídio, o qual exclui o acréscimo de quaisquer outras verbas remuneratórias, com exceções previstas na Lei.

II. O subsídio dos Policiais Penais é revisado anualmente, seguindo os mesmos moldes e índices aplicáveis aos demais servidores do Poder Executivo.

III. Os adicionais por tempo de serviço e adicional noturno continuam sendo pagos aos Policiais Penais como parte do sistema remuneratório anterior.

IV. O enquadramento dos servidores ativos, aposentados e geradores de pensão do cargo de Agente Penitenciário no novo regime de subsídio deve respeitar o princípio da irredutibilidade salarial.

Está(ão) correta(s):

- A) Apenas I e II.
- B) Apenas II e III.
- C) Apenas I, II e IV.
- D) Apenas III e IV.
- E) I, II, III e IV.

Direitos Humanos

69) Uma das características dos direitos humanos é a imprescritibilidade, a qual significa que

A) devem ser exercidos diretamente por seus titulares independentemente da necessidade de prescrição legal ou judicial.

B) devem ser reconhecidos pelas leis de cada Estado de modo que, após o reconhecimento, não possam mais ser revogados.

C) não precisam ser escritos, bastando que façam parte de um consenso social e cultural para que sejam exigidos e respeitados.

D) não podem ser proscritos pela lei interna do país caso já tenham sido reconhecidos em nível internacional.

E) o decorrer do tempo sem que tenham sido concretizados não retira de seu titular a possibilidade de exigí-los a qualquer momento.

70) Em relação ao Direito Internacional dos Direitos Humanos e a redefinição da cidadania no Brasil, NÃO é correto afirmar:

A) O desconhecimento dos direitos e garantias internacionais importa no desconhecimento de parte substancial dos direitos da cidadania, por significar a privação do exercício de direitos acionáveis e defensáveis na arena internacional.

B) O Direito Internacional dos Direitos Humanos vem instaurar o processo de redefinição do próprio conceito de cidadania no âmbito brasileiro, seja em face da sistemática de monitoramento internacional que proporciona, seja em face do extenso universo de direitos que assegura.

C) Os direitos internacionais integram o universo impreciso e indefinido dos direitos implícitos, decorrentes do regime ou dos princípios adotados pela Constituição Federal de 1988, o que limita em parte o exercício da cidadania no Brasil.

D) Pode-se afirmar que a realização plena e não apenas parcial dos direitos da cidadania envolve o exercício efetivo e amplo dos direitos humanos, nacional e internacionalmente assegurados.

71) Sobre a Carta das Nações Unidas, é correto afirmar:

A) assinada em São Francisco, em 26 de junho de 1945, criou o Conselho de Direitos Humanos, endossando a visão de que os direitos fundamentais são essenciais para a paz e o desenvolvimento das nações.

B) o Conselho de Segurança é composto de quinze membros das Nações Unidas. São membros permanentes: China, Alemanha, Rússia, Reino Unido e Estados Unidos. Os demais são eleitos pela Assembleia Geral.

C) a admissão de qualquer Estado como Membro das Nações Unidas será efetuada por decisão da Assembleia Geral, sem qualquer interferência do Conselho de Segurança.

D) a Corte Internacional de Justiça foi criada como o principal órgão judicial das Nações Unidas, sendo composto por nove juízes.

E) seus propósitos centrais são: (i) manter a paz e a segurança internacional; (ii) fomentar a cooperação internacional nos campos social e econômico; (iii) promover os direitos humanos no âmbito universal.

72) A Convenção sobre os Direitos da Criança, ratificada pelo Governo Brasileiro em 1990, assevera que:

- A) é considerada criança todo ser humano com menos de quatorze anos de idade, a não ser que, em conformidade com a lei aplicável à criança, a maioria seja alcançada antes.
- B) a criança será registrada até um ano após seu nascimento e terá direito, desde o momento em que nasce, a um nome, a uma nacionalidade e, na medida do possível, a conhecer seus pais e a ser cuidada por eles.
- C) a criança, por ser juridicamente incapaz, não terá direito à liberdade de expressão.
- D) os Estados Partes reconhecem os direitos da criança à liberdade de associação e à liberdade de realizar reuniões pacíficas.
- E) os Estados Partes reconhecerão as crianças que forem maiores de doze anos, o direito de usufruir da previdência social, inclusive do seguro social, e adotarão as medidas necessárias para lograr a plena consecução desse direito, em conformidade com sua legislação nacional.
-

73) A Convenção Americana sobre Direitos Humanos, de 22 de novembro de 1969, também conhecida como Pacto de São José da Costa Rica, foi incorporada ao Direito Brasileiro por meio do Decreto nº 678/1992. Segundo essa importante legislação internacional, é correto afirmar que

- A) as penas privativas da liberdade devem ter por finalidade essencial a punição, a reforma e a readaptação social dos condenados.
- B) toda pessoa tem direito à nacionalidade do Estado em cujo território estiver domiciliada, se não tiver direito à outra.
- C) toda pessoa detida ou retida deve ser conduzida, sem demora, à presença de um juiz ou outra autoridade autorizada pela lei a exercer funções judiciais.
- D) todo o acusado tem direito de defender-se, devendo, contudo, ser assistido por um defensor de sua escolha.
- E) em casos expressamente previstos em lei é autorizada a expulsão coletiva de estrangeiros.
-

74) A Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) fez uma visitain loco ao Brasil, entre 5 e 12 de novembro de 2018, em função de convite formulado pelo Estado brasileiro realizado em 29 de novembro de 2017. O objetivo foi o de observar a situação dos direitos humanos no país. Entre os itens constantes de seu relatório, a CIDH apontou para “o grave contexto de violações aos direitos humanos das mulheres negras e da juventude pobre da periferia. São os pobres e os afrodescendentes aqueles que seguem sendo desproporcionalmente as principais vítimas de violações aos direitos humanos no Brasil. Estes são mortos às dezenas e milhares, sem investigação, julgamento, punição ou reparação adequados”. Os termos

exarados encontram-se de acordo com as atribuições da CIDH, que

- A) expede “Pareceres”, em caráter consultivo, à Corte Interamericana, sobre aspectos de interpretação da Convenção Americana, podendo inclusive sugerir providências para solução dos problemas observados.
- B) pode solicitar que a Corte Interamericana requeira “medidas provisionais” dos Governos em casos urgentes de grave perigo às pessoas, ainda que o caso não tenha sido submetido à Corte.
- C) faz recomendações aos Estados-membros da OEA acerca da adoção de medidas para corrigir as práticas de violações e adotar medidas de promoção e garantia dos direitos humanos.
- D) zela pelo cumprimento geral dos direitos humanos nos Estados-membros, publica as informações especiais sobre a situação em um estado específico e as envia à Assembleia Geral da OEA para as sanções cabíveis,
- E) realiza visitas in loco aos países, ao receber petições individuais que alegam violações dos direitos humanos, segundo o disposto nos artigos 44 a 51 da Convenção Americana sobre Direitos Humanos, com o intuito de aprofundar a observação geral da situação, e/ou para investigar uma situação particular.
-

75) A federalização dos crimes contra os direitos humanos, conforme prevista na Constituição Federal,

- A) pode ser suscitada de ofício pelo magistrado originariamente competente, pelo Procurador-Geral de Justiça ou pelo Defensor Público-Geral do Estado onde se deu a violação.
- B) implica o deslocamento vertical da competência originária da primeira instância estadual para as cortes supraestaduais (Tribunais Regionais Federais ou Superior Tribunal de Justiça) em casos que versem sobre graves violações de Direitos Humanos.
- C) consiste na possibilidade de o Conselho Nacional de Justiça fixar, excepcionalmente, em vara federal de outro Estado da federação, a competência para conhecer e julgar casos emblemáticos de violação de direitos humanos que tramitem na justiça estadual.
- D) por violar o princípio do juiz natural, não pode ser promovida sem a expressa concordância do juiz estadual ordinariamente competente para conhecer o caso.
- E) é suscitada pelo Procurador-Geral da República, perante o Superior Tribunal de Justiça, em qualquer fase do inquérito ou processo.
-

GARANTA O PACOTE COMPLETO COM 50% DE DESCONTO: [CLIQUE AQUI!](#)

Comentários e Gabaritos

O que é marketing digital?

O conceito marketing digital pode ser explicado como ações de comunicação para negócios que estão na internet, na telefonia celular e em outros meios digitais. O marketing digital também abrange a prática de promover produtos ou serviços através de canais que levam o conteúdo às pessoas rapidamente, de forma relevante e personalizada. Resumidamente, o termo “marketing digital” nada mais é que o marketing na era digital. Ele também impulsionou o surgimento de um novo cliente: o consumidor 2.0. Este cliente é mais exigente, atento, bem informado e curioso. O consumidor 2.0 faz buscas na internet para consultar preços de produtos e serviços, e também para saber a opinião de outros consumidores.

Vale lembrar que, antes de dominar todas as técnicas de marketing digital, o profissional que entende o conceito marketing digital precisa ter capacidade de aprender. Este mercado é dinâmico e, de um dia para o outro, todo o conhecimento adquirido pode não ser tão importante. Uma nova mídia social pode surgir, uma plataforma inédita pode ser desenvolvida, algoritmos podem ser modificados, um aplicativo pode mudar tudo.

Agora que você já entendeu o conceito marketing digital, chegou a hora de saber quais são as mentiras mais contadas sobre o mercado:

É fácil ficar rico com marketing digital

Essa talvez seja a maior de todas as mentiras sobre o mercado do marketing digital. Se você pretende ganhar muito dinheiro em pouco tempo: esqueça. É verdade que este setor pode ser mais acessível que o marketing offline, o “tradicional”, mas isso não quer dizer que você vá ficar rico do dia para a noite.

Muitos profissionais caem em anúncios de cursos e workshops que prometem muito sucesso com marketing digital em pouco tempo, mas o que eles não sabem é que a maioria dessas propagandas está ali para enganá-los. Não existe fórmula mágica, apenas trabalho! Comprar cursos acreditando que se tornará um milionário após concluí-lo é um grande erro.

Muitas pessoas vivem exclusivamente do marketing digital hoje em dia, mas, como qualquer negócio, são etapas que precisam ser construídas até alcançar o sucesso. Com estudo e muito trabalho, é possível encontrar bons resultados no mercado do marketing digital. Porém, o profissional precisa saber que este é um trabalho como qualquer outro e demanda tempo de dedicação.

Adaptado de: <https://www.guiase.com.br/mentiras-sobre-oconceito-marketing-digital/>. Acesso em: 05 abr. 2022.

01) Assinale a alternativa que reescreve adequadamente o trecho em destaque na seguinte frase: “Com estudo e muito trabalho, é possível encontrar bons resultados no mercado do marketing digital.”.

- A) São possíveis encontrarem-se.
- B) Pode-se encontrar.
- C) Podem-se encontrar
- D) Encontram-se possivelmente.
- E) Encontra-se.

Comentário:

Sujeito Indeterminado	<p>É o sujeito que não é possível identificar o agente da ação.</p>	<p>3ª Pessoa do Plural, e o sujeito não for identificado. Ex.: Correram ontem à noite. (Sujeito Indeterminado).</p>
		<p>Existir V.T.I/V.I/V.L + SE e não existir nenhum sujeito explícito ou oculto na frase. Ex.: Precisa-se de ajuda. (Verbo Transitivo Indireto + SE) Ex.: Vive-se feliz no Ceará. (Verbo Intransitivo + SE) Obs.: Quando o sujeito é indeterminado e estiver sendo utilizada a partícula “se”, o verbo deve permanecer no singular. Obs.: Quando o verbo for transitivo direto, a partícula “se”</p>

GARANTA O PACOTE COMPLETO COM 50% DE DESCONTO: [CLIQUE AQUI!](#)

	será apassivadora e não existirá complemento, mas sim sujeito .
	Macete: Se há P.A não há O.D.
	Usar o infinitivo impessoal . Ex.: Andar com os sapatos limpos é importante.

“Se” como Pronome Apassivador	Estrutura: Verbo Transitivo Direto + SE. Obs.: O “se” é Pronome Apassivador (PA) e não existe Objeto Direto, mas sim Sujeito Paciente.	VTD + SE Suj. Paciente Ex.: Derrubou-se José. PA
--------------------------------------	---	---

Dessa maneira, o verbo irá se flexionar para concordar com o sujeito.

Podem-se encontrar bons resultados no mercado do marketing digital com estudo e muito trabalho.

Gabarito: Letra C.

02) Considerando a estruturação da frase que segue e os sentidos por ela expressos, assinale a alternativa que a analisa corretamente. “O marketing digital também abrange a prática de promover produtos ou serviços através de canais que levam o conteúdo às pessoas rapidamente, de forma relevante e personalizada.”

- A) O advérbio “através” não poderia ser substituído pela expressão “por meio de”, visto que os produtos e serviços atravessam os canais, ou seja, passam transversalmente por meio da tela.
- B) Ocorreria acento indicativo de crase no caso de o verbo “abrange” ser substituído por “compreende”, por este ser um verbo transitivo indireto.
- C) O termo “também” apresenta função coesiva referencial, pois retoma uma característica do marketing digital, por meio de uma comparação.
- D) O verbo “levar” flexiona-se no presente do indicativo, tempo e modo verbal que permitem que seja revelada a crença do enunciador: no caso, ele considera verdadeiro o fato de que os canais levam algum tipo de conteúdo às pessoas.
- E) Os adjuntos adverbiais “rapidamente, de forma relevante e personalizada” articulam-se a “o marketing digital”, indicando o modo como ele é disseminado nas mídias digitais.

Comentário:

Letra A: Errada.

“Através” pode ser substituído por “por meio de”.

Letra B: Errada.

Tanto abrange, quanto compreende são verbos transitivos diretos.

Letra C: Errada.

“Também” está no sentido de adição.

Letra D: Correta.

Letra E: Errada.

Os advérbios articulam em volta do verbo “levar”.

Gabarito: Letra D.

03) Assinale a alternativa que apresenta a relação de sentido estabelecida entre oração subordinada e oração principal na seguinte frase: “O consumidor 2.0 faz buscas na internet para consultar preços de produtos e serviços.”

- A) Explicação.
- B) Finalidade.
- C) Causa.
- D) Consequência.
- E) Tempo.

Comentário:

Orações Subordinadas Adverbiais Finais	Os conectivos trazem uma ideia de propósito. Conectivos: para que, a fim de que, do modo que, porque (quando igual a para que), de sorte que, que.	Ex.: Cantarei para que fique tranquilo. O. Principal + O.S.A.Final
---	--	---

Gabarito: Letra B.

04) TEXTO 1



Adaptado de: <https://i.pinimg.com/originals/67/72/5d/67725d11a38cf072645404797fd1d5ba.jpg>. Acesso em: 14 mar. 2022.

TEXTO 2

[...]

O que determina no médio e longo prazo o desempenho econômico de um país é sua capacidade produtiva, que em qualquer período de tempo gera uma oferta agregada de bens e serviços, denominada Produto Interno Bruto (PIB). Para haver crescimento continuado do PIB é preciso que haja uma expansão continuada daquela capacidade, que é determinada pelos fatores de produção disponíveis. Para efeito de simplificação e raciocínio, agrupam-se estes fatores em três categorias: (a) a quantidade de mão de obra disponível e sua qualificação média; (b) o estoque de capital físico empregado ajustado a sua qualidade; e (c) a Produtividade Total dos Fatores de Produção (PTF), que é um resíduo explicativo após se aferir a contribuição dos outros dois. Quanto mais acurada for a mensuração da quantidade e qualidade da força de trabalho e do estoque de capital empregado, menor tende a ser a PTF. Mas, mesmo nos países desenvolvidos, onde a disponibilidade de informações permite que ela seja bem mensurada, ela é, entre os três fatores, o que mais explica crescimento econômico.

Adaptado de: SICSU, J.; CASTELAR, A. (Orgs.). *Sociedade e economia: estratégias de crescimento e desenvolvimento*. Brasília: Ipea, 2009.

TEXTO 3

O que é o PIB

O PIB é a soma de todos os bens e serviços finais produzidos por um país, estado ou cidade, geralmente em um ano. Todos os países calculam o seu PIB nas suas respectivas moedas.

O PIB do Brasil em 2021, por exemplo, foi de R\$ 8,7 trilhões. No último trimestre divulgado (4º trimestre de 2021), o valor foi de R\$ 2 257,7 bilhões.

O PIB mede apenas os bens e serviços finais para evitar dupla contagem. Se um país produz R\$ 100 de trigo, R\$ 200 de farinha de trigo e R\$ 300 de pão, por exemplo, seu PIB será de R\$ 300, pois os valores da farinha e do trigo já estão embutidos no valor do pão.

Os bens e serviços finais que compõem o PIB são medidos no preço em que chegam ao consumidor. Dessa forma, levam em consideração também os impostos sobre os produtos comercializados.

O PIB não é o total da riqueza existente em um país. Esse é um equívoco muito comum, pois dá a sensação de que o PIB seria um estoque de valor que existe na economia, como uma espécie de tesouro nacional.

Na realidade, o PIB é um indicador de fluxo de novos bens e serviços finais produzidos durante um período. Se um país não produzir nada em um ano, o seu PIB será nulo.

Análises feitas a partir do PIB

A partir da performance do PIB, pode-se fazer várias análises, tais como:

* Traçar a evolução do PIB no tempo, comparando seu desempenho ano a ano;

*Fazer comparações internacionais sobre o tamanho das economias dos diversos países;

*Analisar o PIB per capita (divisão do PIB pelo número de habitantes), que mede quanto do PIB caberia a cada indivíduo de um país se todos recebessem partes iguais, entre outros estudos.

O PIB é, contudo, apenas um indicador síntese de uma economia. Ele ajuda a compreender um país, mas não expressa importantes fatores, como distribuição de renda, qualidade de vida, educação e saúde. Um país tanto pode ter um PIB pequeno e ostentar um altíssimo padrão de vida, como registrar um PIB alto e apresentar um padrão de vida relativamente baixo.

Adaptado de: <https://www.ibge.gov.br/explica/pib.php>. Acesso em: 14 mar. 2022

O termo “acurada”, empregado em “Quanto mais acurada for a mensuração da quantidade e qualidade da força de trabalho [...]”, do Texto 2, tem sentido de

- A) rigor.
- B) imprecisão.
- C) flexibilidade.
- D) ambiguidade.
- E) confusão.

Comentário:

O termo "acurada" refere-se à precisão e cuidado na realização de uma tarefa, neste caso, a mensuração de determinados fatores econômicos. Ele sugere minúcia e exatidão na medida ou avaliação. Portanto, no contexto dado, o sentido de "acurada" é o de rigor. Assim, a alternativa correta é a A) rigor.

Gabarito: Letra A.

05) Sobre a formação do plural do termo “mão de obra”, é correto afirmar que

- A) apenas o primeiro elemento da composição é flexionado, acrescenta-se o morfema “s”.
- B) apenas o último elemento da composição é flexionado, acrescenta-se o morfema “s”.
- C) o primeiro e o último elementos da composição são flexionados.
- D) nenhum dos dois elementos da composição é flexionado, por causa da preposição.

E) é formado sem o acréscimo de morfema.

Comentário:

Quando palavras são conectadas por uma preposição, somente a primeira palavra é flexionada para o plural.

Por exemplo: estrela-do-mar (estrelas-do-mar), mula-sem-cabeça (mulas-sem-cabeça), peroba-do-campo (perobas-do-campo).

Gabarito: Letra A.

06) Em relação aos termos “equivoco” e “período”, empregados no Texto 3, informe se é verdadeiro (V) ou falso (F) o que se afirma a seguir e assinale a alternativa com a sequência correta.

() Ambos são proparoxítonos, a sílaba tônica recai na penúltima sílaba.

() Ambos apresentam hiatos, inseparáveis silabicamente quando ocorrem na sílaba tônica.

() O primeiro forma o plural com mudança de timbre da vogal tônica, o segundo não.

() O segundo forma o plural com alteração na sílaba tônica, o primeiro não.

A) V – F – V – F.

B) V – V – F – F.

C) F – V – F – V.

D) F – V – F – F.

E) F – F – F – F.

Comentário:

Item I: Errado.

Tonicidade	
Oxítonas	Tonicidade na última sílaba. As palavras oxítonas que terminam em a(as), e(es), o(os), em, ens, ditongos abertos éi(s), éu(s), ói(s) são acentuadas. Ex.: Café, Jiló, Também, Parabéns, Herói, Troféu, Anéis.
Paroxítonas	Tonicidade na penúltima sílaba. As palavras paroxítonas que terminam em l, n, r, x, i(is), u(us), ps, ã(ãs), ão(ãos), um(uns) e ditongos são acentuadas. Ex.: Revólver, Xérox, Tórax, Lápis, Ônus, Tríceps, Ímã, Órgão, Álbum. <input type="checkbox"/> As palavras paroxítonas que possuem tonicidade nos ditongos abertos (ei, oi, eu) não são mais acentuadas. Ex: Pla-tei-a; As-sem-blei-a; A-poi-o.
Proparoxítonas	Tonicidade na antepenúltima sílaba. Todas as proparoxítonas são acentuadas. Ex.: Ex: Física, Árvore, Quilômetro.

Item II: Errado.

Item III/IV: Errados.

Neste trecho, o objetivo é induzir o candidato a erro através do conceito de plural metafônico, que se refere a palavras cuja pronúncia se altera quando estão no plural, como por exemplo: ovo/ovos, posto/postos, osso/ossos. Entretanto, as palavras mencionadas não sofrem mudança na pronúncia quando pluralizadas.

Gabarito: Letra E.

07) No trecho “Ele ajuda a compreender um país”, do Texto 3, o termo “ele” é empregado com relação textual coesiva de

A) reiteração, pelo recurso de repetição.

B) reiteração, pelo recurso de substituição.

C) associação, pelo recurso de repetição.

D) associação, pelo recurso de substituição.

E) conexão, pelo recurso de seleção lexical.

Comentário:

No trecho "Ele ajuda a compreender um país", do Texto 3, o termo "ele" é um pronome pessoal que substitui e se refere ao termo "O PIB" mencionado anteriormente no texto. Portanto, a sua função é de retomar um elemento já mencionado no discurso, atuando como um recurso de substituição para evitar repetição. Assim, a relação textual coesiva estabelecida aqui é de reiteração, pelo recurso de substituição.

A alternativa correta é a B) reiteração, pelo recurso de substituição.

Gabarito: Letra B.

08) Assinale a alternativa em que todos os verbos empregados no trecho são regulares.

A) "Quanto mais acurada for a mensuração da quantidade e da qualidade da força de trabalho".

B) "Para haver crescimento continuado do PIB é preciso que haja uma expansão continuada daquela capacidade".

C) "[...] ostentar um altíssimo padrão de vida, como registrar um PIB alto e apresentar um padrão de vida relativamente baixo".

D) "[...] empregado após se aferir a contribuição dos outros dois".

E) "[...] permite que ela seja bem mensurada, ela é, entre os três fatores, o que mais explica o crescimento econômico".

Comentário:

Verbos Regulares
São aqueles em que o seu radical não sofre alterações , sendo regular durante toda conjugação. Perceba que o radical "cant" do verbo "cantar" não modifica.
Exemplo
Eu canto , tu cantas , ele canta , nós cantamos , vós cantastes , eles cantaram .

Verbos Irregulares
São aqueles em que o seu radical sofre alterações , sendo irregular durante parte da conjugação. Perceba que os radicais do verbo "dizer" e "cabere" se modificam durante a conjugação.
Exemplo
Eu digo , tu dizes , ele diz ... (Presente Ind.) / Eu disse , tu disseste , ele disse ... (Pret. Perfeito)

Verbos Anômalos
São aqueles em que o seu radical se desfaz por completo . Como principais verbos temos o "ir" e o "ser".
Exemplo
Conjugação do verbo ir (Presente do Indicativo): Eu vou, tu vais, ele vai, nós vamos, vós ides, eles vão. Conjugação do verbo ser (Pretérito Imperfeito): Eu era, tu eras, ele era, nós éramos, vós éreis, eles eram.

Verbos Defectivos
São aqueles que não possuem uma conjugação completa , ou seja, não é possível conjugá-los em todas as pessoas. São considerados verbos defectivos: abolir , banir , colorir , computar , delir, explodir , ruir, exaurir, demolir , feder, prevenir , reaver , aturdir, bramir, esculpir, extorquir.

GARANTA O PACOTE COMPLETO COM 50% DE DESCONTO: [CLIQUE AQUI!](#)

Verbos Vicários
Verbo que substitui um verbo ou locução verbal que já foi mencionada, mantendo a ideia original da frase. Funcionam como uma espécie de sinônimo do verbo a que fazem referência , apresentados, normalmente, pelos verbos ser e fazer .
Exemplo
Ex.: José já não dança tanto como dançava antigamente. Ex.: José já não dança tanto como fazia antigamente. (dançava)

Gabarito: Letra C.

09) Assinale a alternativa em que o predicado do trecho “[...] o PIB é um indicador de fluxo [...]”, do Texto 3, está corretamente classificado.

- A) Predicado verbal com verbo intransitivo.
- B) Predicado nominal com verbo de ligação.
- C) Predicado nominal com verbo transitivo indireto.
- D) Predicado verbo-nominal com verbo de ligação.
- E) Predicado verbo-nominal com verbo transitivo direto.

Comentário:

Predicativo do Sujeito

É a **caracterização atribuída ao sujeito**. Em regra, ocorre por meio de um **Verbo de Ligação** (Ser, estar, ficar, continuar, permanecer, andar (sentido de estar), tornar-se).

O Predicativo do Sujeito é uma **característica transitória ou momentânea**, ou seja, é algo temporário. **Ex:** Maria está bonita. (Está bonita, mas depois pode ficar feita).

Importante!

- Não confundir predicativo do sujeito com Adjunto Adverbial.⁴
- Para o verbo ser de ligação deve estar **ligado a um predicativo do sujeito**, caso contrário não será. Normalmente os verbos de ligação se tornam **verbos intransitivos** quando estiverem ao lado de **adjunto adverbial**.⁵
- É possível na frase existir predicativo do sujeito sem o verbo de ligação.⁶

Exemplos	
Ex. ¹ : Maria está bonita; Suj. V.L. Pred. Suj.	Ex. ⁴ : Maria está na Europa; Suj. V.I. Adj. Adv.
Ex. ² : José continua doente; Suj. V.L. Pred. Suj.	Ex. ⁵ : Cássia entrou na sala de aula cansada. Suj. V.I. Adj. Adv. Pred. Suj.
Ex. ³ : José ficou calado. Suj. V.L. Pred. Suj.	Ex. ⁶ : Eu voltei maravilhado. Suj. V.I. Pred. Suj.

O PIB é um indicador de fluxo.

Suj. V.L. Pred. Suj.

Gabarito: Letra B.

10) Todos os termos compostos apresentados a seguir não exigem o emprego de hífen, EXCETO

- A) cão de guarda, fim de semana.
- B) sala de jantar, depois de amanhã.
- C) pé de meia, cor de rosa.
- D) cor de vinho, cor de café.

E) pôr de sol, pé de moleque.

Comentário:

Palavras Compostas por Preposição – Há Hífen (Regra)

- Ex:** Dia **a** dia, pé **de** moleque, cara **de** pau, mão **de** obra.
- Ex:** Dia **a** dia, pé **de** moleque, cara **de** pau, mão **de** obra.
- Exceções:** Mais-que-perfeito, cor-de-rosa, água-de-colônia, bem-te-vi, pimenta-do-reino, bico-de-papagaio.

Gabarito: Letra C.

Raciocínio Lógico Matemático

11) Se você fizer o curso de Técnico em Radiologia, então poderá conduzir o exame de raio-x. Assim, pode-se afirmar que

- A) o curso de Técnico em Radiologia é condição necessária para conduzir o exame de raio-x.
- B) mesmo com o curso de Técnico em Radiologia, você não poderá conduzir o exame de raio-x.
- C) se você não fizer o curso de Técnico em Radiologia, então não poderá conduzir o exame de raio-x.
- D) o curso de Técnico em Radiologia é condição suficiente para conduzir o exame de raio-x.
- E) você só poderá conduzir o exame de raio-x se fizer o curso de Técnico em Radiologia.

Comentário:

A afirmação "Se você fizer o curso de Técnico em Radiologia, então poderá conduzir o exame de raio-x" pode ser entendida como uma proposição condicional onde fazer o curso de Técnico em Radiologia é uma condição suficiente para poder conduzir o exame de raio-x. Isso significa que, se a condição é cumprida (fazer o curso), então o resultado (conduzir o exame de raio-x) é garantido. Não afirma que essa é a única maneira de poder conduzir o exame, mas sim que é uma maneira garantida.

Analisando as alternativas:

A) "o curso de Técnico em Radiologia é condição necessária para conduzir o exame de raio-x." — Esta afirmação sugeriria que não há outra maneira de conduzir o exame de raio-x sem fazer o curso, o que não é diretamente afirmado na proposição original.

B) "mesmo com o curso de Técnico em Radiologia, você não poderá conduzir o exame de raio-x." — Esta afirmação é contrária ao que é dito na proposição original.

C) "se você não fizer o curso de Técnico em Radiologia, então não poderá conduzir o exame de raio-x." — Esta é a contrapositiva da proposição original e seria logicamente equivalente a ela. No entanto, a proposição original não afirma essa exclusividade diretamente.

D) "o curso de Técnico em Radiologia é condição suficiente para conduzir o exame de raio-x." — Esta afirmação está alinhada com a proposição original, indicando que completar o curso permite a condução do exame.

E) "você só poderá conduzir o exame de raio-x se fizer o curso de Técnico em Radiologia." — Esta afirmação sugere que o curso é uma condição necessária, não apenas suficiente, o que iria além da proposição original.

Portanto, a alternativa que melhor corresponde à proposição dada é a D) "o curso de Técnico em Radiologia é condição suficiente para conduzir o exame de raio-x."

Por definição, uma **condição suficiente** é a **antecedente** de uma condicional, e uma **condição necessária** é a **consequente** de uma condicional.

Se você fizer o curso de Técnico em Radiologia... (CONDIÇÃO SUFICIENTE)

...então poderá conduzir o exame de raio-x. (CONDIÇÃO NECESSÁRIA)

Gabarito: Letra D.

12) Considere as seguintes afirmações:

- Se Ana for atriz, então a mãe de Ana não conhecerá Paris.
- Se a mãe de Ana não conhecerá Paris, então Rita não será bailarina.
- Pedro passará no concurso ou a mãe de Ana não conhecerá Paris.
- Pedro não passará no concurso e Ana não será atriz.

A partir dessas afirmações, é correto afirmar que

- A) Rita não será bailarina e Ana não será atriz.
- B) Ana será atriz e a mãe de Ana conhecerá Paris.
- C) A mãe de Ana conhecerá Paris ou Rita será bailarina.
- D) Pedro passará no concurso ou a mãe de Ana conhecerá Paris.
- E) Pedro não passará no concurso e Ana será atriz.

Comentário:

GARANTA O PACOTE COMPLETO COM 50% DE DESCONTO: [CLIQUE AQUI!](#)

Considerando as proposições e conectivos lógicos, vamos analisar as afirmações:

Pedro não passará no concurso(V) e Ana não será atriz(V) = V

Esta afirmação contém o conectivo "e", indicando que ambas as partes devem ser verdadeiras para que toda a proposição seja verdadeira. Dado que esta proposição é verdadeira, confirmamos que Pedro não passará no concurso e Ana não será atriz.

Se Ana for atriz(F), então a mãe de Ana não conhecerá Paris(V) = V

Esta é uma proposição condicional "se-então". Sabemos que Ana não é atriz, o que torna a antecedente falsa e, numa implicação, se o antecedente é falso, a implicação é verdadeira independentemente do valor de verdade do consequente.

Se a mãe de Ana não conhecerá Paris(V), então Rita não será bailarina(V) = V

Outra proposição condicional "se-então", que é considerada verdadeira. Para manter a verdade da implicação, se o antecedente é verdadeiro ("a mãe de Ana não conhecerá Paris"), o consequente também deve ser verdadeiro ("Rita não será bailarina").

Pedro passará no concurso(F) ou a mãe de Ana não conhecerá Paris(V) = V

Esta é uma proposição disjuntiva "ou". Para que a disjunção seja verdadeira, pelo menos uma das partes deve ser verdadeira. Sabemos que Pedro não passará no concurso, então, para que a proposição seja verdadeira, "a mãe de Ana não conhecerá Paris" deve ser verdadeira.

Ao seguir esta sequência lógica, determinamos a veracidade de cada componente das proposições. Iniciando pela proposição com "e" e avançando para as outras proposições, confirmamos a veracidade de todas as afirmações dadas.

Gabarito: Letra A.

13) Ary, Beto, Caio, Davi, Elvis e Fábio são peritos e trabalham na mesma sala, cada um em sua mesa. Certo dia, estando todos juntos nessa sala, Ary percebeu que uma importante prova pericial havia desaparecido de sua mesa e, portanto, apenas um dos peritos pegou a referida prova pericial. Questionados por Ary, as respostas foram:

Beto: "Eu não peguei".

Caio: "Foi o Elvis".

Davi: "Foi o Caio".

Elvis: "Caio está mentindo".

Fábio: "Beto está falando a verdade".

Sabendo-se que apenas um dos peritos mentiu e somente um deles pegou a prova pericial da mesa de Ary, pode-se concluir que o perito que a pegou foi

A) Beto.

B) Caio.

C) Davi.

D) Elvis.

E) Fábio.

Comentário:

Vamos analisar as declarações para determinar quem está mentindo e, por consequência, quem pegou a prova:

Beto: "Eu não peguei."

Caio: "Foi o Elvis."

Davi: "Foi o Caio."

Elvis: "Caio está mentindo."

Fábio: "Beto está falando a verdade."

Se apenas um deles mentiu, então vamos considerar as implicações:

Se Beto estiver mentindo, então ele pegou a prova. Mas isso implicaria que Fábio também está mentindo, o que contradiz a premissa de que apenas um mentiu.

Se Caio estiver mentindo sobre Elvis ter pego a prova, e considerando que somente um está mentindo, isso significa que todas as outras afirmações são verdadeiras, incluindo a de Elvis, que afirma que Caio está mentindo. Isso seria consistente, pois se Caio mentiu sobre Elvis, e Elvis disse que Caio está mentindo, então Elvis estaria falando a verdade.

Se Davi estiver mentindo, então Caio não pegou a prova. Mas não temos outra afirmação que contradiga diretamente a de Davi para confirmar isso.

Se Elvis estiver mentindo, isso significa que Caio não está mentindo. Mas Caio afirmou que Elvis pegou a prova, o que nos leva a um conflito, pois apenas um pode ter pego e apenas um pode estar mentindo.

Se Fábio estiver mentindo, então Beto não está falando a verdade, o que significaria que Beto pegou a prova. Mas isso não se alinha com a premissa de apenas um mentindo, pois teríamos então Beto e Fábio como mentirosos.

A afirmação de Caio de que "Foi o Elvis" e a afirmação de Elvis de que "Caio está mentindo" não podem ser ambas verdadeiras ou ambas falsas ao mesmo tempo. Se Elvis estiver dizendo a verdade (que Caio está mentindo), então Caio não pegou a prova, mas não resolve diretamente quem a pegou. Se Caio está mentindo (e portanto Elvis não pegou a prova), isso validaria a afirmação de Elvis.

Considerando que apenas um está mentindo e somente um pegou a prova, e que as afirmações de Caio e Elvis não podem ser ambas verdadeiras ou falsas simultaneamente, o cenário mais consistente é que Caio está mentindo. Isso faria da afirmação de Caio ("Foi o Elvis") a falsa, e a de Elvis ("Caio está mentindo") a verdadeira, indicando que Caio é o mentiroso e, portanto, o que pegou a prova.

Portanto, a conclusão é que:

B) Caio é o perito que pegou a prova.

Gabarito: Letra B.

14) Considere as duas afirmações a seguir:

- **Todo soldado atua na defesa civil ou atua na defesa ambiental.**
- **Pedro é um soldado da defesa civil.**

Logo, é correto afirmar que

- A) Pedro atua na defesa civil e na defesa ambiental.
 - B) se Pedro não atuar na defesa ambiental, então ele não é um soldado.
 - C) Pedro somente atua na defesa ambiental se atuar na defesa civil.
 - D) como Pedro atua na defesa civil, então ele também atua na defesa ambiental.
 - E) Pedro não atua na defesa ambiental.
-

Comentário:

Vamos analisar cada uma das alternativas com base nas afirmações dadas:

- **Afirmção inicial:** Todo soldado atua na defesa civil ou atua na defesa ambiental.
- **Informação adicional:** Pedro é um soldado da defesa civil.

Agora, avaliando as alternativas:

A. Pedro atua na defesa civil e na defesa ambiental.

GARANTA O PACOTE COMPLETO COM 50% DE DESCONTO: [CLIQUE AQUI!](#)

Esta afirmação não pode ser confirmada com as informações dadas. Sabemos que ele atua na defesa civil, mas não temos informações suficientes para afirmar que ele também atua na defesa ambiental.

B. Se Pedro não atuar na defesa ambiental, então ele não é um soldado.

Esta afirmação é falsa. Pedro é um soldado da defesa civil, então ele pode ser um soldado mesmo sem atuar na defesa ambiental.

C. Pedro somente atua na defesa ambiental se atuar na defesa civil.

Esta afirmação não é necessariamente verdadeira com base nas informações fornecidas. Sabemos que ele atua na defesa civil, mas isso não implica que ele atua na defesa ambiental.

D. Como Pedro atua na defesa civil, então ele também atua na defesa ambiental.

Esta conclusão é inválida com as informações dadas. O fato de ele atuar na defesa civil não implica que ele também atue na defesa ambiental.

E. Pedro não atua na defesa ambiental.

Esta é uma conclusão válida com base nas informações fornecidas. Se todo soldado atua na defesa civil ou na defesa ambiental, e sabemos que Pedro atua na defesa civil, então ele não precisa necessariamente atuar na defesa ambiental.

Portanto, a alternativa correta é a E: Pedro não atua na defesa ambiental.

Gabarito: Letra E.

15) Dentre as atribuições do Papiloscopista Policial da 3ª Classe, estão a execução, orientação, supervisão e fiscalização de todos os trabalhos papiloscópicos de coleta, análise, classificação, subclassificação, pesquisa e arquivamento e a emissão de pareceres técnicos. Jonas é Papiloscopista Policial da 3ª Classe e deseja marcar sua agenda de afazeres com cores diferentes para cada uma das funções, isto é, deve escolher uma cor diferente para cada tópico listado:

• execução; • orientação; • supervisão; • fiscalização; • coleta; • análise; • classificação; • subclassificação; • pesquisa e arquivamento; • emissão de pareceres técnicos.

Considerando a disponibilidade de 10 cores diferentes, de quantas formas é possível que Jonas identifique os afazeres em sua agenda?

- A) 10.
 - B) Entre 11 e 50.
 - C) Entre 51 e 100.
 - D) Entre 101 e 150.
 - E) Mais de 150.
-

Comentário:

Para determinar de quantas formas Jonas pode identificar os afazeres em sua agenda, precisamos calcular o número de permutações possíveis, pois cada tarefa será marcada com uma cor diferente, e há 10 tarefas e 10 cores disponíveis.

O número de maneiras de organizar 10 itens em 10 posições é dado pela permutação de 10 elementos, que é calculada pelo fatorial de 10 (10!). O fatorial de um número n é o produto de todos os números inteiros positivos menores ou iguais a n.

Vamos calcular o fatorial de 10 para encontrar o número de maneiras que Jonas pode organizar suas tarefas.

$$P_{10} = 10! = 10 \cdot 9 \cdot 8 \cdot 7 \cdot 6 \cdot 5 \cdot 4 \cdot 3 \cdot 2 \cdot 1 = 3.628.800$$

Jonas pode identificar os afazeres em sua agenda de 3.628.800 formas diferentes. Portanto, a resposta correta é:

- E) Mais de 150.

Gabarito: Letra E.

16) Um assistente redigiu 30 documentos durante uma semana, sendo que 80% da metade desse total de documentos redigidos foram relatórios e o restante foram correspondências. Sendo assim, é correto afirmar que o total de correspondências redigidas por esse assistente, durante essa semana, é igual a

- A) 12.
 - B) 10.
 - C) 18.
 - D) 14.
 - E) 16.
-

Comentário:

Para encontrar o total de correspondências redigidas pelo assistente, primeiro calculamos 80% da metade dos 30 documentos, que corresponde aos relatórios. Em seguida, subtraímos esse número do total de documentos para obter o número de correspondências.

Primeiro, encontramos a metade de 30 documentos:

$$30/2 = 15$$

Em seguida, calculamos 80% de 15 para encontrar o número de relatórios:

$$80\% \times 15 = 0,8 \times 15 = 12$$

Isso indica que 12 dos documentos eram relatórios. Portanto, o restante dos documentos, que são as correspondências, seria:

$$30 - 12 = 18$$

Assim, o total de correspondências redigidas pelo assistente durante essa semana é 18.

Gabarito: Letra C.

17) Em longos períodos de seca, ocorrem incêndios florestais em vários locais do planeta, provocados por causas diversas. Considere que, em um incêndio de uma região florestal, uma brigada antiincêndio composta por 15 homens conseguiu conter esse incêndio em 40 dias, trabalhando 10 horas por dia. Caso essa brigada fosse composta por 25 homens de mesma eficiência dos anteriores, trabalhando 8 horas por dia, então o total de dias necessários para conter esse incêndio, nessa mesma região florestal, teria sido

- A) 30 dias.
 - B) 20 dias.
 - C) 35 dias.
 - D) 45 dias.
 - E) 40 dias.
-

Comentário:

Para resolver essa questão utilizando a regra de três composta, precisamos considerar que o tempo necessário para conter o incêndio é inversamente proporcional tanto ao número de homens quanto às horas trabalhadas por dia.

Situação inicial:

- Homens: 15
- Dias: 40
- Horas/dia: 10

Situação alterada:

- Homens: 25
- Horas/dia: 8

A regra de três composta é montada como:

Homens	Horas/dia	Dias
15	10	40
25	8	x

Quando se tem grandezas inversamente proporcionais, invertem-se os valores.

Quanto mais homens, menos dias trabalhados = Inversamente proporcionais.

Quanto menos horas trabalhadas, mais dias para terminar = Inversamente proporcionais.

$$\frac{15 * 10 * 40}{25 * 8} = x$$

$$x = 30$$

Gabarito: Letra A.

18) Em uma refeição, Luíza ingeriu 80 gramas de feijão, 140 gramas de arroz e 180 gramas de bacalhau. Quantas quilocalorias ela ingeriu, sabendo que 100 gramas de bacalhau contêm 105 quilocalorias, 100 gramas de arroz contêm 130 quilocalorias e 100 gramas de feijão contêm 91 quilocalorias?

- A) 284,7
- B) 356,2
- C) 398,6
- D) 443,8

Comentário:

80 gramas de feijão (100g = 105 quilocalorias), logo:

Regra de três.

100g _ 91 quilocalorias

80g _ x quilocalorias

$$100x = 7280$$

$$X = 72,80 \text{ QUILOCALORIAS}$$

140 gramas de arroz (100g = 130 quilocalorias), logo:

100g _ 130 quilocalorias

140g _ x quilocalorias

$$100x = 18200$$

$$X = 182,00 \text{ QUILOCALORIAS}$$

180 gramas de bacalhau (100g = 105 quilocalorias), logo:

100g _ 105 quilocalorias

180g _ x quilocalorias

$$100x = 18900$$

$$X = 189,00 \text{ QUILOCALORIAS}$$

TOTAL DE QUILOCALORIAS: 72,80 + 182 + 189 = 443,80

Gabarito: Letra D.

19) João, servidor da Câmara, possui um sítio que usa para descanso aos fins de semana. Ele pretende construir um galinheiro no sítio. Para isso, deseja utilizar um rolo com 200 metros de tela que ele já possui. Se a forma que João escolheu é a retangular e ele usará a tela em todos os lados do retângulo, qual é a área máxima que o galinheiro pode ter?

- A) 1.600 m²
- B) 2.000 m²
- C) 2.400 m²
- D) 2.500 m²
- E) 2.700 m²

Comentário:

200 metros de tela é o perímetro desse retângulo. Ou seja, duas bases + duas alturas = 200 metros.

$$2b + 2h = 200$$

$$b = 200 - 2h / 2$$

$$b = 100 - h$$

$$\text{Área} = b \cdot h$$

$$\text{Área} = (100 - h) \cdot h$$

$$\text{Área} = 100h - h^2$$

O vértice de Y me dará o maior valor dessa função.

$$\text{Vértice de Y} = - \Delta / 4a$$

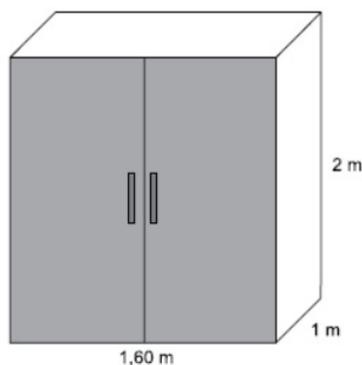
$$\Delta = b^2 - 4ac = 100^2 - 4 \cdot 4 \cdot 0$$

$$\Delta = 10000$$

$$\text{Vértice de Y} = -10.000 / -4 = 2500$$

Gabarito: Letra D.

20) Dois galões de tinta com 3,6 litros cada um foram comprados para pintar 5 armários. Cada armário possui dimensões iguais ao da figura a seguir e todos serão pintados nas portas, no topo e nas duas laterais, ou seja, a parte de trás e o fundo não serão pintados. Para as portas serão aplicadas 2 demãos de tinta, porém, no restante do armário, apenas 1 demão.



Sabendo que cada litro de tinta rende 10 metros quadrados e considerando que não haverá desperdícios, após a pintura de todos os armários, a quantidade de litros de tinta que sobrar será igual a

- A) 1,2.
- B) 1,8.
- C) 2,0.

GARANTA O PACOTE COMPLETO COM 50% DE DESCONTO: [CLIQUE AQUI!](#)

D) 2,8.

Comentário:

4 partes dos armários serão pintadas:

$$\text{Topo} = 1,60\text{m} * 1\text{m} = 1,60\text{m}^2$$

$$2 \text{ Laterais} = 2 * (2\text{m} * 1\text{m}) = 4\text{m}^2$$

$$2 \text{ Portas} = 2 * (1,60\text{m} * 2\text{m}) = 6,4\text{m}^2$$

$$\text{Total cada armário} = 12\text{m}^2$$

$$5 \text{ armários} = 12 * 5 = 60\text{m}^2$$

$$\text{Dois galões} = 3,6\text{l} * 2 = 7,2\text{l}$$

$$1\text{l} \text{ ---- } 10\text{m}^2$$

$$x \text{ ----- } 60\text{m}^2$$

$$10 x = 60$$

$$x = 60/10 = 6\text{l}$$

Logo, se 6l pintam 6 armários inteiros e o total de tinta nos dois galões é de 7,2l, sobram 1,2l

Gabarito: Letra A.

Informática

21) Existe uma forma de vírus usada por cibercriminosos com o objetivo de se replicar e usar as redes de computadores para se espalhar, podendo roubar ou excluir dados. Assinale a alternativa que apresenta o nome desse tipo de vírus.

- A) Backdoor.
- B) Rootkit.
- C) Cavalo de troia.
- D) Worm.
- E) Trojan.

Comentário:

Worms

Worms são **softwares mal-intencionados que se reproduzem e se espalham rapidamente** para qualquer dispositivo da rede. Ao contrário dos vírus, os worms **não precisam de programas hospedeiros** para se disseminar. Um worm infecta um dispositivo por meio de um **arquivo baixado ou de uma conexão de rede** antes de se multiplicar e se dispersar a uma taxa exponencial. Como os vírus, os worms podem interromper gravemente as operações de um dispositivo e causar perda de dados.

Gabarito: Letra D.

22) Nos sistemas operacionais Linux, uma forma de programa que recebe os comandos dos usuários e os transfere para o sistema operacional para fins de processamento e, em seguida, mostra o seu resultado é conhecida como

- A) superusuário.
- B) shell.
- C) batch.
- D) script.
- E) programa.

Comentário:

No Linux, o programa que recebe comandos dos usuários e os transfere para o sistema operacional para serem processados, exibindo os resultados, é conhecido como B) shell.

Gabarito: Letra B.

23) Assinale a alternativa que apresenta uma ação realizada em um software compactador de arquivos.

- A) Criptografar arquivos.
- B) Transferir arquivos entre computadores na rede local.
- C) Converter formatos de arquivo de imagem.
- D) Modificar o conteúdo de um arquivo “.pst”.
- E) Alterar as Propriedades de Segurança do arquivo.

Comentário:

Entre as opções apresentadas, a ação que é realizada em um software compactador de arquivos é A) Criptografar arquivos. Muitos programas de compactação de arquivos têm a opção de adicionar criptografia aos arquivos compactados, aumentando a segurança dos dados contidos neles.

Gabarito: Letra A.

24) Uma prática dos cibercriminosos é enviar, por e-mail, links e anexos prejudiciais às pessoas que os acessam. Assinale a alternativa que apresenta o nome desse tipo de ataque cibernético.

- A) Adware.
- B) Worm.
- C) Phishing.
- D) Cavalo de Troia.
- E) Trojan.

Comentário:

GARANTA O PACOTE COMPLETO COM 50% DE DESCONTO: [CLIQUE AQUI!](#)

O tipo de ataque cibernético onde os criminosos enviam e-mails com links e anexos maliciosos, com o objetivo de enganar os usuários para que forneçam dados pessoais, financeiros ou de acesso, é conhecido como C) Phishing.

Gabarito: Letra C.

25) Nos computadores, qual é o tipo de memória que é desenvolvido combinando o tempo de acesso de memórias de alta velocidade (alto custo) com as memórias de menor velocidade e maior tamanho (baixo custo)?

- A) Memória RAM.
 - B) Memória ROM.
 - C) Memória de Vídeo.
 - D) Memória Hash.
 - E) Memória Cache.
-

Comentário:

O tipo de memória que combina o tempo de acesso de memórias de alta velocidade com as memórias de menor velocidade e maior tamanho é a E) Memória Cache. A memória cache é usada para reduzir o tempo de acesso a dados vindos da memória principal, armazenando cópias dos dados frequentemente utilizados em memória de alta velocidade e baixa latência.

Gabarito: Letra E.

Direito Administrativo

26) Quanto ao processo administrativo, é correto afirmar que

- A) a competência é irrenunciável e, conseqüentemente, não se admite hipótese de exclusão do juiz natural.
B) em sede de recurso administrativo, se o órgão julgador divisar a possibilidade de agravar a situação do recorrente, deverá cientificá-lo para que formule suas alegações.
C) a autoridade deve ficar jungida à iniciativa probatória das partes interessadas, visto que consagrado o primado da verdade formal.
D) no processo administrativo sancionador, a tipificação da conduta imputada deve observar o mesmo rigor do processo penal, não se admitindo o emprego de conceitos jurídicos indeterminados.

Comentário:

Letra A: Errada.

Lei 9.784/99. Art. 11. A competência é **irrenunciável** e se exerce pelos **órgãos administrativos** a que foi atribuída como própria, **salvo** os casos de **delegação** e **avocação** legalmente admitidos.

Letra B: Correta.

Lei 9.784/99. Art. 64. O órgão competente para **decidir o recurso** poderá **confirmar, modificar, anular ou revogar, total ou parcialmente**, a decisão recorrida, se a matéria for de sua **competência**.

Parágrafo único. Se da aplicação do disposto neste artigo puder **decorrer gravame** à situação do recorrente, este **deverá ser cientificado** para que **formule suas alegações antes da decisão**.

Letra C: Errada.

Lei 9.784/99. Art. 29. As atividades de instrução destinadas a **averiguar e comprovar** os dados necessários à tomada de decisão realizam-se de **ofício ou mediante impulsão do órgão** responsável pelo processo, **sem prejuízo do direito dos interessados de propor atuações probatórias**.

Letra D: Errada.

Jurisprudência em Teses, Edição 154: 8) No PAD, a alteração da capitulação legal imputada ao acusado não enseja nulidade, uma vez que o indiciado se defende dos fatos nele descritos e não dos enquadramentos legais.

Gabarito: Letra B.

27) João é servidor público e foi condenado ao ressarcimento ao erário em razão da prática de improbidade administrativa. Ocorre que ele não tem condições financeiras de quitar o débito, necessitando do parcelamento da dívida. De acordo com o que prevê a Lei nº 8.429/1992, assinale a alternativa correta.

- A) O débito poderá ser parcelado mediante autorização judicial em, no máximo, vinte e quatro parcelas monetariamente corrigidas, se demonstrada a incapacidade financeira do réu.
B) A lei não prevê a possibilidade de parcelamento do débito, mas, verificando o juiz a hipossuficiência do réu, poderá deferir a medida.
C) Caso a parte reconheça a dívida, poderá depositar judicialmente trinta por cento do valor da dívida e parcelar o saldo remanescente em seis parcelas nos meses subsequentes, sempre corrigidas monetariamente até o pagamento.
D) O parcelamento poderá ocorrer mediante requerimento administrativo perante a autoridade competente até o limite máximo de dez parcelas corrigidas monetariamente.
E) Comprovada a incapacidade financeira da parte, o juiz poderá deferir o parcelamento em até quarenta e oito parcelas mensais, corrigidas monetariamente.

Comentário:

Lei 8.429. Art. 18. A sentença que julgar procedente a ação fundada nos arts. 9º (**Enriquecimento Ilícito**) e 10 (**Prejuízo ao Erário**) desta Lei condenará ao **ressarcimento dos danos** e à **perda** ou à **reversão dos bens** e valores ilicitamente adquiridos, conforme o caso, em favor da pessoa jurídica prejudicada pelo ilícito. (**Lei 14.230/21**)

GARANTA O PACOTE COMPLETO COM 50% DE DESCONTO: [CLIQUE AQUI!](#)

§ 4º O juiz poderá autorizar o parcelamento, em até 48 parcelas mensais corrigidas monetariamente, do débito resultante de condenação pela prática de improbidade administrativa se o réu demonstrar incapacidade financeira de saldá-lo de imediato. (Lei 14.230/21)

Gabarito: Letra E.

28) Os poderes da Administração Pública são elemento essencial para a caracterização da atuação estatal, abrangendo os poderes normativo, hierárquico, disciplinar e de polícia. A ampla gama de funções a serem exercidas pela Administração em um Estado organizado no modelo brasileiro demanda um igualmente amplo exercício dos poderes da Administração Pública, circunstância esta que denota a importância do tema para a adequada apreciação de medidas estatais. Diante desse contexto, assinale a alternativa correta.

- A) A Polícia Judiciária, embora seja atividade administrativa, prepara a atuação da função jurisdicional, enquanto a Polícia Administrativa, de caráter mais fiscalizador, é atividade da Administração que se exaure em si mesma.
- B) O poder regulamentar por parte do Executivo se justifica pela supremacia do interesse público, de modo que regulamentos administrativos podem ultrapassar as disposições e o âmbito das leis nas quais se baseiam e se justificam.
- C) É vedado ao agente superior ajustar um ato administrativo de agente subordinado que contiver vício de legalidade.
- D) Para a invalidação de conduta revestida de abuso de poder perpetrado por autoridade pública, o prejudicado deve se valer de ação judicial, sendo vedada a anulação administrativa do ato.
- E) A conveniência e a oportunidade, elementos do mérito na prática de atos administrativos discricionários, imbuem o agente público com a possibilidade de tomar decisões arbitrárias, por caracterizarem o exercício de um dos poderes da Administração Pública.

Comentário:

Polícia Administrativa X Polícia Judiciária

- A **polícia Administrativa** aplica infrações de **natureza administrativa**, enquanto a **polícia judiciária** possui a função de aplicar **sanções voltadas para o direito penal** implicando a **detenção ou reclusão de pessoas**.
- Enquanto a **polícia administrativa** exerce suas funções por meio de **órgãos administrativos**, as **funções de polícia judiciária** são exercidas por **corporações especializadas (PC, PRF, PM)**.
- **Parte da doutrina** entende que a **Polícia Administrativa possui caráter preventivo**, enquanto a **judiciária, repressivo com punição penal**;
- A **Polícia Administrativa** incide sobre **bens, direitos ou atividades**, enquanto a **polícia judiciária** incide **sobre pessoas**.
- **OBS:** A **polícia militar** pode exercer tanto **funções de polícia judiciária ou administrativa**;

STF/RE 658.570: É constitucional a atribuição às **guardas municipais** do exercício de **poder de polícia** de trânsito, inclusive para imposição de **sanções administrativas legalmente previstas**.

Gabarito: Letra A.

29) A Administração Pública é informada por diversos princípios, que são proposições fundamentais, que condicionam todas as estruturas subsequentes. Nesse sentido, os prazos fixados para a Administração possa rever seus próprios atos, bem como a vedação à aplicação retroativa de nova interpretação da norma administrativa, são expressões da aplicação do princípio da

- A) Proporcionalidade.
- B) Moralidade.
- C) Tutela.
- D) Autotutela.
- E) Segurança jurídica.

Comentário:

A questão deixa a entender que está falando sobre dois princípios (Autotutela e Segurança jurídica).

No entanto, a banca considerou a letra E como correta.

Princípio da Autotutela
- Estabelece que a Administração pública possa corrigir seus próprios atos , podendo anulá-los quando ilegais ou revogá-los por serem inconvenientes ou inoportunos (Mérito) .
- Esse princípio estabelece que a administração possua poder de zelar pelos bens que integram seu próprio patrimônio ;
- O princípio da autotutela estabelece que a Administração Pública possa de ofício, anular seus próprios atos, independente de provocação . Porém, o controle da Administração não afasta o controle do Poder Judiciário em relação à legalidade .
OBS: O Poder Judiciário, mediante provocação, poderá anular um ato ilegal de outro poder, porém não poderá revogar um ato válido, ou seja, o judiciário não pode analisar o mérito administrativo de outro poder, mas apenas a legalidade e legitimidade.
STF/Súmula 346
A Administração Pública pode declarar a nullidade dos seus próprios atos .
STF/Súmula 473
A administração pode anular seus próprios atos , quando eivados de vícios que os tornam ilegais , porque deles não se originam direitos ; ou revogá-los , por motivo de conveniência ou oportunidade , respeitados os direitos adquiridos , e ressalvada , em todos os casos, a apreciação judicial .
- Lei 9.784/99, Art. 53. A Administração deve anular seus próprios atos , quando eivados de vício de legalidade , e pode revogá-los por motivo de conveniência ou oportunidade , respeitados os direitos adquiridos .

Princípio da Segurança Jurídica
- Tem por finalidade manter a estabilidade das relações jurídicas materializadas .
- Para o princípio da Segurança Jurídica , a manutenção da ilegalidade de um ato é melhor do que a sua anulação após desse ato ter gerado seus efeitos durante vários anos , pois o efeito da sua anulação seria pior do que a sua ilegalidade .
- Estabelece a proteção ao direito adquirido, ao ato jurídico perfeito e à coisa julgada , sendo um dos fundamentos da prescrição e decadência ;
- É a base para a edição de súmulas vinculantes ;
- CF/88, Art. 103-A, § 1º A súmula terá por objetivo a validade, a interpretação e a eficácia de normas determinadas, acerca das quais haja controvérsia atual entre órgãos judiciários ou entre esses e a administração pública que acarrete grave insegurança jurídica e relevante multiplicação de processos sobre questão idêntica .
- Possui previsão expressa na lei 9.784/99 ;
- Lei 9.784/99, Art. 2º, XIII - interpretação da norma administrativa da forma que melhor garanta o atendimento do fim público a que se dirige, vedada aplicação retroativa de nova interpretação .

Princípio da Proteção à Confiança
- Enquanto o princípio da segurança jurídica possui aspectos objetivos , através da defesa da estabilidade jurídica , o princípio da Proteção à Confiança trata de aspectos subjetivos , tratando da boa-fé que o administrado possui perante a Administração em relação aos seus atos praticados conforme a lei .

Gabarito: Letra E.

30) O regime jurídico administrativo é o conjunto de prerrogativas e sujeições que condiciona a atuação da Administração Pública, no conceito de Jean Rivero. Isso significa, mais do que um parâmetro de otimização, que os parâmetros jurídicos de atuação estatal não servem somente à instrumentalização dos objetivos da Administração, mas, sobretudo, à garantia dos direitos dos cidadãos. No sentido de que o regime jurídico administrativo perpassa os mais diversos aspectos ao estatal, analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta as corretas.

I. A adequação da conduta escolhida pelo agente público à finalidade que a lei expressa constitui uma exigência limitante ao poder discricionário.

II. A concessão de serviço público é delegação de sua prestação, feita pelo poder concedente, mediante licitação, na modalidade concorrência ou diálogo competitivo, à pessoa jurídica ou consórcio de empresas que demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco e por prazo determinado.

III. A permissão de serviço público é delegação, a título precário, da prestação de serviços públicos, feita pelo poder concedente, à pessoa física, jurídica ou consórcio de empresas que demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco, podendo ser dispensada a licitação nos casos previstos em lei.

IV. É prescindível a avaliação prévia de bem móvel da Administração Pública para sua alienação.

- A) Apenas I, II e III.
- B) Apenas I e II.
- C) Apenas I, III e IV.
- D) Apenas II, III e IV.
- E) Apenas II e III.

Comentário:

Item I: Correto.

Para que o exercício do poder seja legal, é necessário que a ação tomada pelo agente público esteja alinhada com o objetivo estabelecido pela legislação. A discricionariedade concedida ao administrador na escolha da ação mais apropriada não deve ser usada para justificar um desvio de finalidade.

Item II/III: Correto/Errado.

Art. 2º Para os fins do disposto nesta Lei, considera-se:

II – **concessão de serviço público**: a **delegação** de sua prestação, feita **pelo poder concedente**, mediante **licitação**, na modalidade de concorrência ou diálogo competitivo, à **pessoa jurídica ou consórcio de empresas** que demonstre **capacidade para seu desempenho**, **por sua conta e risco e por prazo determinado**; **(L. 14.133/21)**

IV – **permissão de serviço público**: a **delegação**, a título **precário**, mediante **licitação**, da prestação de **serviços públicos**, feita pelo **poder concedente** à **pessoa física ou jurídica** que demonstre capacidade para seu **desempenho**, por sua conta e risco.

Item IV: Errado.

Lei 14.133. Art. 76. A **alienação** de bens da Administração Pública, subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, será precedida de avaliação e obedecerá às seguintes normas:

II - tratando-se de bens **móveis**, dependerá de licitação na modalidade **leilão**, **dispensada** a realização de licitação nos casos de:

Gabarito: Letra B.

31) Em relação à responsabilidade civil do Estado, a prescrição para as ações de reparação civil contra o Estado ocorre em

- A) dois anos.
- B) três anos.
- C) quatro anos.
- D) cinco anos.
- E) dez anos.

Comentário:

Particular X Estado: 05 anos - Decreto nº 20.910/32 e lei 9.494/97;

Estado X Agente: 03 anos - Art. 206, §3º, V do CC;

Gabarito: Letra D.

32) Assinale a alternativa que menciona, correta e respectivamente, entidades da administração indireta e da administração direta da União.

- A) Autarquias e Ministérios.
- B) Fundações Públicas e Agências Reguladoras.
- C) Casa Civil e Sociedades de Economia Mista.

GARANTA O PACOTE COMPLETO COM 50% DE DESCONTO: [CLIQUE AQUI!](#)

- D) Secretaria de Relações Institucionais e Autarquias.
- E) Ministérios e Casa Civil.

Comentário:

Decreto 200/67. Art. 4º A **Administração Federal** compreende:

I - A Administração **Direta**, que se constitui dos serviços integrados na **estrutura administrativa da Presidência da República** e dos **Ministérios**.

II - A Administração **Indireta**, que compreende as seguintes categorias de entidades, dotadas de **personalidade jurídica própria**:

- a) **Autarquias**;
- b) **Empresas Públicas**;
- c) **Sociedades de Economia Mista**.
- d) **fundações públicas**.

Gabarito: Letra A.

Legislação Penal Extravagante

33) NÃO é considerado como crime hediondo o crime de:

- A) constituição de milícia privada;
- B) porte ilegal de arma de fogo de uso proibido;
- C) furto qualificado pelo emprego de explosivo;
- D) roubo circunstanciado pelo emprego de arma de fogo;
- E) extorsão qualificada pela restrição da liberdade da vítima.

Comentário:

Letra A: Correta.

Letra B: Errada.

Lei 8.072/1990. Art. 1º Parágrafo único. **Consideram-se também hediondos**, tentados ou consumados:

II - o crime de **posse ou porte ilegal de arma de fogo de uso proibido**, previsto no art. 16 da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003;

Letra C: Errada.

Lei 8.072/1990. Art. 1º **São considerados hediondos** os seguintes crimes, todos tipificados no Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, consumados ou tentados:

IX - **furto qualificado** pelo emprego de **explosivo** ou de **artefato análogo** que cause **perigo comum** (art. 155, § 4º-A).

Letra D: Errada.

Lei 8.072/1990. Art. 1º **São considerados hediondos** os seguintes crimes, todos tipificados no Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, consumados ou tentados:

II - **roubo**:

a) circunstanciado pela **restrição de liberdade** da vítima (art. 157, § 2º, inciso V);

b) circunstanciado pelo **emprego de arma de fogo** (art. 157, § 2º-A, inciso I) ou pelo **emprego de arma de fogo de uso proibido ou restrito** (art. 157, § 2º-B);

c) **qualificado pelo resultado lesão corporal grave ou morte (Latrocínio)** (art. 157, § 3º);

Letra E: Errada.

Lei 8.072/1990. Art. 1º **São considerados hediondos** os seguintes crimes, todos tipificados no Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, consumados ou tentados:

III - **extorsão qualificada pela restrição da liberdade da vítima**, ocorrência de **lesão corporal** ou **morte** (art. 158, § 3º);

Gabarito: Letra A.

34) Nos termos da Lei nº 10.826/2003 (Estatuto do Desarmamento), é correto afirmar que

- A) o crime de Omissão de Cautela é considerado doloso e apenado com detenção.
- B) todos os crimes tipificados na referida legislação são apenados com reclusão.
- C) o crime de disparo de arma de fogo é apenado com detenção.
- D) o crime de posse ou porte ilegal de arma de fogo de uso proibido é considerado hediondo.
- E) a referida legislação contempla diversos crimes dolosos e culposos.

Comentário:

Letra A/B/E: Errada/Errada/Errada.

GARANTA O PACOTE COMPLETO COM 50% DE DESCONTO: [CLIQUE AQUI!](#)

O crime de Omissão de Cautela é o único considerado culposo.

Omissão de cautela

Lei 10.826/2003 Art. 13. **Deixar de observar as cautelas necessárias** para impedir que **menor de 18 anos** ou **pessoa portadora de deficiência mental** se apodere de arma de fogo que esteja sob sua posse ou que seja de sua propriedade:

Pena – **detenção**, de 1 a 2 anos, e multa.

Posse irregular de arma de fogo de uso permitido

Lei 10.826/2003 Art. 12. **Possuir ou manter** sob sua guarda **arma de fogo, acessório ou munição**, de **uso permitido**, em **desacordo com determinação legal ou regulamentar**, no interior de sua residência ou dependência desta, ou, ainda no seu local de trabalho, desde que seja o titular ou o responsável legal do estabelecimento ou empresa:

Pena – **detenção**, de 1 a 3 anos, e multa.

Letra C: Errada.

Disparo de arma de fogo

Lei 10.826/2003 Art. 15. Disparar arma de fogo ou acionar munição em **lugar habitado** ou em suas **adjacências**, em via **pública** ou **em direção a ela**, **desde que essa conduta não tenha como finalidade a prática de outro crime**:

Pena – **reclusão**, de 2 a 4 anos, e multa.

Letra D: Correta.

Posse ou porte ilegal de arma de fogo de uso restrito	
É um crime doloso , não existindo a possibilidade de ser culposo.	
Os núcleos " Possuir, deter, portar, ter em depósito, guarda ou ocultar arma de fogo" do caput do Art. 16 são considerados crimes permanentes , consumando-se na apreensão do objeto e do infrator.	
Os núcleos "adquirir, fornecer, receber, transportar, ceder arma de fogo" do caput do Art. 16 são considerados crimes instantâneos .	
Com a atualização do pacote anticrime , a posse ou porte ilegal de arma de fogo de uso restrito deixou de ser considerado um crime hediondo .	
Já, com o pacote anticrime , o crime de posse ou porte ilegal de arma de fogo de uso proibido passou a ser considerado crime hediondo .	
Posse ou porte ilegal de arma de fogo	
De Uso Restrito	De Uso Proibido
Deixou de ser crime hediondo.	É crime hediondo.

Posse ou porte ilegal de arma de fogo de uso restrito	
Antes do Pacote Anticrime	Após Pacote Anticrime
Art. 16. Possuir, deter, portar, adquirir, fornecer, receber, ter em depósito, transportar, ceder, ainda que gratuitamente, emprestar, remeter, empregar, manter sob sua guarda ou ocultar arma de fogo, acessório ou munição de uso proibido ou restrito , sem autorização e em desacordo com determinação legal ou regulamentar:	Art. 16. Possuir, deter, portar, adquirir, fornecer, receber, ter em depósito, transportar, ceder, ainda que gratuitamente , emprestar, remeter, empregar, manter sob sua guarda ou ocultar arma de fogo, acessório ou munição de uso restrito , sem autorização e em desacordo com determinação legal ou regulamentar:
Pena – reclusão , de 3 a 6 anos, e multa.	Pena – reclusão , de 3 a 6 anos, e multa.
Atualmente, com a alteração do pacote anticrime , o termo "uso proibido" foi retirado do caput do Art. 16, sendo criado, pelo mesmo pacote, um novo dispositivo (§ 2º. Art.16.) trazendo a qualificação do crime e elevando a pena para os casos de Posse ou porte ilegal de arma de fogo de uso proibido .	

Lei 10.826/03. Art. 16. § 2º Se as condutas descritas no **caput e no § 1º** deste **artigo** envolverem **arma de fogo de uso proibido**, a pena é de **reclusão**, de **4 a 12 anos**.

Gabarito: Letra D.

35) Um grupo composto por dezoito indivíduos atuava visando ao roubo de agências bancárias, em Municípios de até 20.000 habitantes, no Estado X. Nas últimas atuações, o grupo, além de explodir as 3 agências bancárias da cidade, manteve 25 pessoas como reféns, resultando em duas mortes. A atuação do grupo ocasionou grande temor e repercussão na mídia. Em decorrência de uma operação, um integrante da organização foi detido. Visando conseguir benefícios, o integrante detido propõe a realização de colaboração premiada. A respeito desse instituto, é correto afirmar que

A) a proposta de acordo de colaboração premiada deverá ser sumariamente indeferida, pois o crime narrado não está dentre as hipóteses permitidas.

B) o acordo de colaboração firmado deverá conter expressamente previsão de renúncia ao direito de impugnar a decisão judicial que homologar o acordo.

C) inobstante a colaboração acarrete a revelação da estrutura hierárquica e a divisão de tarefas da organização criminosa ou a identificação dos demais coautores e partícipes da organização criminosa e das infrações penais por eles praticadas, a concessão de benefício levará em conta a repercussão social do fato criminoso, dentre outras questões.

D) caso a colaboração efetiva e voluntária resulte na identificação dos demais coautores e partícipes da organização criminosa e das infrações penais por eles praticadas, o colaborador terá direito à redução, em até 2/5 (dois quintos), da pena privativa de liberdade ou substituí-la por restritiva de direitos.

E) o juiz participará das negociações realizadas entre as partes para a formalização do acordo de colaboração, que ocorrerá entre o delegado de polícia, o investigado e o defensor.

Comentário:

Letra A: Errada.

O crime narrado está dentre as hipóteses permitidas.

Lei 12.850/2013 Art. 1º § 1º **Considera-se organização criminosa** a associação de **4 ou mais pessoas estruturalmente ordenada e caracterizada pela divisão de tarefas**, ainda que **informalmente**, com objetivo de obter, direta ou indiretamente, **vantagem de qualquer natureza**, mediante a prática de **infrações penais** cujas penas máximas sejam **superiores a 4 anos**, ou que sejam de **caráter transnacional**.

Letra B: Errada.

Lei 12.850/2013 Art. 4º § 7º-B. **São nulas** de pleno direito as previsões de **renúncia ao direito de impugnar** a decisão homologatória.

Letra C: Correta.

Lei 12.850/2013 Art. 4º § 1º Em **qualquer caso**, a concessão do benefício levará em conta a **personalidade** do colaborador, a **natureza**, as **circunstâncias**, a **gravidade** e a **repercussão social** do fato criminoso e a **eficácia** da colaboração.

Letra D: Errada.

Lei 12.850/2013 Art. 4º O **juiz** poderá, a **requerimento das partes**, conceder o **perdão judicial**, reduzir em **até 2/3** a **pena privativa de liberdade** ou **substituí-la** por **restritiva de direitos** daquele que tenha **colaborado** efetiva e **voluntariamente** com a investigação e com o processo criminal, **desde que** dessa colaboração **advenha um ou mais dos seguintes resultados:**

I - a **identificação** dos demais **coautores e partícipes** da **organização criminosa** e das **infrações penais** por eles praticadas;

Letra E: Errada.

Lei 12.850/2013 Art. 4º § 6º O **juiz não participará** das negociações realizadas **entre as partes** para a formalização do acordo de colaboração, que ocorrerá entre o **delegado de polícia**, o **investigado** e o **defensor**,

com a manifestação do Ministério Público, ou, conforme o caso, entre o **Ministério Público** e o **investigado** ou **acusado** e seu **defensor**.

Gabarito: Letra C.

36) O crime de tortura e suas circunstâncias são tipificados em lei penal especial. Sobre o delito em questão, assinale a alternativa correta.

- A) Se do crime de tortura resulta lesão corporal de natureza grave ou gravíssima, a pena é de reclusão de seis a doze anos; se resulta morte, a reclusão é de doze a trinta anos.
- B) A condenação pelo crime de tortura acarreta a suspensão temporária do cargo, função ou emprego público do sentenciado.
- C) O crime de tortura não é afiançável pela autoridade policial, mas o é pela autoridade judiciária.
- D) A pena do crime de tortura será aumentada de um sexto até um terço se o fato delituoso for cometido por agente público.
- E) O crime de tortura é suscetível de indulto individual ou coletivo, mas não de anistia.

Comentário:

Letra A: Errada.

Lei 9.455/1997 Art. 1º § 3º Se resulta **lesão corporal de natureza grave** ou **gravíssima**, a pena é de **reclusão de quatro a dez anos**; se resulta **morte**, a **reclusão é de oito a dezesseis anos**.

Letra B: Errada.

Lei 9.455/1997 Art. 1º § 5º A condenação **acarretará a perda** do cargo, função ou emprego público e a **interdição** para seu exercício pelo **dobro do prazo** da pena aplicada.

Efeitos da Sentença Condenatória
Trata-se de efeito automático da sentença condenatória por crime citado na referida lei (inclusive na forma omissiva), não havendo necessidade de instauração de processo administrativo disciplinar. A perda do cargo deve ser declarada na sentença independentemente de fundamentação concreta , conforme jurisprudência:
STJ/REsp 1762112/MT
(...) 3. Nos termos da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, uma vez reconhecida a prática do crime de tortura, de acordo com a legislação especial aplicável a este delito, a perda do cargo público é efeito automático e obrigatório da condenação . 4. Embora fosse dispensável na hipótese, o Juízo de origem fundamentou concreta e pormenorizadamente a necessidade da imposição da sanção de perda do cargo público em razão da violação dos deveres do funcionário estatal (policial militar) para com a Administração Pública .

Letra C/E: Errada/Errada.

Lei 9.455/1997 Art. 1º § 6º O crime de tortura **é inafiançável e insuscetível de graça ou anistia**.

Letra D: Correta.

Lei 9.455/1997 Art. 1º § 4º **Aumenta-se** a pena de **um sexto até um terço**:

I - se o crime é cometido por **agente público**;

Gabarito: Letra D.

37) São competências da Polícia Federal, conforme o Decreto Nº 11.615, de 21 de julho de 2023, EXCETO:

- A) Registrar armas de fogo e cadastro de munições e acessórios, excetuando as pertencentes às instituições citadas no § 1º do art. 3º.
- B) Conceder porte de arma de fogo pessoal e realizar suas renovações.
- C) Estabelecer as quantidades de armas de fogo e munições passíveis de aquisição por pessoas físicas e jurídicas.
- D) Classificar legal, técnica e geralmente os produtos controlados, incluindo armas de fogo, munições e acessórios.

E) Cadastrar as apreensões de armas de fogo, inclusive as vinculadas a procedimentos policiais e judiciais.

Comentário:

Letra A: Correta.

O art. 4º, inciso I, alínea 'a' do Decreto Nº 11.615 estabelece que compete à Polícia Federal o registro de armas de fogo e cadastro de munições e acessórios, com exceção para as armas, munições e acessórios das instituições mencionadas no § 1º do art. 3º.

Letra B: Correta.

O art. 4º, inciso I, alínea 'b' deste Decreto atribui à Polícia Federal a responsabilidade pela concessão de porte de arma de fogo pessoal e de suas renovações.

Letra C: Correta.

Conforme o art. 4º, inciso III, a Polícia Federal tem a responsabilidade de estabelecer as quantidades de armas de fogo, de munições e de acessórios passíveis de aquisição pelas pessoas físicas e jurídicas.

Letra D: Errada.

A classificação legal, técnica e geral dos produtos controlados, incluindo armas de fogo, munições e acessórios, é uma competência atribuída ao Comando do Exército, conforme o art. 5º, inciso I do Decreto.

Letra E: Correta.

O art. 4º, inciso IV, do Decreto especifica que a Polícia Federal é responsável pelo cadastro das apreensões de armas de fogo, inclusive as vinculadas a procedimentos policiais e judiciais.

Gabarito: Letra D.

38) Considerando a Lei Nº 6174, que regula o regime jurídico dos funcionários civis do Poder Executivo do Estado do Paraná, avalie as afirmações a seguir:

A) Os cargos de provimento em comissão no Estado do Paraná são exclusivamente ocupados por funcionários de carreira do próprio estado, conforme determina a lei.

B) A posse em cargo de provimento em comissão exige que o funcionário se afaste de qualquer cargo efetivo que possua, exceto em situações de acumulação legalmente permitidas.

C) Cargos de provimento efetivo são extintos imediatamente após serem vagos, sem a necessidade de observância de procedimentos legais específicos.

D) A lei permite que os encargos de serviços distintos das tarefas do cargo possam ser atribuídos a qualquer funcionário, sem restrições legais ou regulamentares.

E) As atribuições e responsabilidades dos cargos em comissão são determinadas arbitrariamente pelo Chefe do Poder Executivo, sem necessidade de fundamentação legal ou regulamentar.

Comentário:

Letra A: Errada. Conforme o art. 12, § 2º, a escolha para cargos de provimento em comissão pode recair tanto em funcionários do Estado quanto em indivíduos que não são funcionários públicos, não havendo exclusividade para funcionários de carreira.

Letra B: Correta. O art. 12, § 5º, afirma que a posse em cargo em comissão determina o afastamento do funcionário do cargo efetivo que possuir, salvo nos casos de acumulação legal.

Letra C: Errada. Segundo o art. 8º, parágrafo único, os cargos de provimento efetivo são declarados extintos ao vagarem, mas isso não implica em extinção imediata e desconsidera o processo legal.

Letra D: Errada. De acordo com o art. 6º, é vedada a atribuição de encargos ou serviços diferentes das tarefas próprias do cargo do funcionário, exceto em casos específicos como readaptação.

Letra E: Errada. O art. 13 especifica que as atribuições e responsabilidades dos cargos em comissão são definidas em leis ou regulamentos próprios das repartições, e não arbitrariamente pelo Chefe do Poder Executivo.

Gabarito: Letra B.

39) De acordo com a Lei nº 8.069/1990, constitui crime previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente, EXCETO:

- A) Submeter criança, sob guarda ou vigilância policial, a vexame ou a constrangimento.
 - B) Subtrair criança ao poder de quem o tem sob sua guarda em virtude de lei ou ordem judicial.
 - C) Deixar o médico de identificar corretamente o neonato e a parturiente, por ocasião do parto.
 - D) Privar o adolescente de sua liberdade, procedendo à sua apreensão em flagrante de ato infracional.
-

Comentário:

Letra A: Correta.

Lei 8.069/90. Art. 232. Submeter criança ou adolescente sob sua autoridade, guarda ou vigilância **a vexame ou a constrangimento:**

Pena - detenção de seis meses a dois anos.

Letra B: Correta.

Lei 8.069/90. Art. 237. Subtrair criança ou adolescente ao poder de quem o tem sob sua guarda em virtude de lei ou ordem judicial, com o fim de colocação em lar substituto:

Pena - reclusão de dois a seis anos, e multa.

Letra C: Correta.

Lei 8.069/90. Art. 229. Deixar o médico, enfermeiro ou dirigente de estabelecimento de atenção à saúde de gestante de identificar corretamente o neonato e a parturiente, por ocasião do parto, bem como deixar de proceder aos exames referidos no art. 10 desta Lei:

Pena - detenção de seis meses a dois anos.

Letra D: Errada.

Art. 230. **Privar** a criança ou o adolescente **de sua liberdade**, procedendo à sua apreensão **sem estar** em flagrante de ato infracional ou inexistindo ordem escrita da autoridade judiciária competente:

Pena - detenção de seis meses a dois anos.

Gabarito: Letra D.

40) De acordo com a Lei Federal nº 12.527/2011, que regula o direito de acesso à informação, assinale a alternativa correta.

- A) Dispõe sobre os procedimentos a serem observados pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios, assim como pelas entidades privadas com fins lucrativos, com o fim de garantir o acesso a informações.
 - B) Estabelece que o acesso à informação exclui o direito de obter informação pertinente à administração do patrimônio público, utilização de recursos públicos, licitação e contratos administrativos.
 - C) Prevê que os órgãos e entidades públicas devem divulgar, mediante requerimento, em local de fácil acesso, no âmbito de suas competências, informações de interesse coletivo ou geral por eles produzidas ou custodiadas.
 - D) Considera que o acesso à informação compreende o direito de obter orientação sobre os procedimentos para a consecução de acesso, bem como sobre o local onde poderá ser encontrada ou obtida a informação almejada.
 - E) Impõe que os procedimentos destinados a assegurar o direito de acesso a informações devem observar a diretriz do sigilo como preceito geral e da publicidade como exceção.
-

Comentário:

Letra A: Errada.

LAI. Art. 4º Para os efeitos desta Lei, considera-se:

GARANTA O PACOTE COMPLETO COM 50% DE DESCONTO: [CLIQUE AQUI!](#)

I - **informação**: dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato;

Letra B: Errada.

LAI. Art. 5º É **dever do Estado** garantir o direito de acesso à informação, que será franqueada, mediante procedimentos objetivos e ágeis, de forma transparente, clara e em **linguagem de fácil compreensão**.

Letra C: Errada.

LAI. Art. 10. **Qualquer interessado** poderá apresentar pedido de acesso a informações aos órgãos e entidades referidos no art. 1º desta Lei, por qualquer meio legítimo, devendo o pedido conter a identificação do requerente e a especificação da informação requerida.

§ 2º Os órgãos e entidades do poder público devem viabilizar **alternativa de encaminhamento** de pedidos de acesso por meio de seus sítios oficiais na internet.

Letra D: Errada.

LAI. Art. 7º O acesso à informação de que trata esta Lei compreende, entre outros, os direitos de obter:

VII - informação relativa:

a) à implementação, acompanhamento e resultados dos programas, projetos e ações dos órgãos e entidades públicas, bem como metas e indicadores propostos;

Letra E: Correta.

LAI. Art. 12. O serviço de busca e de fornecimento de informação é **gratuito**.

§ 1º O órgão ou a entidade **poderá cobrar exclusivamente** o valor necessário ao **ressarcimento dos custos dos serviços e dos materiais utilizados**, quando o serviço de busca e de fornecimento da informação exigir reprodução de documentos pelo órgão ou pela entidade pública consultada.

Gabarito: Letra E.

Direito Constitucional

41) A Polícia Civil de Goiás instaurou um inquérito para a investigação de um possível crime. Contudo o interessado alegou que impetraria habeas corpus com o intuito de trancar o inquérito policial. Sobre o assunto e considerando o que dispõe a Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa correta.

- A) O habeas corpus não pode ser utilizado para o trancamento de inquérito, tendo em vista que tem por objetivo assegurar a liberdade de locomoção.
- B) É possível utilizar o habeas corpus em caso de abuso de poder, mas deverá ser impetrado somente após a finalização do inquérito, para eventual trancamento de ação penal.
- C) Tendo em vista o sigilo do inquérito policial, não caberá a aplicação de remédios constitucionais nessa fase, contudo poderão ser utilizados quando do início da ação penal.
- D) Excepcionalmente é possível impetrar habeas corpus para trancar inquérito policial quando restar demonstrada, de plano, a atipicidade dos fatos, sem a necessidade de exame valorativo das provas.
- E) Para impetrar o habeas corpus, é necessário que seja constituído advogado, obedecendo às formalidades processuais e instrumentais e desde que fique caracterizada a afronta aos direitos.

Comentário:

Habeas corpus

- ✓ Considerado a **primeira garantia de direitos fundamentais** da história;
- ✓ É um Remédio Constitucional **gratuito**, de **natureza penal** e **rito sumário**;
- ✓ Previsto, **expressamente**, pela primeira vez na **Constituição Federal de 1891**.
- ✓ **Impetrantes** (Autor da Ação) do HC: **Qualquer pessoa física (Brasileira ou Estrangeira)** atuando em favor de **terceiros ou para defesa de si mesma**. O MP e a **pessoa jurídica** podem **ser impetrantes, desde que o paciente seja pessoa física**.
- ✓ **Impetrado ou Autoridade Coatora do HC**: Pessoa que **restringiu a liberdade de locomoção** do sujeito passivo por meio da **ilegalidade** ou **abuso de poder**.
- ✓ O Habeas corpus pode ser impetrado por **pessoa jurídica**, tendo como **paciente pessoa física**. O Habeas corpus é impossível ter como paciente pessoa.
- ✓ O **Juiz, o Desembargador e os Ministros**, quando em **atividade jurisdicional**, poderão conceder o **Habeas corpus de ofício**, sendo uma **exceção ao princípio da Inércia**.
- ✓ **É cabível Habeas corpus para trancamento de ação penal ou inquérito policial, além de ser possível contra pessoa jurídica privada.**
- ✓ É possível a impetração de Habeas corpus **sem advogado**, não sendo necessário este no caso de recurso ordinário contra decisão de Habeas corpus.

Gabarito: Letra D

42) Sobre os direitos e deveres individuais e coletivos, assinale a alternativa correta.

- A) Nenhum brasileiro será extraditado, salvo o naturalizado, em caso de crime comum, praticado antes da naturalização, ou de comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, na forma da lei.
- B) É gratuito para os reconhecidamente pobres exclusivamente a certidão de nascimento.
- C) É livre a manifestação do pensamento, sendo permitido o anonimato.
- D) Considerando o direito de propriedade, no caso de iminente perigo público, a autoridade competente não poderá usar de propriedade particular.
- E) Em situações específicas, poderá haver juízo ou tribunal de exceção.

Comentário:

Letra A: Correta.

GARANTA O PACOTE COMPLETO COM 50% DE DESCONTO: [CLIQUE AQUI!](#)

CF. Art. 5º. LI - **nenhum brasileiro** será **extraditado**, **salvo o naturalizado**, em caso de **crime comum, praticado antes da naturalização**, ou de **comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins**, na forma da lei;

Extradição	
Brasileiro Nato	Nunca será extraditado.
Brasileiro Naturalizado	Extradição nos casos de: * Crime comum antes da naturalização; * Envolvimento em tráfico ilícito de drogas antes ou depois da naturalização.
Estrangeiro	No caso de crime político ou de opinião , não se extradita .

Letra B: Errada.

CF. Art. 5º. LXXVI. São **gratuitos** para os reconhecidamente **pobres**, na forma da lei:

a) O **registro civil de nascimento**;

b) A **certidão de óbito**;

Letra C: Errada.

CF. Art. 5º. IV. É **livre** a manifestação do pensamento, sendo **vedado o anonimato**;

Letra D: Errada.

CF. Art. 5º. XXV. No caso de **iminente perigo público**, a autoridade competente poderá usar de **propriedade particular**, assegurada ao proprietário **indenização** ulterior, se houver **dano**;

Letra E: Errada.

CF. Art. 5º. XXXVII - **não** haverá **juízo ou tribunal de exceção**;

Gabarito: Letra A.

43) Vincenzo Hernandez nasceu, em 1995 na cidade de Madrid/Espanha, quando seus pais, servidores públicos, estavam a serviço do governo federal brasileiro. Nos dias atuais, Vincenzo deseja se tornar oficial das Forças Armadas do Brasil. Nesse contexto, à luz das disposições constitucionais acerca da nacionalidade, é correto afirmar que

A) Vincenzo deverá residir na República Federativa do Brasil por cinco anos ininterruptos e requerer a nacionalidade brasileira para, posteriormente, se tornar oficial das Forças Armadas.

B) Vincenzo não poderá exercer o cargo de oficial das Forças Armadas, pois trata-se de cargo privativo de brasileiro nato.

C) embora nascido no exterior, Vincenzo é considerado brasileiro nato, o que lhe torna apto para exercer o cargo almejado.

D) Vincenzo poderá se naturalizar brasileiro, contudo, mesmo assim, não poderá exercer o cargo de oficial das Forças Armadas.

E) o cargo de oficial das Forças Armadas pode ser exercido por brasileiros natos e naturalizados, logo, Vincenzo deverá requerer a nacionalidade brasileira para seguir carreira de oficial.

Comentário:

CF. Art. 12. São **brasileiros**:

I – **natos**:

b) os **nascidos no estrangeiro**, de **pai brasileiro ou mãe brasileira**, desde que qualquer deles esteja a serviço da República Federativa do Brasil;

§ 3º São **privativos** de brasileiro **nato** os cargos:

VI – de oficial das Forças Armadas.

**Cargos Privativos
de Brasileiros Natos**
MP3.COM

Ministro do STF;
Presidente e Vice da República;
Presidente do Senado;
Presidente da Câmara dos Deputados;
Carreiras Diplomáticas;
Oficial das Forças Armadas;
Ministro do Estado de Defesa.

Gabarito: Letra C.

44) Em relação ao tema consultas populares e seu atual regramento Constitucional, informe se é verdadeiro (V) ou falso (F) o que se afirma a seguir e assinale a alternativa com a sequência correta.

() As manifestações favoráveis e contrárias às questões submetidas às consultas populares Municipais ocorrerão durante o período de recesso forense.

() Se versarem sobre questões locais, as consultas populares serão realizadas concomitantemente às eleições Municipais, nos termos da Constituição Federal.

() Quando se refere a consultas populares Municipais, não é permitida a utilização de propaganda gratuita no rádio e na TV para a divulgação dos argumentos favoráveis e contrários àquilo que está sendo consultado.

() Em se tratando de consulta popular Municipal, após o tema ser aprovado pela Câmara Municipal, deve ser encaminhado para o chefe do Poder Executivo, antes de ser remetido para a Justiça eleitoral.

- A) F – V – F – V.
B) F – V – V – F.
C) V – V – F – V.
D) V – F – V – F.
E) V – F – V – V.

Comentário:

CF. Art. 14.

§ 12. Serão realizadas concomitantemente às eleições municipais as **consultas populares** sobre questões locais aprovadas pelas **Câmaras Municipais** e encaminhadas à Justiça Eleitoral **até 90 dias** antes da data das eleições, observados os limites operacionais relativos ao número de quesitos. (E.C 111/21)

§ 13. As manifestações favoráveis e contrárias às questões submetidas às consultas populares nos termos do § 12 ocorrerão durante as campanhas eleitorais, **sem a utilização** de propaganda gratuita no rádio e na televisão. (E.C 111/21)

Gabarito: Letra B.

45) De acordo com o Poder Legislativo e com o que prevê a Constituição Federal de 1988, informe se é verdadeiro (V) ou falso (F) o que se afirma a seguir e assinale a alternativa com a sequência correta.

() É da competência exclusiva do Congresso Nacional autorizar o Presidente e o Vice-Presidente da República a se ausentarem do País, quando a ausência exceder a dez dias.

() Via de regra, as medidas provisórias terão sua votação iniciada no Senado Federal e concluída na Câmara dos Deputados, passando pela Comissão Mista entre as casas.

GARANTA O PACOTE COMPLETO COM 50% DE DESCONTO: [CLIQUE AQUI!](#)

() As imunidades de Deputados ou Senadores subsistirão durante o estado de sítio, só podendo ser suspensas mediante o voto de dois terços dos membros da Casa respectiva, nos casos de atos praticados fora do recinto do Congresso Nacional que sejam incompatíveis com a execução da medida.

() São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que disponham sobre servidores públicos da União e Territórios, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria.

- A) V – F – V – F.
- B) F – V – F – F.
- C) F – F – V – V.
- D) V – F – F – V.
- E) F – V – F – V.

Comentário:

Item I: Errado.

CF. Art. 49. É da competência **exclusiva** do **Congresso Nacional**:

III - autorizar o Presidente e o Vice-Presidente da República a se ausentarem do País, quando a ausência **exceder a quinze dias**;

Item II: Errado.

CF. Art. 62. Em caso de **relevância e urgência**, o Presidente da República poderá adotar **medidas provisórias**, com **força de lei**, devendo **submetê-las** de **imediato** ao **Congresso Nacional**.

§ 8º As **medidas provisórias** terão sua **votação iniciada** na **Câmara dos Deputados**.

Item III: Correto.

CF. Art. 53. Os **Deputados e Senadores** são **invioláveis, civil e penalmente**, por quaisquer de suas **opiniões, palavras e votos**. (**Imunidade Material**)

§ 8º As **imunidades** de Deputados ou Senadores **subsistirão** durante o **estado de sítio**, só podendo ser **suspensas** mediante o **voto de dois terços** dos membros da **Casa respectiva**, nos casos de atos praticados **fora do recinto** do Congresso Nacional, que sejam **incompatíveis** com a execução da medida. (**Prerrogativa Parlamentar**)

Item IV: Correto.

CF. Art. 61. A iniciativa das **leis complementares e ordinárias** cabe a **qualquer membro** ou **Comissão da Câmara dos Deputados**, do **Senado Federal** ou do **Congresso Nacional**, ao **Presidente da República**, ao **Supremo Tribunal Federal**, aos **Tribunais Superiores**, ao **Procurador-Geral da República** e aos **cidadãos**, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

§ 1º São de **iniciativa privativa** do **Presidente da República** as leis que:

II - disponham **sobre**:

c) **servidores públicos da União e Territórios**, seu **regime jurídico**, **provimento de cargos**, **estabilidade e aposentadoria**;

Gabarito: Letra C.

46) Segundo a Constituição Federal, nos crimes de responsabilidade, o Presidente da República ficará suspenso de suas funções após a instauração do processo pelo(a)

- A) Supremo Tribunal Federal.
- B) Senado Federal.
- C) Câmara dos Deputados.
- D) Tribunal de Contas da União.
- E) Ministério Público Federal.

Comentário:

GARANTA O PACOTE COMPLETO COM 50% DE DESCONTO: [CLIQUE AQUI!](#)

CF. Art. 86. **Admitida** a **acusação** contra o **Presidente da República**, por **dois terços** da **Câmara dos Deputados** (Juízo de Admissibilidade), será ele submetido a julgamento perante o **Supremo Tribunal Federal**, nas **infrações penais comuns**, ou perante o **Senado Federal**, nos **crimes de responsabilidade** (Infrações Político-Administrativas).

Quem se submete ao Juízo de Admissibilidade?
✓ P.R, Vice-P.R.;
✓ Ministro de Estado nos Crimes Conexos com o do P.R.;

STF/MS 21.564/DF
O direito à ampla defesa e ao contraditório é possível na fase de Juízo de admissibilidade .

§ 1º O Presidente ficará **suspenso** de suas funções:

I - nas **infrações penais comuns**, se recebida a **denúncia** ou **queixa-crime** pelo Supremo Tribunal Federal;

Atenção!
✓ O STF só poderá analisar alguma questão jurídica após o Juízo de Admissibilidade da C.D.
✓ O STF pode (ato discricionário) decidir por rejeitar a denúncia , após o juízo de admissibilidade , e não instaurar o processo .

II - nos **crimes de responsabilidade**, **após a instauração do processo** pelo Senado Federal.

Gabarito: Letra B.

47) Conforme a CF, às polícias civis, dirigidas por delegados de polícia de carreira, cabe

A) exercer as funções de polícia marítima, aérea e de fronteiras.

B) patrulhar ostensivamente as ferrovias federais.

C) apurar as infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União.

D) exercer as funções de polícia judiciária e apurar as infrações penais, excetuadas as de natureza militar.

E) responder pelo policiamento ostensivo, pela preservação da ordem pública e pela defesa civil.

Comentário:

Letra A: Errada.

CF/88. Art. 144. § 1º A **polícia federal**, instituída por **lei** como órgão **permanente**, organizado e mantido pela **União** e estruturado em **carreira**, destina-se a:

III - exercer as funções de **polícia marítima, aeroportuária** e de **fronteiras**;

Letra B: Errada.

CF/88. Art. 144. § 3º A **polícia ferroviária federal**, órgão **permanente**, organizado e mantido pela **União** e estruturado em **carreira**, destina-se, na forma da **lei**, ao **patrulhamento ostensivo das ferrovias federais**.

Letra C: Errada.

CF/88. Art. 144. § 1º A **polícia federal**, instituída por **lei** como órgão **permanente**, organizado e mantido pela **União** e estruturado em **carreira**, destina-se a:

I - **apurar** infrações **penais contra a ordem política e social** ou em **detrimento de bens**, serviços e interesses da **União** ou de suas **entidades autárquicas e empresas públicas**, assim como **outras infrações** cuja prática tenha **repercussão interestadual** ou **internacional** e exija **repressão uniforme**, segundo se dispuser em lei;

Letra D: Correta.

GARANTA O PACOTE COMPLETO COM 50% DE DESCONTO: [CLIQUE AQUI!](#)

CF/88. Art. 144. § 4º Às **polícias civis**, dirigidas por **delegados de polícia de carreira**, incumbem, **ressalvada** a competência da União, as funções de **polícia judiciária** e a apuração de **infrações penais**, **exceto as militares**.

Letra E: Errada.

CF/88. Art. 144. § 5º Às **polícias militares** cabem a polícia **ostensiva** e a **preservação da ordem pública**; aos **corpos de bombeiros militares**, além das atribuições definidas em **lei**, incumbe a execução de **atividades de defesa civil**.

Gabarito: Letra D.

Direito Penal

48) Maria Marta, endividada e reincidente no crime de furto, cometeu outro furto em uma loja de joias situada no centro comercial de Rio Verde, local onde fazia faxina por contratação temporária. Dias depois, a loja detectou o sumiço da referida joia e alertou a polícia local para que iniciasse a investigação. Temendo ser denunciada por crime de furto qualificado e a fim de reduzir os danos de sua conduta, Maria Marta poderá

- A) enfrentar processo penal, para comprovar sua inocência diante da escusa absolutória, pois era faxineira do estabelecimento.
- B) alegar crime impossível, pois praticou o furto enquanto estava sob território monitorado pelas vendedoras.
- C) alegar crime culposos, uma vez que praticou o furto por imprudência.
- D) defender seu ato como excludente de ilicitude, pois praticou o furto em estado de necessidade.
- E) usar do arrependimento posterior, devolvendo o objeto furtado antes do recebimento da denúncia, para que obtenha direito à redução da pena de um a dois terços.

Comentário:

Arrependimento posterior

CP/40 Art. 16 - Nos crimes cometidos **sem violência ou grave ameaça** à pessoa, reparado o dano ou restituída a coisa, até o recebimento da denúncia ou da queixa, por ato voluntário do agente, a pena será **reduzida de um a dois terços**.

Arrependimento Posterior
- Não exclui o crime, pois já foi realizado, porém diminui a pena.
- Não é aplicável se o crime é cometido com violência ou grave ameaça . No entanto, de acordo com parte da doutrina, se a violência for culposa , tendo o agente antes da queixa se arrependido e tomado as providências necessárias.
- Mesmo que a vítima se recuse de receber a reparação do dano, o agente tem direito a redução da pena;

Gabarito: Letra E.

49) De acordo com o Código Penal, assinale a alternativa correta.

- A) Ninguém pode ser punido por fato que lei posterior deixa de considerar crime, cessando em virtude dela a execução, mas não os efeitos penais da sentença condenatória
- B) A lei posterior, que de qualquer modo favorecer o agente, aplica-se aos fatos anteriores, exceto se decididos por sentença condenatória transitada em julgado.
- C) Para os efeitos penais, consideram-se como extensão do território nacional as embarcações e aeronaves brasileiras, de natureza pública ou a serviço do governo brasileiro onde quer que se encontrem, bem como as aeronaves e as embarcações brasileiras, mercantes ou de propriedade privada, que se achem, respectivamente, no espaço aéreo correspondente ou em alto-mar.
- D) Considera-se praticado o crime no momento em que o agente atinge o resultado pretendido.
- E) Em nenhuma situação, a lei brasileira pode ser aplicada aos crimes praticados a bordo de aeronaves ou embarcações estrangeiras de propriedade privada.

Comentário:

Letra A: Errada.

Lei penal no tempo

CP/40. Art. 2º - Ninguém pode ser punido por fato que lei posterior deixa de considerar crime, cessando em virtude dela a execução e os efeitos penais da sentença condenatória.

Letra B: Errada.

CP/40. Art. 2º Parágrafo único - A lei posterior, que de qualquer modo favorecer o agente, aplica-se aos fatos anteriores, ainda que decididos por sentença condenatória transitada em julgado.

Letra C: Correta.

CP/40. Art. 5º § 1º - Para os efeitos penais, consideram-se como extensão do território nacional as embarcações e aeronaves brasileiras, de natureza pública ou a serviço do governo brasileiro onde quer que se encontrem,

GARANTA O PACOTE COMPLETO COM 50% DE DESCONTO: [CLIQUE AQUI!](#)

bem como as **aeronaves e as embarcações brasileiras**, mercantes ou de propriedade privada, que se achem, respectivamente, no **espaço aéreo** correspondente ou em **alto-mar**.

Letra D: Errada.

Tempo do crime

CP/40. Art. 4º - Considera-se praticado o crime no **momento da ação ou omissão**, ainda que outro seja o momento do resultado.

Letra E: Errada.

CP/40. Art. 5º § 2º - É também aplicável à lei brasileira aos **crimes praticados a bordo de aeronaves ou embarcações estrangeiras** de propriedade **privada**, achando-se aquelas em **pouso no território nacional** ou em **voo no espaço aéreo correspondente**, e estas em **porto ou mar territorial do Brasil**.

Gabarito: Letra C.

50) Preencha as lacunas e assinale a alternativa correta.

Transitada em julgado a sentença condenatória, a multa será executada perante o juiz _____ penal e será considerada _____, aplicáveis as normas relativas à dívida ativa da Fazenda Pública, inclusive no que concerne às causas interruptivas e suspensivas da prescrição.

- A) da cognição / débito
- B) da execução / dívida de valor
- C) da cognição / dívida de valor
- D) da execução / crédito
- E) do processo / dívida ativa

Comentário:

CP/40. Art. 51. **Transitada em julgado** a sentença condenatória, a **multa será executada perante o juiz da execução penal** e será considerada dívida de valor, aplicáveis as **normas relativas à dívida ativa da Fazenda Pública, inclusive** no que concerne às **causas interruptivas e suspensivas** da prescrição.

Gabarito: Letra B.

51) Uma mulher jovem, 20 anos de idade, com intenção de esconder a gravidez dos familiares, expulsa o conceito dolosamente do seu ventre na 25ª semana de gestação. Perante a lei, como essa situação é caracterizada?

- A) Não é crime devido ao estado puerperal da mulher
- B) Não se pode qualificar como crime antes de uma avaliação psiquiátrica da mulher.
- C) Crime de infanticídio.
- D) Crime de homicídio.
- E) Crime de aborto.

Comentário:

Aborto provocado pela gestante ou com seu consentimento

CP. Art. 124 - Provocar **aborto em si mesma** ou **consentir** que **outrem lho provoque**:

Pena - detenção, de **um a três anos**.

Aborto provocado pela gestante ou com seu consentimento – CP/40. Art. 124.

- **Elemento Subjetivo:** Dolo. O aborto de **forma culposa não é considerado crime**.
- É cabível **tentativa**.
- **Sujeito Ativo:** Mãe da vítima.
- **Sujeito Passivo:** Embrião ou feto.

- É um **crime de mão própria**.
- Sendo o aborto por **consentimento** (outra pessoa pratica o aborto com o consentimento da gestante), o **terceiro** responde nos termos do **Art. 126. CP/40**.
- **Consumação do Crime:** Ocorre com a **eliminação do feto ou embrião**.

Infanticídio

CP. Art. 123 - **Matar**, sob a **influência do estado puerperal**, o **próprio filho**, durante o parto ou logo após:

Pena - detenção, de **dois a seis anos**.

Infanticídio – CP/40. Art. 123.

- É considerada uma **espécie de homicídio**, sendo a pena **menor**, **desde que comprovado a influência do estado puerperal da mãe**, ou seja, o estado emocional da pessoa precisa ser a causa do fato.
- É um **crime próprio**, sendo possível o **concurso de agentes**. É possível o **crime por tentativa**.
- O crime **só é possível mediante dolo** (direto ou eventual). Caso a mãe de **forma culposa** mate o filho, teremos um caso de **homicídio culposo** e não de infanticídio.
- A mãe responderá por **infanticídio**, **mesmo se matar o filho de outra pessoa** pensando que é o seu, sendo um caso de **erro sobre a pessoa**.
- **Sujeito Ativo:** Mãe da vítima.
- **Sujeito Passivo:** Recém-nascido.
- **Consumação do Crime:** Ocorre com a **morte da criança**.

Estado Puerperal

Consiste em uma perturbação psíquica que acomete a gestante durante o parto ou logo após. O estado puerperal, no infanticídio, diminui a capacidade de autodeterminação da mulher, **não se confunde com a ausência completa de capacidade de culpabilidade** que pode ser gerada, por exemplo, por uma depressão pós-parto, de modo **a afastar a própria culpabilidade, tornando a mulher, nesse caso, inimputável, passível de receber uma medida de segurança**.

Crimes Contra a Vida

- No **âmbito penal**, a **vida humana** pode ser:
 - ✓ **Intrauterina** (Antes do Nascimento – CP/40 Art. 124 e 127);
 - ✓ **Extrauterina** (A partir do nascimento – CP/40. Art. 121 a 123).
- A **doutrina** entende que a vida de uma pessoa se **inicia a partir do seu nascimento** (Extrauterina), **não existindo crime de homicídio antes dela, mas sim** a possibilidade de **crime de aborto**.

Gabarito: Letra E.

52) São considerados crimes contra o patrimônio de consumação instantânea as seguintes condutas, EXCETO

- sequestrar pessoa com o fim de obter, para si ou para outrem, qualquer vantagem, como condição ou preço do resgate.
- subtrair coisa móvel alheia, para si ou para outrem, mediante grave ameaça ou violência a pessoa, ou depois de havê-la, por qualquer meio, reduzido à impossibilidade de resistência.
- subtrair o condômino, co-herdeiro ou sócio, para si ou para outrem, a quem legitimamente a detém, a coisa comum.
- obter, para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil, ou qualquer outro meio fraudulento.

E) tomar refeição em restaurante, alugar-se em hotel ou utilizar-se de meio de transporte sem dispor de recursos para efetuar o pagamento.

Comentário:

Letra A: Errada.

Crimes Permanentes e Continuados	
Crime Permanente	Conduta praticada pelo agente que se prolonga no tempo para sua consumação total.
Crime Continuado (CP/40. Art. 71.)	Quando o agente, mediante mais de uma ação ou omissão , pratica dois ou mais crimes da mesma espécie e, pelas condições de tempo, lugar, maneira de execução e outras semelhantes, devem os subsequentes ser havidos como continuação do primeiro, aplica-se-lhe a pena de um só dos crimes, se idênticas, ou a mais grave, se diversas, aumentada, em qualquer caso, de um sexto a dois terços.

Extorsão mediante sequestro

CP. Art. 159 – **Sequestrar** pessoa com o **fim de obter**, para si ou para outrem, **qualquer vantagem**, como condição ou preço do resgate:

Pena – reclusão, de oito a quinze anos.

Extorsão mediante Sequestro
<ul style="list-style-type: none">➤ Bem jurídico Protegido: Patrimônio e a liberdade do sujeito passivo.➤ Crime Comum e permanente;➤ Sujeito Ativo: Qualquer pessoa.➤ Sujeito Passivo: Qualquer pessoa.➤ Tipo Subjetivo: Dolo com <u>finalidade específica</u>. É possível a tentativa.➤ Consumação: O STF considera um crime formal, sendo consumado a partir da simples privação da vítima independentemente de o sujeito ativo obter a vantagem.➤ Tal delito possui ação penal pública incondicionada.

STF/Súmula 711

A lei penal **mais grave** aplica-se ao **crime continuado** ou ao **crime permanente**, se a sua **vigência é anterior** à cessação da continuidade ou da permanência.

Gabarito: Letra A.

53) Sobre os crimes contra a dignidade sexual, conforme a jurisprudência dos tribunais superiores, assinale a alternativa correta.

- A) O princípio da insignificância é aplicável aos crimes contra a dignidade sexual.
- B) A prática de crime ou contravenção penal contra a dignidade sexual impossibilita a substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos.
- C) O crime de estupro de vulnerável se configura com a conjunção carnal ou prática de ato libidinoso com menor de 14 anos, sendo irrelevante eventual consentimento da vítima para a prática do ato, sua experiência sexual anterior ou existência de relacionamento amoroso com o agente.
- D) A configuração do crime de importunação sexual independe da prova da efetiva importunação da vítima, por se tratar de delito formal.

GARANTA O PACOTE COMPLETO COM 50% DE DESCONTO: [CLIQUE AQUI!](#)

E) É inadmissível aplicar, no estupro qualificado pelo concurso de agentes, a majorante do estupro coletivo.

Comentário:

Letra A: Errada.

O princípio da insignificância não se aplica aos crimes contra a dignidade sexual.

Letra B: Errada.

STJ/Súmula 588

A prática de crime ou contravenção penal **contra a mulher com violência ou grave ameaça no ambiente doméstico** impossibilita a substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos.

Letra C: Correta.

STJ/Súmula 593

O crime de **estupro de vulnerável** se configura com a **conjunção carnal** ou prática de **ato libidinoso** com **menor de 14 anos**, sendo **irrelevante eventual consentimento da vítima** para a prática do ato, sua **experiência sexual anterior** ou **existência de relacionamento amoroso** com o agente.

Letra D: Errada.

É um delito material.

Importunação sexual

CP/40 Art. 215-A. Praticar contra alguém e **sem a sua anuência ato libidinoso** com o objetivo de **satisfazer a própria lascívia** ou a **de terceiro**:

Penal - **reclusão**, de **1 a 5 anos**, **se o ato não constitui crime mais grave**.

Frotteurismo

Ocorre quando um sujeito ativo **toca ou esfrega-se** nas partes íntimas de uma pessoa **sem a permissão desta**. Normalmente, o ato ocorre em **ambientes aglomerados de pessoas**. Tal ato configura crime de **importunação sexual**.

Letra E: Errada.

Aumento de pena

CP/40 Art. 226. A pena é **augmentada**:

I – **de quarta parte**, se o crime é cometido com o **concurso de 2 (duas) ou mais pessoas**;

II - de **metade**, se o agente é ascendente, padrasto ou madrasta, tio, irmão, cônjuge, companheiro, tutor, curador, preceptor ou empregador da vítima ou por qualquer outro título tiver autoridade sobre ela;

IV - de **1/3 (um terço) a 2/3 (dois terços)**, se o crime é praticado:

Estupro coletivo

a) mediante **concurso de 2 ou mais agentes**;

Estupro corretivo

b) para controlar o **comportamento social ou sexual** da vítima.

Gabarito: Letra C.

54) Assinale a opção que corresponde a um crime contra o Estado Democrático de Direito, nos termos do Título XII do Código Penal.

- A) Entregar ao governo alemão documento secreto, pondo em risco a soberania brasileira, a fim de expor a violação de direitos humanos.
- B) Entoar cânticos cristãos para perturbar o comício eleitoral de um candidato candomelecista.
- C) Constituir associação para conscientizar o público das vantagens da independência do Rio Grande do Sul.
- D) Negociar com dissidentes venezuelanos o disparo de mísseis contra o Brasil, para acirrar a animosidade entre os países.
- E) Oferecer propina a parlamentares para impedir a abertura de processo de impeachment contra o presidente da República.

Comentário:

Letra A: Errada.

Espionagem

CP/40 Art. 359-K. **Entregar** a governo estrangeiro, a seus agentes, ou a organização criminosa estrangeira, em **desacordo** com determinação legal ou regulamentar, documento ou informação classificados como **secretos ou ultrasecretos** nos termos da lei, cuja revelação possa **colocar em perigo** a preservação da ordem constitucional ou a soberania nacional:

Pena - reclusão, de 3 a 12 anos.

§ 4º **Não constitui crime** a comunicação, a entrega ou a publicação de informações ou de documentos com o **fim de expor a prática de crime ou a violação de direitos humanos**.

Letra B: Errada.

Violência política

CP/40 Art. 359-P. **Restringir, impedir ou dificultar**, com emprego de violência física, sexual ou psicológica, o exercício de **direitos políticos** a qualquer pessoa em razão de seu sexo, raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional:

Pena - reclusão, de 3 a 6 anos, e multa, além da pena correspondente à violência.

Letra C: Errada.

Atentado à integridade nacional

CP/40 Art. 359-J. **Praticar violência ou grave ameaça** com a finalidade de desmembrar parte do território nacional para constituir país independente:

Pena - reclusão, de 2 a 6 anos, além da pena correspondente à violência.

Letra D: Correta.

Atentado à soberania

CP/40 Art. 359-I. Negociar com governo ou grupo estrangeiro, ou seus agentes, com o fim de **provocar atos típicos de guerra contra o País ou invadi-lo**:

Pena - reclusão, de 3 a 8 anos.

Letra E: Errada.

Corrupção ativa

CP/40 Art. 333 - **Oferecer ou prometer vantagem indevida** a funcionário público, para determiná-lo a praticar, **omitir ou retardar** ato de ofício:

GARANTA O PACOTE COMPLETO COM 50% DE DESCONTO: [CLIQUE AQUI!](#)

Pena – **reclusão**, de **2 a 12 anos**, e multa.

Gabarito: Letra D.

Direito Processual Penal

55) Sobre o regramento do acordo de não persecução penal, assinale a alternativa correta.

- A) Nos casos envolvendo violência doméstica contra mulher, o acordo de não persecução penal só é cabível se a imputação for de crime sem violência ou grave ameaça.
- B) É incabível acordo de não persecução penal se o agente tiver sido beneficiado, nos 10 (dez) anos anteriores ao cometimento da nova infração, em acordo de não persecução penal, transação penal ou suspensão condicional do processo.
- C) O delegado de polícia poderá propor acordo de não persecução penal quando o crime vislumbrado for afiançável pela própria autoridade policial.
- D) A impossibilidade de reparação ao dano ou restituição da coisa à vítima não é óbice à celebração do acordo de não persecução penal.
- E) Para celebrar o acordo de não persecução penal, o investigado deverá confessar formal e judicialmente a prática de infração penal.

Comentário:

Letra A: Errada.

CPP. Art. 28-A. § 2º O disposto no caput (Acordo de Não Persecução Penal) deste artigo **não se aplica** nas seguintes hipóteses:

IV - nos crimes praticados no âmbito de **violência doméstica ou familiar**, ou praticados **contra a mulher por razões da condição de sexo feminino**, em favor do agressor.

Letra B: Errada.

CPP. Art. 28-A. § 2º O disposto no caput (Acordo de Não Persecução Penal) deste artigo **não se aplica** nas seguintes hipóteses:

III - ter sido o agente beneficiado nos **5 (cinco) anos anteriores** ao cometimento da infração, em acordo de não persecução penal, transação penal ou suspensão condicional do processo;

Letra C: Errada.

CPP. Art. 28-A. **Não sendo caso de arquivamento** e tendo o investigado **confessado** formal e circunstancialmente a prática de infração penal **sem violência** ou **grave ameaça** e com pena **mínima inferior a 4 anos**, o **Ministério Público** poderá propor **acordo de não persecução penal**, desde que **necessário e suficiente** para **reprovação e prevenção do crime**, mediante as **seguintes condições** ajustadas cumulativa e alternativamente:

Letra D: Correta.

CPP. Art. 28-A. **Não sendo caso de arquivamento** e tendo o investigado **confessado** formal e circunstancialmente a prática de infração penal **sem violência** ou **grave ameaça** e com pena **mínima inferior a 4 anos**, o **Ministério Público** poderá propor **acordo de não persecução penal**, desde que **necessário e suficiente** para **reprovação e prevenção do crime**, mediante as **seguintes condições** ajustadas cumulativa e alternativamente:

I - **reparar o dano** ou **restituir a coisa à vítima**, **exceto** na **impossibilidade** de fazê-lo;

Letra E: Errada.

CPP. Art. 28-A. **Não sendo caso de arquivamento** e tendo o investigado **confessado formal e circunstancialmente** a prática de infração penal **sem violência** ou **grave ameaça** e com pena **mínima inferior a 4 anos**, o **Ministério Público** poderá propor **acordo de não persecução penal**, desde que **necessário e suficiente** para **reprovação e prevenção do crime**, mediante as **seguintes condições** ajustadas cumulativa e alternativamente:

Gabarito: Letra D.

56) Sobre sistemas processuais e competência, assinale a alternativa INCORRETA.

Q2

GARANTA O PACOTE COMPLETO COM 50% DE DESCONTO: [CLIQUE AQUI!](#)

- A) No sistema acusatório, o princípio do contraditório guarda especial relevância, o que não o impede de ser postergado em determinadas circunstâncias.
- B) A competência será, de regra, determinada pelo lugar em que se consumar a infração, ou, no caso de tentativa, pelo lugar em que foi praticado o último ato de execução.
- C) A competência será determinada pela prevenção se, no mesmo caso, houverem sido praticadas infrações para facilitar ou ocultar outras infrações, ou para conseguir impunidade ou vantagem em relação a qualquer delas.
- D) A competência será determinada pela conexão se, ocorrendo duas ou mais infrações, houverem sido praticadas, ao mesmo tempo, por várias pessoas reunidas, ou por várias pessoas em concurso, embora diverso o tempo e o lugar, ou por várias pessoas, umas contra as outras.
- E) Se, iniciado o processo perante um juiz, houver desclassificação para infração da competência de outro, a este será remetido o processo, salvo se mais graduada for a jurisdição do primeiro, que, em tal caso, terá sua competência prorrogada.

Comentário:

Letra A: Correta.

CPP. Art. 155. O **juiz** formará sua convicção pela **livre apreciação** da prova produzida em contraditório judicial, **não podendo** fundamentar sua decisão **exclusivamente** nos elementos **informativos colhidos na investigação, ressaltadas** as provas **cautelares, não repetíveis e antecipadas**.

Letra B: Correta.

CPP. Art. 70. A **competência** será, de regra, determinada pelo **lugar em que se consumar a infração**, ou, no caso de tentativa, pelo **lugar em que for praticado o último ato de execução**.

Letra C: Errada.

CPP. Art. 76. A **competência** será determinada pela **conexão**:

II - se, no **mesmo caso**, houverem sido umas praticadas para **facilitar (Conexão Objetiva Teleológica) ou ocultar as outras**, ou para **conseguir impunidade ou vantagem** em relação a **qualquer delas (Conexão Objetiva Consequencial)**;

Letra D: Correta.

CPP. Art. 76. A **competência** será determinada pela **conexão**:

I - se, ocorrendo duas ou mais infrações, houverem sido praticadas, ao mesmo tempo, por várias pessoas reunidas (**Conexão Intersubjetiva por simultaneidade ocasional**), ou por várias pessoas em concurso, embora diverso o tempo e o lugar (**Conexão Intersubjetiva por Concurso**), ou por várias pessoas, umas contra as outras (**Conexão Intersubjetiva por Reciprocidade**);

Letra E: Correta.

CPP. Art. 74. A **competência** pela **natureza da infração** será regulada pelas **leis de organização judiciária, salvo** a competência privativa do **Tribunal do Júri**.

§ 2º Se, iniciado o processo perante um juiz, houver desclassificação para infração da competência de outro, a este será remetido o processo, salvo se mais graduada for a jurisdição do primeiro, que, em tal caso, terá sua competência prorrogada.

Gabarito: Letra C.

57) André foi aprovado em concurso público para o cargo de auxiliar de necropsia da Polícia Civil do Estado Alfa. Durante seu curso de formação na Acadepol, André e os demais novos policiais foram orientados a atender todas as normas sobre a cadeia de custódia. De acordo com o Código de Processo Penal, considera(m)-se cadeia de custódia:

- A) as prisões localizadas no interior das delegacias de polícia, que se destinam a receber e manter recolhidos, até ordem judicial de soltura, os presos provisórios;
- B) o controle feito pelo juiz das garantias, que é responsável pela análise da legalidade da investigação criminal e pela salvaguarda dos direitos individuais do indiciado;

- C) a fase de colheita da prova oral em um inquérito policial, consistente no interrogatório do investigado perante a autoridade policial e no depoimento de testemunhas;
- D) as penitenciárias, que se destinam a receber e manter recolhidos, até ordem judicial de soltura, os detentos condenados com trânsito em julgado à pena privativa de liberdade, com início de cumprimento em regime fechado;
- E) o conjunto de todos os procedimentos utilizados para manter e documentar a história cronológica do vestígio coletado em locais ou em vítimas de crimes, para rastrear sua posse e manuseio a partir de seu reconhecimento até o descarte.

Comentário:

CPP Art. 158-A. Considera-se **cadeia de custódia** o conjunto de todos os procedimentos utilizados para manter e documentar a história cronológica do vestígio coletado em locais ou em vítimas de crimes, para rastrear sua posse e manuseio a partir de seu reconhecimento até o descarte.

§ 1º O início da cadeia de custódia dá-se com a preservação do local de crime ou com procedimentos policiais ou periciais nos quais seja detectada a existência de vestígio.

§ 2º O agente público que reconhecer um elemento como de potencial interesse para a produção da prova pericial fica responsável por sua preservação.

§ 3º Vestígio é todo objeto ou material bruto, visível ou latente, constatado ou recolhido, que se relaciona à infração penal.

Gabarito: Letra E.

58) Mauro é delegado de polícia em Abadiânia-GO e inicia o interrogatório de um sujeito preso em flagrante pelo crime de injúria racial. Após o ato, Mauro fixa fiança no valor de 100 (cem) salários-mínimos. Com base no exposto, assinale a alternativa correta.

- A) Mauro extrapolou sua competência, pois a autoridade policial só pode afiançar crimes que envolvam penas superiores a 4 (quatro) anos de reclusão.
- B) Mauro poderia ter arbitrado fiança acima do valor originalmente fixado.
- C) Mauro deveria ter arbitrado valor máximo de 10 (dez) salários-mínimos.
- D) Mauro não poderia ter arbitrado a fiança, pois o crime nesse contexto é inafiançável.
- E) A fiança arbitrada por delegado de polícia deve ser referendada pelo juízo competente.

Comentário:

O tema da fiança é complexo e exige conhecimento do CPP. O delegado pode arbitrar fiança em casos de infrações com **pena máxima de até 4 anos (art. 322, CPP), exceto nos casos de racismo, tortura, tráfico de drogas, terrorismo, crimes hediondos e crimes contra a ordem constitucional**. Desde a lei 14.532/23, o crime de **injúria racial passou a ser equiparado ao racismo**, tornando-o inafiançável e imprescritível. Portanto, o item que afirma que **Mauro não poderia ter arbitrado a fiança** está correto.

Gabarito: Letra D.

59) Em relação aos procedimentos de cognição, assinale a alternativa correta.

- A) Os processos que apurem a prática de crime hediondo terão prioridade de tramitação em todas as instâncias.
- B) Serão residualmente sumários todos os procedimentos comuns que não tiverem por objeto crime cuja sanção máxima cominada for igual ou superior a 4 (quatro) anos de pena privativa de liberdade.
- C) O procedimento sumaríssimo tem rito cível e tramitação subsidiária perante os Juizados Especiais.
- D) As decisões de rejeição da denúncia e absolvição sumária possuem as mesmas causas motivadoras.
- E) As provas serão produzidas em uma só audiência, sendo defeso ao juiz indeferir aquelas hipoteticamente protelatórias, sob pena de violação ao princípio da ampla defesa.

Comentário:

Letra A: Correto.

CPP Art. 394-A. Os processos que apurem a prática de **crime hediondo terão prioridade de tramitação em todas as instâncias**.

Letra B: Errado.

GARANTA O PACOTE COMPLETO COM 50% DE DESCONTO: [CLIQUE AQUI!](#)

CPP Art. 394. O procedimento será **comum ou especial**.

§ 1º. O procedimento **comum** será **ordinário, sumário ou sumaríssimo**:

II - **sumário**, quando tiver por objeto crime cuja sanção máxima cominada seja **inferior a 4 anos de pena privativa de liberdade**;

Letra C: Errado.

CPP Art. 394. O procedimento será **comum ou especial**.

§ 5º. Aplicam-se **subsidiariamente** aos procedimentos **especial, sumário e sumaríssimo** **as disposições do procedimento ordinário**.

Letra D: Errado.

CPP Art. 395. **A denúncia ou queixa será rejeitada** quando:

I - for manifestamente **inepta**;

II - **faltar pressuposto processual** ou condição para o exercício da ação penal; ou

III - **faltar justa causa** para o exercício da ação penal.

CPP Art. 415. **O juiz, fundamentadamente, absolverá** desde logo o acusado, quando:

I – provada a **inexistência do fato**;

II – provado **não** ser ele **autor ou partícipe do fato**;

III – o fato **não** constituir **infração penal**;

IV – demonstrada causa de **isenção de pena** ou de **exclusão do crime**.

Letra E: Errado.

Art. 400. § 1º. As provas **serão produzidas numa só audiência**, podendo o **juiz indeferir** as consideradas **irrelevantes, impertinentes ou protelatórias**.

Gabarito: Letra A.

60) Acerca da ação de ordem de habeas corpus, quando endereçado a órgãos judiciais colegiados em matéria penal, assinale a alternativa correta.

- A) A impetração do habeas corpus obstará o processo, desde que este não esteja em conflito com os fundamentos daquela.
- B) A superveniência da sentença condenatória não prejudica o pedido de trancamento da ação penal por falta de justa causa feito em habeas corpus.
- C) Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de habeas corpus impetrado contra decisão do Relator que, em habeas corpus requerido a tribunal superior, indefere a liminar.
- D) Cabe habeas corpus ainda que extinta a pena privativa de liberdade.
- E) Compete originariamente ao Superior Tribunal de Justiça o julgamento de habeas corpus contra decisão de turma recursal de juizados especiais criminais.

Comentário:

Letra A: Errado.

CPP Art. 651. A concessão do **habeas corpus não obstará**, **nem porá termo ao processo, desde que este não esteja em conflito** com os fundamentos daquela.

Letra B: Errado.

GARANTA O PACOTE COMPLETO COM 50% DE DESCONTO: [CLIQUE AQUI!](#)

Súmula 648/STJ: A superveniência da sentença condenatória **prejudica** o pedido de trancamento da ação penal por falta de justa causa feito em habeas corpus.

Letra C: Correto.

Súmula 691 Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de habeas corpus impetrado contra decisão do relator que, em habeas corpus requerido a tribunal superior, indefere a liminar.

Letra D: Errado.

Súmula 695 **Não cabe habeas corpus quando já extinta a pena privativa de liberdade.**

Letra E: Errado.

Súmula 690 **Compete originariamente ao STF** o julgamento de "habeas corpus" contra decisão de Turma Recursal de Juizados Especiais Criminais.

Gabarito: Letra C.

61) Valdo está sendo investigado pelo crime de extorsão, em liberdade. Há indícios de que agiu com um comparsa.

Nessa situação hipotética, em tese,

A) o crime imputado na investigação não preenche os requisitos de admissibilidade para decretação de prisão temporária.

B) como Valdo está solto, o inquérito deverá terminar no prazo de trinta dias, podendo ser prorrogado.

C) ao ser indiciado, Valdo deve ser ouvido e o termo, após ter sido lido em voz alta, deve ser assinado pelo escrivão, dispensando-se a assinatura por testemunhas, caso Valdo saiba ler e escrever.

D) para a instauração do inquérito policial, é necessária representação da vítima de extorsão.

E) caso Valdo denuncie o comparsa à autoridade, terá sua pena reduzida de um a dois terços.

Comentário:

Letra A: Errado.

LEI 7.690/89 - Art. 1º Caberá prisão temporária:

III - quando houver **fundadas razões**, de acordo com qualquer prova admitida na legislação penal, de autoria ou participação do indiciado nos seguintes crimes: d) **EXTORSÃO** (art. 158, caput, e seus §§ 1º e 2º);

Letra B: Correto.

CPP Art. 10. O **inquérito** deverá **terminar** no prazo de **10 dias**, se o indiciado **tiver sido preso em flagrante**, ou **estiver preso preventivamente**, contado o prazo, nesta hipótese, a **partir do dia** em que se **executar a ordem de prisão**, ou no prazo de **30 dias**, quando **estiver solto, mediante fiança ou sem ela**.

§ 3º Quando o fato for de **difícil elucidação**, e o indiciado **estiver solto**, **a autoridade poderá requerer ao juiz a devolução dos autos, para ulteriores diligências**, que serão realizadas no **prazo** marcado pelo **juiz**.

Letra C: Errado.

CPP Art. 6º. Logo que tiver **conhecimento da prática** da infração penal, a **autoridade policial deverá:**

V - **ouvir o indiciado**, com observância, no que for aplicável, do disposto no Capítulo III do Título VII, deste Livro, **devendo o respectivo termo ser assinado por duas testemunhas** que lhe tenham **ouvido a leitura;**

Letra D: Errado.

CP Art. 183 - **Não se aplica** o disposto nos dois artigos anteriores:

I - se o crime é de **roubo ou de extorsão**, ou, em geral, quando haja emprego de grave ameaça ou violência à pessoa;

GARANTA O PACOTE COMPLETO COM 50% DE DESCONTO: [CLIQUE AQUI!](#)

Letra E: Errado.

CP Art. 159, § 4º. Se o crime é cometido em concurso, o concorrente que o denunciar à autoridade, facilitando a libertação do sequestrado, terá sua pena reduzida de 1/3 a 2/3 (crime de extorsão **mediante sequestro**).

Gabarito: Letra B.

Direito Penitenciário e Criminologia

62) No último modelo de reação ao crime, busca-se o retorno da vítima ao status quo ante ao cometimento do delito, de forma a tentar resgatar o momento anterior à violação dos bens jurídicos. Passam a compor, de forma principal, nesse modelo de reação, a vítima e o condenado, ficando de fora o Estado.

No que concerne aos modelos de reação, é correto afirmar que o enunciado se refere ao modelo conhecido por

- A) conciliatório.
- B) dissuasório.
- C) clínico.
- D) ressocializador.
- E) despenalizador.

Comentário:

Abordagens à Reação ao Crime:

Abordagem Clássica/Punitiva: Esta foi a primeira abordagem desenvolvida para responder ao crime, caracterizada pela ideia de que a punição deve ser proporcional ao crime cometido, conforme a filosofia de Hegel. O foco principal é na aplicação da pena como forma de retribuição ao dano causado, sem considerar a possibilidade de reabilitação do infrator. As partes centrais neste modelo são o Estado e o infrator, deixando de lado as preocupações com a vítima e a sociedade.

Abordagem de Ressocialização: Centra-se na reintegração do indivíduo condenado à sociedade após o crime. Difere do modelo punitivo ao reconhecer a importância de preparar o condenado para o retorno à vida em comunidade, enfatizando a necessidade de ações que promovam a reabilitação, como a possibilidade de redução de pena através do trabalho e estudo.

Abordagem Restaurativa/Conciliatória: O objetivo é restaurar a situação anterior ao crime, visando a reparação para a vítima e a reconciliação entre as partes envolvidas. O modelo coloca em destaque a vítima e o infrator, propondo uma solução que visa restabelecer a harmonia anterior, ao invés de focar na punição estatal.

Gabarito: Letra A.

63) O condenado que cumpre a pena em regime fechado ou semiaberto poderá remir, por trabalho ou por estudo, parte do tempo de execução da pena. Sobre esse tema e conforme a Lei de Execução Penal, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) O preso impossibilitado, por acidente, de prosseguir no trabalho ou nos estudos continuará a beneficiar-se com a remição.
- B) O tempo a remir em função das horas de estudo será acrescido de 1/3 (um terço) no caso de conclusão do ensino fundamental, médio ou superior durante o cumprimento da pena, desde que certificada pelo órgão competente do sistema de educação.
- C) Os benefícios e regras da remição também se aplicam às hipóteses de prisão cautelar.
- D) A contagem de tempo para remição é de 1 (um) dia de pena a cada 12 (doze) horas de frequência escolar divididas, no mínimo, em 3 (três) dias, e 1 (um) dia de pena a cada 5 (cinco) dias de trabalho.
- E) Em caso de falta grave, o juiz poderá revogar até 1/3 (um terço) do tempo remido, recomeçando a contagem a partir da data da infração disciplinar.

Comentário:

LEP/84 Art. 126. O **condenado** que cumpre a pena em **regime fechado ou semiaberto** poderá **remir**, por **trabalho ou por estudo**, parte do tempo de execução da pena. .

§ 1º. A **contagem de tempo** referida no caput será feita à razão de:

I - **1 dia** de pena a **cada 12 horas** de **frequência escolar** - atividade de ensino **fundamental, médio**, inclusive **profissionalizante**, ou **superior**, ou ainda de **requalificação profissional** - divididas, **no mínimo, em 3 dias**;

II - **1 dia** de pena a **cada 3 dias de trabalho**.

Gabarito: Letra D.

64) Sobre os estabelecimentos penais, a Lei de Execução Penal brasileira (Lei nº 7.210/1984)

- A) não prevê mais expressamente a cadeia pública destinada ao recolhimento de presos provisórios.
B) é omissa quanto à implementação de berçários nos estabelecimentos prisionais destinados a mulheres para que possam cuidar de seus filhos no período de amamentação.
C) prevê a instalação de Centro de Observação em unidade autônoma ou em anexo a estabelecimento penal, cuja função é a realização de exames gerais e o criminológico, podendo inclusive realizar pesquisas criminológicas.
D) destina a Colônia Agrícola aos presos em cumprimento de pena no regime aberto para que possam ser reinseridos gradativamente ao meio social.
E) prevê como requisito básico da unidade celular de uma penitenciária, a salubridade do ambiente e a área mínima de 3 m².

Comentário:

Letra A: Errada.

LEP/84 Art. 102. A cadeia pública destina-se ao **recolhimento de presos provisórios**.

Letra B: Errada.

LEP/84 Art. 83. § 2º. Os estabelecimentos penais destinados a **mulheres serão dotados de berçário**, onde as condenadas possam **cuidar de seus filhos, inclusive amamentá-los, no mínimo, até 6 meses de idade**.

Período de Amamentação em Estabelecimentos Penais	
CF/88. Art. 5º. L.	LEP. Art. 83. § 2º.
Às presidiárias serão asseguradas condições para que possam permanecer com seus filhos durante o período de amamentação ;	Os estabelecimentos penais destinados a mulheres serão dotados de berçário , onde as condenadas possam cuidar de seus filhos, inclusive amamentá-los, no mínimo, até 6 meses de idade .

Letra C: Correta.

CAPÍTULO V
Do Centro de Observação

LEP/84 Art. 96. No Centro de Observação realizar-se-ão os **exames gerais e o criminológico**, cujos resultados serão encaminhados à **Comissão Técnica de Classificação**.

Parágrafo único. No **Centro** poderão ser realizadas **pesquisas criminológicas**.

LEP/84 Art. 97. O Centro de Observação será instalado em unidade autônoma ou em anexo a estabelecimento penal.

LEP/84 Art. 98. Os exames poderão ser realizados pela Comissão Técnica de Classificação, na falta do Centro de Observação.

Letra D: Errada.

LEP/84 Art. 91. A Colônia Agrícola, Industrial ou Similar destina-se ao **cumprimento da pena** em regime **semi-aberto**.

Letra E: Errada.

LEP/84 Art. 88. O condenado será alojado em cela individual que conterà dormitório, aparelho sanitário e lavatório.

Parágrafo único. São requisitos básicos da unidade celular:

- a) salubridade do ambiente pela concorrência dos fatores de aeração, insolação e condicionamento térmico adequado à existência humana;
b) área mínima de **6,00m² (seis metros quadrados)**.

Gabarito: Letra C.

65) De acordo com o Estatuto Penitenciário do Estado do Paraná, é correto afirmar que:

- A) As Creches e Pré-Escolas são previstas em todos os tipos de estabelecimentos penitenciários, sem restrição de regime.
- B) A Comissão Técnica de Classificação é responsável apenas pela elaboração do programa individualizador, sem envolvimento na execução das penas.
- C) O Conselho de Reclassificação e Tratamento tem como uma de suas funções analisar pedidos de reabilitação de presos que cometeram faltas graves.
- D) Todo preso ou internado pode manter consigo dinheiro, objetos de valor e roupas pessoais dentro do estabelecimento penal.
- E) A assistência a menores até 6 anos de idade em estabelecimentos femininos de regime fechado ou semiaberto não está prevista no Estatuto.

Comentário:

Letra A: Errada.

O Art. 17 especifica que haverá uma Creche e Pré-Escola em cada estabelecimento feminino de regime fechado ou semiaberto, não em todos os tipos de estabelecimentos penitenciários.

Letra B: Errada.

Conforme o Art. 18, a Comissão Técnica de Classificação é responsável por elaborar o programa individualizador e acompanhar a execução das penas privadas de liberdade e restritivas de direitos.

Letra C: Correta.

De acordo com o Art. 16 e seu parágrafo único, o Conselho de Reclassificação e Tratamento, além de outras funções, analisa os pedidos de reabilitação dos presos que praticaram faltas graves.

Letra D: Errada.

O Art. 11 indica que o dinheiro, objetos de valor, roupas e outras peças de uso pessoal serão guardados em lugar seguro ao ingresso no estabelecimento, e não permanecerão com o preso ou internado.

Letra E: Errada.

O Art. 17 claramente prevê a existência de Creche e Pré-Escola em estabelecimentos femininos de regime fechado ou semiaberto para assistência a menores de até 6 anos de idade.

Gabarito: Letra C.

66) No contexto do Estatuto Penitenciário do Estado do Paraná, analise as seguintes afirmativas sobre as sanções disciplinares:

- I. A advertência é considerada uma sanção para faltas graves.**
- II. O isolamento na própria cela ou em local adequado pode ser uma sanção para faltas leves, médias e graves, variando a duração conforme a gravidade da falta.**
- III. A decisão de aplicar a sanção de isolamento é competência exclusiva do diretor do estabelecimento penitenciário.**
- IV. A tentativa de cometer uma falta é punida com a mesma sanção que seria aplicada se a falta tivesse sido consumada.**

É correto o que se afirma em:

- A) I e III apenas.
- B) II e IV apenas.
- C) I, II e IV apenas.
- D) II, III e IV apenas.
- E) I, II, III e IV.

Comentário:

I: Errada. Conforme o Art. 64, a advertência é uma sanção para faltas leves, não para faltas graves.

GARANTA O PACOTE COMPLETO COM 50% DE DESCONTO: [CLIQUE AQUI!](#)

II: Correta. O Art. 64 enumera o isolamento na própria cela ou em local adequado como sanção para faltas leves (de dois a cinco dias), médias (de cinco a dez dias) e graves (de vinte a trinta dias).

III: Errada. O Art. 64, §1º e §2º, especifica que a sanção de isolamento é aplicada por decisão do Conselho Disciplinar, não exclusivamente pelo diretor.

IV: Correta. O Art. 60, Parágrafo Único, estabelece que a tentativa de cometer uma falta é punida com a sanção correspondente à falta consumada.

Gabarito: Letra B.

67) De acordo com a Lei Complementar 245, que trata do Quadro Próprio da Polícia Penal do Estado do Paraná, considere as afirmações a seguir:

I. O conceito de "Carreira" refere-se ao conjunto de atividades temporárias e variáveis dentro de um mesmo cargo.

II. "Cargo" é uma unidade funcional com denominação própria, criada por lei, cujo provimento se dá exclusivamente por meio de concurso público.

III. "Promoção" é definida como a progressão para um cargo de nível hierárquico totalmente diferente dentro da estrutura organizacional.

IV. "Subsídio" é a retribuição financeira pelo efetivo exercício do cargo, sendo fixado em parcela única e determinado pela classe estabelecida em lei.

V. "Interstício" é o período de tempo mínimo necessário entre duas promoções consecutivas.

As afirmações corretas são:

A) Apenas I, II e IV.

B) Apenas II, IV e V.

C) Apenas III e V.

D) Apenas I, III e V.

E) Apenas II e IV.

Comentário:

I: Errada. "Carreira" é o agrupamento de cargos e funções em classes que reflete o crescimento profissional, não atividades temporárias.

II: Correta. "Cargo" é uma unidade funcional básica, de caráter genérico, criada por lei, com denominação própria, provimento por concurso público.

III: Errada. "Promoção" é a passagem de uma classe para outra imediatamente superior, dentro do mesmo cargo e função, e não para um cargo de nível hierárquico diferente.

IV: Correta. "Subsídio" é a retribuição financeira pelo exercício do cargo, fixado em parcela única, correspondente à classe.

V: Correta. "Interstício" é o prazo mínimo exigido para concorrer a uma nova promoção.

Gabarito: Letra B.

68) Relativamente ao regime remuneratório estabelecido pela Lei Complementar 245 para os Policiais Penais do Estado do Paraná, analise as seguintes afirmativas:

I. A remuneração dos Policiais Penais é realizada por meio de subsídio, o qual exclui o acréscimo de quaisquer outras verbas remuneratórias, com exceções previstas na Lei.

II. O subsídio dos Policiais Penais é revisado anualmente, seguindo os mesmos moldes e índices aplicáveis aos demais servidores do Poder Executivo.

III. Os adicionais por tempo de serviço e adicional noturno continuam sendo pagos aos Policiais Penais como parte do sistema remuneratório anterior.

IV. O enquadramento dos servidores ativos, aposentados e geradores de pensão do cargo de Agente Penitenciário no novo regime de subsídio deve respeitar o princípio da irredutibilidade salarial.

Está(ão) correta(s):

GARANTA O PACOTE COMPLETO COM 50% DE DESCONTO: [CLIQUE AQUI!](#)

- A) Apenas I e II.
 - B) Apenas II e III.
 - C) Apenas I, II e IV.
 - D) Apenas III e IV.
 - E) I, II, III e IV.
-

Comentário:

I: Correta. De acordo com o Art. 11 da Lei Complementar 245, o sistema remuneratório dos Policiais Penais é estabelecido por meio de subsídio, com exceções especificadas na Lei.

II: Correta. Conforme o Art. 13, o subsídio dos Policiais Penais será revisado anualmente, seguindo os mesmos critérios dos demais servidores do Poder Executivo.

III: Errada. Segundo o Art. 15, diversas verbas, como adicionais por tempo de serviço e adicional noturno, foram extintas com a adoção do regime de subsídio.

IV: Correta. O Art. 16 especifica que o enquadramento dos servidores no novo regime de subsídio deve ocorrer sem redução salarial, em respeito à irredutibilidade salarial.

Gabarito: Letra C.

Direitos Humanos

69) Uma das características dos direitos humanos é a imprescritibilidade, a qual significa que

- A) devem ser exercidos diretamente por seus titulares independentemente da necessidade de prescrição legal ou judicial.
- B) devem ser reconhecidos pelas leis de cada Estado de modo que, após o reconhecimento, não possam mais ser revogados.
- C) não precisam ser escritos, bastando que façam parte de um consenso social e cultural para que sejam exigidos e respeitados.
- D) não podem ser proscritos pela lei interna do país caso já tenham sido reconhecidos em nível internacional.
- E) o decorrer do tempo sem que tenham sido concretizados não retira de seu titular a possibilidade de exigi-los a qualquer momento.

Comentário:

Características dos Direitos Fundamentais	
Universalidade	Todos os indivíduos , sem distinção de raça, nacionalidade, religião, cor, entre outras divergências, podem usufruir dos direitos fundamentais .
Indivisibilidade	Os direitos fundamentais devem ser estudados de forma sistematizada , e não separadamente . A violação a um dos direitos fundamentais afeta os demais.
Interdependência	É a vinculação existente entre os direitos fundamentais.
Imprescritibilidade	Os direitos fundamentais poderão ser sempre exercidos , não perdendo o seu valor com o decorrer do tempo .
Inalienabilidade	Os direitos fundamentais são intransferíveis , indisponíveis e não podem ser negociados .
Historicidade	Os direitos fundamentais surgem com o desenrolar do tempo , estando em constante desenvolvimento .
Irrenunciabilidade	Em regra, os direitos fundamentais não podem ser renunciados por quem o exerce, no entanto, conforme o STF, excepcionalmente será possível . Ex: Relativização da intimidade e privacidade em reality shows.
Vedação ao Retrocesso	É inadmissível o retrocesso de um direito fundamental já concedido, sendo vedado revogar normas garantidoras de políticas públicas .
Efetividade	O Estado deve ser o mais efetivo possível na aplicação dos direitos fundamentais.
Relatividade/Limitabilidade	Todos os direitos fundamentais são relativos , existindo a ponderação entre eles no caso de conflitos , não existindo direito fundamental absoluto .

Gabarito: Letra E.

70) Em relação ao Direito Internacional dos Direitos Humanos e a redefinição da cidadania no Brasil, NÃO é correto afirmar:

- A) O desconhecimento dos direitos e garantias internacionais importa no desconhecimento de parte substancial dos direitos da cidadania, por significar a privação do exercício de direitos acionáveis e defensáveis na arena internacional.
- B) O Direito Internacional dos Direitos Humanos vem instaurar o processo de redefinição do próprio conceito de cidadania no âmbito brasileiro, seja em face da sistemática de monitoramento internacional que proporciona, seja em face do extenso universo de direitos que assegura.
- C) Os direitos internacionais integram o universo impreciso e indefinido dos direitos implícitos, decorrentes do regime ou dos princípios adotados pela Constituição Federal de 1988, o que limita em parte o exercício da cidadania no Brasil.
- D) Pode-se afirmar que a realização plena e não apenas parcial dos direitos da cidadania envolve o exercício efetivo e amplo dos direitos humanos, nacional e internacionalmente assegurados.

Comentário:

Letra C está errada.

GARANTA O PACOTE COMPLETO COM 50% DE DESCONTO: [CLIQUE AQUI!](#)

A autora contesta a visão de que a argumentação é fraca, defendendo a ideia de que, mesmo que não sejam explicitados na Constituição, os direitos previstos em tratados internacionais podem ser considerados "explicitáveis". Isso significa que é possível clarear sua existência e aplicabilidade mediante referência aos artigos específicos desses tratados internacionais, que estabelecem um conjunto bem definido de direitos. Ela enfatiza que tal perspectiva reforça a importância e o status elevado que os tratados de direitos humanos recebem no âmbito constitucional, equiparando-os a outros direitos e garantias constitucionais.

Gabarito: Letra C.

71) Sobre a Carta das Nações Unidas, é correto afirmar:

- A) assinada em São Francisco, em 26 de junho de 1945, criou o Conselho de Direitos Humanos, endossando a visão de que os direitos fundamentais são essenciais para a paz e o desenvolvimento das nações.
 - B) o Conselho de Segurança é composto de quinze membros das Nações Unidas. São membros permanentes: China, Alemanha, Rússia, Reino Unido e Estados Unidos. Os demais são eleitos pela Assembleia Geral.
 - C) a admissão de qualquer Estado como Membro das Nações Unidas será efetuada por decisão da Assembleia Geral, sem qualquer interferência do Conselho de Segurança.
 - D) a Corte Internacional de Justiça foi criada como o principal órgão judicial das Nações Unidas, sendo composto por nove juízes.
 - E) seus propósitos centrais são: (i) manter a paz e a segurança internacional; (ii) fomentar a cooperação internacional nos campos social e econômico; (iii) promover os direitos humanos no âmbito universal.
-

Comentário:

Letra A: Errada.

Embora a data de fundação da ONU esteja precisa, o Conselho de Direitos Humanos só foi estabelecido no ano de 2006.

Letra B: Errada.

É verdade que o Conselho de Segurança tem 15 membros, porém, os membros permanentes incluem os Estados Unidos, China, Rússia, Reino Unido e França.

Letra C: Errada.

Artº. 4 da Carta das Nações Unidas

1. A admissão como membro das Nações Unidas fica aberta a todos os outros Estados amantes da paz que aceitarem as obrigações contidas na presente Carta e que, a juízo da Organização, estiverem aptos e dispostos a cumprir tais obrigações.

2. A admissão de qualquer desses Estados como membro das Nações Unidas será efectuada por decisão da Assembleia Geral, mediante recomendação do Conselho de Segurança.

Letra D: Errada.

A Corte Internacional de Justiça é composta por 15 juízes.

Letra E: Correta.

DECRETO Nº 19.841, DE 22 DE OUTUBRO DE 1945.

Carta Das Nações Unidas

Artigo 1. Os propósitos das Nações unidas são:

1. Manter a paz e a segurança internacionais e, para esse fim: tomar, coletivamente, medidas efetivas para evitar ameaças à paz e reprimir os atos de agressão ou outra qualquer ruptura da paz e chegar, por meios pacíficos e de conformidade com os princípios da justiça e do direito internacional, a um ajuste ou solução das controvérsias ou situações que possam levar a uma perturbação da paz;

GARANTA O PACOTE COMPLETO COM 50% DE DESCONTO: [CLIQUE AQUI!](#)

2. Desenvolver relações amistosas entre as nações, baseadas no respeito ao princípio de igualdade de direitos e de autodeterminação dos povos, e tomar outras medidas apropriadas ao fortalecimento da paz universal;
3. Conseguir uma cooperação internacional para resolver os problemas internacionais de caráter econômico, social, cultural ou humanitário, e para promover e estimular o respeito aos direitos humanos e às liberdades fundamentais para todos, sem distinção de raça, sexo, língua ou religião; e
4. Ser um centro destinado a harmonizar a ação das nações para a consecução desses objetivos comuns.

Gabarito: Letra E.

72) A Convenção sobre os Direitos da Criança, ratificada pelo Governo Brasileiro em 1990, assevera que:

- A) é considerada criança todo ser humano com menos de quatorze anos de idade, a não ser que, em conformidade com a lei aplicável à criança, a maioridade seja alcançada antes.
- B) a criança será registrada até um ano após seu nascimento e terá direito, desde o momento em que nasce, a um nome, a uma nacionalidade e, na medida do possível, a conhecer seus pais e a ser cuidada por eles.
- C) a criança, por ser juridicamente incapaz, não terá direito à liberdade de expressão.
- D) os Estados Partes reconhecem os direitos da criança à liberdade de associação e à liberdade de realizar reuniões pacíficas.
- E) os Estados Partes reconhecerão as crianças que forem maiores de doze anos, o direito de usufruir da previdência social, inclusive do seguro social, e adotarão as medidas necessárias para lograr a plena consecução desse direito, em conformidade com sua legislação nacional.

Comentário:

Convenção sobre os Direitos da Criança

Letra A: Errada.

PARTE I

Artigo 1

Para efeitos da presente Convenção considera-se como **criança** todo ser humano com **menos de dezoito anos** de idade, a não ser que, em conformidade com a lei aplicável à criança, a maioridade seja alcançada antes.

Atenção!	
Convenção Sobre os Direitos da Criança	Estatuto da Criança e do Adolescente – Art. 2º
Criança é todo ser humano com menos de dezoito anos de idade, <u>a não ser que, em conformidade com a lei aplicável à criança, a maioridade seja alcançada antes.</u>	Criança: pessoa de até doze anos de idade <u>incompletos</u> ; Adolescente: aquela entre doze e dezoito anos de idade.
OBS: A Convenção sobre os Direitos da Criança não diferencia criança de adolescente.	

Letra B: Errada.

Artigo 7

1. A criança será registrada **imediatamente** após seu nascimento e terá **direito**, desde o momento em que nasce, a um **nome**, a uma **nacionalidade** e, na medida do possível, a **conhecer seus pais** e a ser **cuidada por eles**.

Letra C: Errada.

Artigo 13

1. A criança terá direito à **liberdade de expressão**. Esse direito incluirá a **liberdade** de procurar, receber e divulgar informações e ideias de todo tipo, **independentemente de fronteiras**, de forma **oral, escrita ou impressa**, por meio das **artes** ou por **qualquer outro meio** escolhido pela criança.

Letra D: Correta.

Artigo 15

Q2

GARANTA O PACOTE COMPLETO COM 50% DE DESCONTO: [CLIQUE AQUI!](#)

1 Os Estados Partes reconhecem os direitos da criança à liberdade de associação e à liberdade de realizar reuniões pacíficas.

Letra E: Errada.

Artigo 26

1. Os Estados Partes reconhecerão a todas as crianças o **direito** de usufruir da **previdência social, inclusive do seguro social**, e adotarão as medidas necessárias para lograr a plena consecução desse direito, em conformidade com sua legislação nacional.

Gabarito: Letra D.

73) A Convenção Americana sobre Direitos Humanos, de 22 de novembro de 1969, também conhecida como Pacto de São José da Costa Rica, foi incorporada ao Direito Brasileiro por meio do Decreto nº 678/1992. Segundo essa importante legislação internacional, é correto afirmar que

- A) as penas privativas da liberdade devem ter por finalidade essencial a punição, a reforma e a readaptação social dos condenados.
- B) toda pessoa tem direito à nacionalidade do Estado em cujo território estiver domiciliada, se não tiver direito à outra.
- C) toda pessoa detida ou retida deve ser conduzida, sem demora, à presença de um juiz ou outra autoridade autorizada pela lei a exercer funções judiciais.
- D) todo o acusado tem direito de defender-se, devendo, contudo, ser assistido por um defensor de sua escolha.
- E) em casos expressamente previstos em lei é autorizada a expulsão coletiva de estrangeiros.

Comentário:

Letra A: Errada.

Artigo 5. Direito à integridade pessoal

6. As **penas privativas da liberdade** devem ter por **finalidade essencial** a reforma e a readaptação social dos condenados.

Letra B: Errada.

Artigo 20. Direito à nacionalidade

2. Toda pessoa tem direito à nacionalidade do Estado em cujo território houver nascido, se não tiver direito a outra.

Letra C: Correta.

Artigo 7. Direito à liberdade pessoal

5. Toda pessoa detida ou retida deve ser conduzida, **sem demora**, à presença de **um juiz** ou **outra autoridade autorizada pela lei** a exercer funções judiciais e tem direito a ser julgada dentro de um prazo razoável ou a ser posta em liberdade, sem prejuízo de que prossiga o processo. Sua liberdade **pode ser condicionada** a garantias que assegurem o seu comparecimento em juízo. (**Audiência de Custódia**)

Letra D: Errada.

Artigo 8. Garantias judiciais

2. Toda pessoa **acusada de delito** tem direito a que se **presuma sua inocência** enquanto não se comprove legalmente sua culpa. Durante o processo, toda pessoa tem direito, em **plena igualdade**, às seguintes **garantias** mínimas:

d. direito do acusado de **defender-se pessoalmente** ou de **ser assistido por um defensor** de sua escolha e de comunicar-se, livremente e em particular, com seu defensor;

Letra E: Errada.

Artigo 22. Direito de circulação e de residência

9. É proibida a expulsão coletiva de estrangeiros.

Gabarito: Letra C.

74) A Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) fez uma visita in loco ao Brasil, entre 5 e 12 de novembro de 2018, em função de convite formulado pelo Estado brasileiro realizado em 29 de novembro de 2017. O objetivo foi o de observar a situação dos direitos humanos no país. Entre os itens constantes de seu relatório, a CIDH apontou para “o grave contexto de violações aos direitos humanos das mulheres negras e da juventude pobre da periferia. São os pobres e os afrodescendentes aqueles que seguem sendo desproporcionalmente as principais vítimas de violações aos direitos humanos no Brasil. Estes são mortos às dezenas e milhares, sem investigação, julgamento, punição ou reparação adequados”. Os termos exarados encontram-se de acordo com as atribuições da CIDH, que

A) expede “Pareceres”, em caráter consultivo, à Corte Interamericana, sobre aspectos de interpretação da Convenção Americana, podendo inclusive sugerir providências para solução dos problemas observados.

B) pode solicitar que a Corte Interamericana requeira “medidas provisionais” dos Governos em casos urgentes de grave perigo às pessoas, ainda que o caso não tenha sido submetido à Corte.

C) faz recomendações aos Estados-membros da OEA acerca da adoção de medidas para corrigir as práticas de violações e adotar medidas de promoção e garantia dos direitos humanos.

D) zela pelo cumprimento geral dos direitos humanos nos Estados-membros, publica as informações especiais sobre a situação em um estado específico e as envia à Assembleia Geral da OEA para as sanções cabíveis,

E) realiza visitas in loco aos países, ao receber petições individuais que alegam violações dos direitos humanos, segundo o disposto nos artigos 44 a 51 da Convenção Americana sobre Direitos Humanos, com o intuito de aprofundar a observação geral da situação, e/ou para investigar uma situação particular.

Comentário:

Letra A: Errada.

CADH - Artigo 64

2. A **Corte**, a pedido de um Estado membro da Organização, poderá **emitir pareceres** sobre a compatibilidade entre qualquer de suas **leis internas** e os **mencionados instrumentos internacionais**.

Letra B: Correta.

CADH - Artigo 63

2. Em casos de extrema gravidade e urgência, e quando se fizer necessário evitar danos irreparáveis às pessoas, a **Corte**, nos assuntos de que estiver conhecendo, poderá tomar as **medidas provisórias** que considerar pertinentes. Se se tratar de assuntos que ainda **não estiverem submetidos** ao seu conhecimento, poderá atuar **a pedido da Comissão**.

Letra C: Errada.

CADH - Artigo 41

A **Comissão** tem a **função principal** de promover a observância e a defesa dos direitos humanos e, no exercício do seu mandato, tem as seguintes funções e atribuições:

b. **formular recomendações** aos governos dos Estados membros, quando o considerar conveniente, no sentido de que adotem **medidas progressivas** em prol dos direitos humanos no âmbito de suas leis internas e seus preceitos constitucionais, bem como disposições apropriadas para promover o devido respeito a esses direitos;

Letra D: Errada.

CADH - Artigo 51

1. Se no prazo de **três meses**, a partir da remessa aos Estados interessados do relatório da Comissão, o assunto **não houver sido solucionado** ou **submetido** à decisão da Corte pela Comissão ou pelo Estado interessado,

GARANTA O PACOTE COMPLETO COM 50% DE DESCONTO: [CLIQUE AQUI!](#)

aceitando sua competência, a **Comissão poderá emitir**, pelo voto da **maioria absoluta** dos seus membros, sua **opinião e conclusões** sobre a questão submetida à sua consideração.

Letra E: Errada.

D. 678. Art. 2º Ao depositar a carta de adesão a esse ato internacional, em 25 de setembro de 1992, o Governo brasileiro fez a seguinte declaração interpretativa: "O Governo do Brasil entende que os **arts. 43 e 48, alínea d, não incluem o direito automático de visitas e inspeções in loco** da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, as quais dependerão da anuência expressa do Estado".

CADH - Artigo 48

1. A Comissão, ao **receber uma petição ou comunicação** na qual se alegue violação de qualquer dos direitos consagrados nesta Convenção, procederá da seguinte maneira:

d. se o expediente **não houver sido arquivado**, e com o fim de comprovar os fatos, a **Comissão procederá**, com conhecimento das partes, a um **exame do assunto** exposto na petição ou comunicação. Se for necessário e conveniente, a Comissão procederá a uma **investigação** para cuja eficaz realização solicitará, e os **Estados interessados** lhes proporcionarão **todas as facilidades necessárias**;

Gabarito: Letra B.

75) A federalização dos crimes contra os direitos humanos, conforme prevista na Constituição Federal,

A) pode ser suscitada de ofício pelo magistrado originariamente competente, pelo Procurador-Geral de Justiça ou pelo Defensor Público-Geral do Estado onde se deu a violação.

B) implica o deslocamento vertical da competência originária da primeira instância estadual para as cortes supraestaduais (Tribunais Regionais Federais ou Superior Tribunal de Justiça) em casos que versem sobre graves violações de Direitos Humanos.

C) consiste na possibilidade de o Conselho Nacional de Justiça fixar, excepcionalmente, em vara federal de outro Estado da federação, a competência para conhecer e julgar casos emblemáticos de violação de direitos humanos que tramitem na justiça estadual.

D) por violar o princípio do juiz natural, não pode ser promovida sem a expressa concordância do juiz estadual ordinariamente competente para conhecer o caso.

E) é suscitada pelo Procurador-Geral da República, perante o Superior Tribunal de Justiça, em qualquer fase do inquérito ou processo.

Comentário:

Incidente de Deslocamento de Competência

CF/88. Art. 109. § 5º Nas hipóteses de grave violação de direitos humanos, o **Procurador-Geral da República**, com a finalidade de assegurar o cumprimento de obrigações decorrentes de tratados internacionais de direitos humanos dos quais o Brasil seja parte, **poderá suscitar (decisão discricionária)**, perante o **Superior Tribunal de Justiça**, em qualquer fase do inquérito ou processo, **incidente de deslocamento de competência** para a **Justiça Federal**.

Gabarito: Letra E.